

LUGAR DE MULHER É NA CIDADE

desenho urbano para inclusão de
gênero na cidade de Uberlândia

giovanna augusto merli

universidade federal de uberlândia
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA URBANISMO E DESIG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

GIOVANNA AUGUSTO MERLI

LUGAR DE MULHER É NA CIDADE: DESENHO
URBANO PARA INCLUSÃO DE GÊNERO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA
AGO | 2018

GIOVANNA AUGUSTO MERLI

LUGAR DE MULHER É NA CIDADE: DESENHO
URBANO PARA INCLUSÃO DE GÊNERO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Dissertação Mestrado em Arquitetura Urbanismo,
da área de concentração “Projeto, Espaço e
Cultura”, na linha de pesquisa “Processos Urbanos:
Projetos e Tecnologia” do Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFU)
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eliza Alves Guerra

UBERLÂNDIA
AGO | 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M565L

2018

Merli, Giovanna Augusto, 1988-

Lugar de mulher é na cidade[recurso eletrônico]: desenho urbano
para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia/Giovanna Augusto
Merli. - 2018.

Orientadora: Maria Eliza Alves Guerra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1440>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. 2. Espaço urbano. 3. Gênero. 4. Planejamento urbano
- Uberlândia (MG). 5. Política urbana. 6. Mulheres - Inclusão. I. Guerra,
Maria Eliza Alves (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925

GIOVANNA AUGUSTO MERLI

LUGAR DE MULHER É NA CIDADE: DESENHO
URBANO PARA INCLUSÃO DE GÊNERO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Banca examinadora

Profa. Dra. Maria Eliza Alves Guerra | UFU - Orientadora

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares | UFU

Profa. Dra. Paula Freire Santoro | USP

Data | |

Resultado:

Dedico esse trabalho às mulheres
que vieram e às mulheres que virão.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é para a sociedade brasileira, que vêm financiando meus estudos através do sistema público de educação superior desde que ingressei na Universidade Federal de Uberlândia como graduanda, em 2006. É, para mim, essencial a valorização, defesa e ampliação da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Em seguida, mas não menos importante, fica a gratidão a todas as mulheres que vieram antes de mim, e lutaram, transpassando limites, questionando normas e leis, e permitiram que eu esteja onde estou, questionando e buscando contribuir para construção de uma sociedade que não seja mais moldada pelas desigualdades de gênero.

Agradeço a minha família, às mulheres fortes que me criaram para ser quem eu sou, me respeitar por isso e assim me posicionar perante o mundo. E aos homens, que me foram e são exemplos de apoio e estima.

À Gigilinda minha companheira de vida, pela amizade e cumplicidade em todos os momentos desse processo.

Meus sinceros e especiais agradecimentos à professora Maria Eliza Guerra pela orientação dedicada, pela confiança e pela amizade. À professora Beatriz Ribeiro pela generosa disponibilidade ao longo desses dois anos em contribuir para o desenvolvimento desse trabalho. À professora Rossana Tavares que participando do exame de qualificação contribuiu com seus pareceres, assim como a professora Paula Santoro, que mesmo não podendo estar presente na qualificação se manteve aberta ao dialogo e a me

auxiliar, estando agora presente na defesa.

Aos meus amigos Guilherme, Elisa, Carlos e Kauê, que direta e indiretamente contribuíram com esse trabalho, debatendo, indicando e/ou sendo ótimos companheiros.

Agradeço à todas as professoras e professores do PPGAU e da FAUeD, em especial à Bia Cappello, à Patrícia Pimenta e ao Adriano Tomitão, pelos mais de dez anos de relação que influíram no meu crescimento como arquiteta e urbanista, como pesquisadora e como pessoa.

Obrigada à SOS Mulher e Família e à Prefeitura Municipal de Uberlândia pela disponibilidade em dialogar e conceder os dados necessários.

Obrigada especial às alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUed-UFU que se disponibilizaram a me auxiliar na aplicação dos questionários, Ana Júlia Ferreira, Ana Victória Paiva, Andressa Caixeta, Gabriela Costa, Juliana Abe, Lara Paim, Letícia Carvalho, Nicoli Caldas, Patrícia Oliveira e Sofia Coelho.

E por fim agradeço imensamente às 96 mulheres moradoras de Uberlândia que se dispuseram a responder nosso questionário e compartilharam parte de suas batalhas diárias como mulheres no espaço urbano.

“Para mim, o planejamento é uma abordagem política. Trata-se de levar as pessoas aos espaços que elas não ocupavam antes ou sentiam que não tinham o direito de ocupar.”

(KAIL, 2013 apud: FORAN, 2013)

RESUMO

O ponto de partida do presente trabalho é o entendimento de que as relações de dominação de gênero, como relações sociais, se materializam no espaço urbano. E o resultado disso é a forma desigual em que as mulheres acessam os espaços urbano, equipamentos, serviços e oportunidades. Dessa maneira o objetivo geral do trabalho é o desenvolvimento e aplicação de métodos para a inclusão de gênero nos espaços urbanos, tendo como objeto a cidade de Uberlândia, a partir de diretrizes de planejamento e propostas de desenho urbano. Para isso, comprehende-se a inclusão de gênero no espaço urbano como um instrumento do cumprimento da função social da cidade, lançando mão do desenho e do planejamento urbano como ferramentas de intenção política e ideológica, que neste trabalho buscam alcançar tanto a inclusão de gênero quanto o cumprimento da função social da terra. Assim, o método é elaborado em três frentes, que se relacionam e combinadas dão suporte ao produto propositivo desse trabalho. A primeira frente de análises quantitativas e qualitativas, tanto dos dados referentes à cidade de Uberlândia a partir de referência de gênero, quanto dos projetos e políticas já existentes e sua influência nas questões de gênero. Combina-se a participação do recorte populacional em questão, mulheres da cidade de Uberlândia, entendendo a necessidade de se especializar as demandas dos sujeitos urbanos. O último eixo, o desenho, como expressão propositiva das conclusões e diretrizes elaboradas ao final da pesquisa.

Por conseguinte, em concordância com os objetivos determinados para essa dissertação, são desenvolvidas diretrizes e propostas de ação, intervenção e ambência urbana que respondam as demandas levantadas pelas análises dos questionários e dos dados socioeconômicos e culturais da cidade objeto. Tais propostas e diretrizes buscam exercer resultados práticos na relação das mulheres com o espaço urbano, de forma a corresponder ao que foi levantado pelos questionários. Intervindo nas diferentes escalas do espaço urbano, cidade, bairro e rua/quarteirão, e tratando das dimensões temáticas de influência elencadas pela metodologia, acesso a os espaços, combate a divisão sexual do trabalho, segurança e vulnerabilidade socioeconômica. Pensando em propostas que sobreponham essas escalas e dimensões.

Acredita-se que este trabalho tenha gerado resultados específicos de desenho e diretrizes urbanas para a cidade de Uberlândia, que dão condições ao avanço de políticas urbanas, diretrizes e desenho, que se proponham a pensar cidades afirmativas e que se posicionem contra relações de opressão e violência de gênero. Subsidiando, assim, discussões metodológicas e trazendo um compilado de soluções projetuais que articulam a temática de interesse.

Palavras-chave: Gênero; inclusão de gênero; espaços urbano; desenho urbano; acesso à cidade.

ABSTRACT

The starting point of the present work is the understanding that relations of gender domination, such as social relations, materialize in the urban space. And the result is the unequal way in which women access urban spaces, equipment, services and opportunities. In this way the general objective of the work is the development and application of methods for the inclusion of gender in urban spaces, having as object the city of Uberlândia, from planning guidelines and urban design proposals. To this end, it is understood the inclusion of gender in urban space as an instrument for the fulfillment of the social function of the city, using drawing and urban planning as tools of political and ideological intent, which in this work seek to achieve both the inclusion of gender as well as the fulfillment of the social function of the land. Thus, the method is elaborated in three fronts, that relate and combined support the proposed product of this work. The first front of quantitative and qualitative analyzes, both of the data referring to the city of Uberlândia from reference as well as the existing projects and policies and their influence on gender issues. Combine the participation of the population in question, women from the city of Uberlândia, understanding the need to specialize the demands of urban subjects. The last axis, the drawing, as propositional expression of the conclusions and guidelines elaborated the end of the research.

Therefore, in accordance with the specific objectives for this dissertation, guidelines and proposals for

action, intervention and urban ambience are developed respond to the demands raised by the analyzes of the questionnaires and socio-economic and cultural data of the object. These proposals and guidelines seek to exert practical results in the relation of women to urban space, in order to correspond to what was raised by the questionnaires. Intervening in the different scales of urban space, city, neighborhood and street/block, and addressing the thematic dimensions of methodology, access to spaces, combating sexuality, safety and socio-economic vulnerability. Thinking of proposals that overlap those scales and dimensions.

It is believed that this work has generated specific results of drawing and urban guidelines for the city of Uberlândia, conditions for the advancement of urban policies, guidelines and to think of cities that are affirmative and that against oppression and gender violence. Subsidizing, thus, methodological discussions and bringing a compilation of design solutions that articulate the theme of interest.

Keywords: Gender; inclusion of gender; urban spaces; urban design; access to the city.

Lista de figuras

Figura 01 - Mapa de Uberlândia inserida na região.....	24
Figura 02 - Mapa do perímetro urbano de Uberlândia.....	24
Figura 03 - Mapa de residência das mulheres participantes.....	77
Figura 04 - Por que gostam do bairro em que residem.....	81
Figura 05 - Locação dos lugares público favoritos das entrevistadas.....	85
Figura 06 - Relação entre espaços públicos favoritos e bairros de residência.....	87
Figura 07 - Lugares e situações em que sente medo.....	95
Figura 08 - Mobilidade.....	101
Figura 09 - Equipamentos e serviços públicos que facilitariam as rotinas.....	105
Figura 10 - Antes e depois da implantação de HOMES em quadra de subúrbio típica.....	109
Figura 11 - Croquis de acessos e percursos pelo terreno e relação desses acessos com os futuros edifícios Frauen-Werk-Stadt.....	113
Figura 12 - Espaço central criado por praças e passagens públicas - Frauen-Werk-Stadt.....	113
Figura 13 - Esquema de zoneamento do projeto.....	113
Figura 14 - Imagem da área central do projeto.....	114
Figura 15 - Os três Frauen-Werk_Stadt implantados no contexto urbano.....	114
Figura 16 - Mapa de diagnóstico Mariahilf.....	116
Figura 17 - Imagens de Mariahilf pós intervenções do plano piloto.....	116
Figura 18 - Localidades propostas.....	127
Figura 19 - Localização - Terminal Sul.....	128

Figura 20 - Ilustração das propostas - Terminal Sul.....	129
Figura 21 - Localização intervenções - São Jorge.....	130
Figura 22 - Ilustração das propostas - São Jorge.....	131
Figura 23 - Localização intervenções - Joana D'Arc + Morumbi.....	132
Figura 24 - Ilustração das propostas - Joana D'Arc + Morumbi.....	133
Figura 25 - Localização intervenções - Santa Mônica.....	134
Figura 26 - Ilustração das propostas - Santa Mônica.....	135
Figura 27 - Localização intervenções - Bairro Brasil.....	136
Figura 28 - Ilustração das propostas - Bairro Brasil.....	137
Figura 29 - Localização intervenções - Centro.....	138
Figura 30 - Fórum Abelardo Penna antes do cercamento.....	139
Figura 31 - Fórum Abelardo Penna atualmente.....	139
Figura 32 - Ilustração das propostas - Fórum Cultural.....	139
Figura 33 - Localização intervenções - Monsenhor Eduardo.....	140
Figura 34 - Ilustração das propostas - Monsenhor Eduardo.....	141
Figura 35 - Localização intervenções - Bairro Maravilha.....	142
Figura 36 - Ilustração das propostas - Bairro Maravilha.....	143
Figura 37 - Localização intervenções - Bairro Taiaman.....	144
Figura 38 - Ilustração das propostas - Bairro Taiaman.....	145
Figura 39 - Localização intervenções - Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras.....	146
Figura 40 - Ilustração das propostas - Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras: geral e ponto 2.....	147
Figura 41 - Ilustração das propostas - Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras: ponto 1.....	148
Figura 42 - Ilustração das propostas - Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras: ponto 3.....	149

Lista de gráficos e quadros

Gráfico 01 - Percentual de mulheres por setor econômico.....	59
Gráfico 02 - Percentual de homens por setor econômico.....	59
Gráfico 03 - Índice de alfabetização em Uberlândia por setor e faixa etária.....	61
Gráfico 04 - Rendimentos setor Central - em salários mínimos (r\$510,00 - 2010).....	62
Gráfico 05 - Rendimentos setor Oeste - em salários mínimos (r\$510,00 - 2010).....	63
Gráfico 06 - Rendimentos setor Norte - em salários mínimos (r\$510,00 - 2010).....	64
Gráfico 07 - Rendimentos setor Leste - em salários mínimos (r\$510,00 - 2010).....	65
Gráfico 08 - Rendimentos setor Sul - em salários mínimos (r\$510,00 - 2010).....	66
Gráfico 09 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/ gênero.....	67
Gráfico 10 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/ etnia.....	67
Gráfico 11 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/estado civil.....	68
Gráfico 12 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/ escolaridade.....	68
Gráfico 13 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/setor de ocorrência.....	68
Gráfico 14 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/tipo de violência.....	68

Gráfico 15 - Atendimentos SOS Mulher 2013 a 2016/tipo de atendimento.....	69
Gráfico 16 - Entrevistadas por faixa etária.....	71
Gráfico 17 - Entrevistadas por rendimento - em salários mínimos (r\$ 945,00 - 2018).....	72
Gráfico 18 - Profissão entrevistadas.....	73
Gráfico 19 - Participação das mulheres no mercado de trabalho formal no Brasil, Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Uberlândia 2010-2016.....	74
Gráfico 20 - Remuneração real média de dezembro dos homens e das mulheres no município de Uberlândia no período de 2010-2016.....	74
Gráfico 21 - Entrevistadas por estado civil.....	75
Gráfico 22 - Entrevistadas solteiras com filho.....	75
Gráfico 23 - O que mais gostam em seus bairros de residência.....	78
Gráfico 24 - Como e quais espaços públicos usam.....	88
Gráfico 25 - Em quais espaços públicos se sentem à vontade/ bem vinda.....	89
Gráfico 26 - Em quais espaços públicos NÃO se sentem à vontade/ bem vinda.....	90
Gráfico 27 - O que mudaria na cidade de Uberlândia.....	91
Gráfico 28 - Lugares/situações em que sentem medo.....	93
Gráfico 29 - O que fazem para se sentir segura.....	96
Gráfico 30 - O que já deixou de fazer por medo.....	97
Gráfico 31 - Tem fácil acesso ao trabalho, creche/escola e comércio/serviços.....	98
Gráfico 32 - Meio de transporte que utiliza para se deslocar na cidade.....	98

Gráfico 33 - Se sente bem no transporte público.....	99
Gráfico 34 - Responsabilidades em casa e com a família.....	102
Gráfico 35 - Equipamentos e serviços que facilitariam a rotina.....	104

Quadro 01 - Processo metodológico de planejamento.....	41
Quadro 02 - Recomendações conforme escala de atuação e temática.....	42
Quadro 03 - Recomendações e fatores de insegurança por cidade pesquisada.....	45
Quadro 04 - Planos de intervenção divididos em temáticas de atuação.....	47
Quadro 05 - Desafios das mulheres nas dimensões da vida urbana.....	49
Quadro 06 - Métodos para inserção de gênero no planejamento urbano.....	51
Quadro 07 - Estratégias de planejamento e projeto urbano com perspectiva de gênero.....	51

CAPÍTULO 1 Mulheres na cidade – conceitos na teoria	28	
1.1	Teoria + metodologia	30
1.1.1	Ideologia e projeto: O Patriarcado na Cidade	30
1.1.1.1	Conceituação de ideologia	30
1.1.1.2	O Patriarcado como uma ideologia dominante	30
1.1.1.3	Infraestrutura, superestrutura e estrutura territorial	31
1.1.1.4	O Patriarcado na cidade	32
1.1.2	Mulheres na cidades	33
1.1.3	Inclusão de gênero + função social da terra	34
CAPÍTULO 2 Cidades para mulheres – discussão e aplicação do método	36	
2.1	Sobre o método Por cidades Empoderantes	38
2.1.1	Caracterização do método – O papel político social do desenho, do planejamento e do espaço urbano na inclusão de gênero	38
2.1.2	Guias que propõem a revisão das metodologias de planejamento e desenho urbano	38
2.1.2.1	Urbanismo con Perspectiva de Género Junta de Andalucia, 2004	40
2.1.2.2	Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities Women in Cities International (WICI), 2010	44
2.1.2.3	Building Safe and Inclusive Cities for Women – A Practical Guide ONU WOMEN + ONU HABITAT, 2011	46
2.1.2.4	Gender Issue Guide – Urban Planning and Design ONU HABITAR, 2012	48
2.1.3	Composição do método – Análise + Participação + Desenho	54
2.1.3.1	Análise quanti qualitativa	55
2.1.3.2	Participação popular – questionários	56
2.1.3.3	Análise das políticas, legislações e iniciativas já existentes – estudos de caso	56
2.1.3.4	Determinação de “tipologias” de espaços urbanos	56

2.2	As mulheres na cidade de Uberlândia - caracterização de sujeito objeto	57
2.2.1	Tabulação e análise dos dados coletados	57
2.2.1.1	Dados SNIG – Sistema Nacional de Informação de Gênero	
2.2.1.2	Dados IBGE Senso 2010	61
2.2.1.3	Dados ONG SOS Mulher e Família	67
2.2.1.	Resultado do trabalho de campo – questionários aplicados em espaços públicos de Uberlândia	69
2.2.2.1	Perfil socioeconômico + bairros em que residem	71
2.2.2.2	No espaço	78
2.2.2.3	Apropriação	88
2.2.2.4	Segurança	92
2.2.2.5	Acessos	98
2.2.2.6	Trabalho reprodutivo	102
2.3	Análise das políticas, legislações e iniciativas já existentes – estudos de caso	107
2.3.1	HOMES (Homemakers Organization for More Egalitarian Society) - Dolores Hayden 1980	107
2.3.2	Viena – Share Fair City – Administração municipal de Viena 1991	109
2.3.3	Lei 11.124 2005 – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)	117
2.3.4	Portaria 412 de 06 de agosto de 2015 do Ministério das Cidades referente ao Programa Minha Casa Minha Vida	118
2.3.5	Projeto de Lei do Plano Diretor de Santo André + Plano Municipal do Direito da Mulher – 1991	118
2.3.6	Projeto de Lei Complementar 23/2017 - Revisão do Plano Diretor de Uberlândia	119

Capítulo 3 – Lugar de mulher é na cidade – resultados + propostas	121	
3	Lugar de mulher é na cidade	123
3.1	Compilação de diretrizes e propostas	123
3.1.1	Diretrizes gerais para a cidade de Uberlândia	124
3.1.2	Proposições e investigações de desenho e ambiência urbana	126
- Setor Sul		128
- Setor Leste		132
- Setor Central		136
- Setor Norte		142
- Setor Oeste		144
Considerações finais	152	
Referências	156	
Anexos	162	



introdução

Grafite russo, autor desconhecido.

Retirado de <http://bella.bellacaledonia.org.uk/2018/02/12/gender-the-gra-and-womens-rights/>

Introdução

O trabalho aqui apresentado recebe o título de “**Lugar de mulher é na cidade**” como uma contraproposta às variações da expressão “lugar de mulher é”, que por muito tempo definiu a posição da mulher, restringindo-a ao lar, à cozinha, às áreas de serviço. Faz, também, referência ao artigo de 1978 “A Women’s Place is in the City” publicado no Lincoln Institute of Land Policy de Cambridge por Gerda Wekerle.

Seguindo, o subtítulo, “**desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia**”, traz a intenção em apresentar um copilado dos resultados propositivos como um produto da pesquisa. Entendendo, a partir de Lacoste (1971), a responsabilidade e o compromisso do pesquisador frente a população, lhe devolvendo e apresentando os frutos da pesquisa de forma clara, didática e de fácil leitura - “Todo saber é instrumento de poder para uma minoria.” (LACOSTE, 1971).

• • •

É inegável a presença das mulheres nas cidades, nas ruas e espaços públicos, porém essa constatação é distinta de realmente pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica a estrutura e a dinâmica das relações desiguais entre homens e mulheres. As injustiças e desigualdades provenientes do modelo de desenvolvimento urbano das cidades incidem de forma mais intensa sobre as mulheres, principalmente as de

média e baixa renda. Dessa forma, o fato das mulheres estarem presentes nos espaços públicos não significa que esses espaços são de fato receptivos à elas e às suas necessidades, ou ainda, que discutam criticamente as relações de gênero e contribuam para maior inclusão. É necessário então entender como as mulheres têm participado nas decisões acerca do território, como se relacionam com o espaço doméstico e o público, para, a partir disso, criar políticas urbanas e intervenções de desenho urbano que contribuam para cidades justas e inclusivas. (GOUVEIA, 2006; SANTORO, 2008).

A análise urbana sob perspectiva de gênero têm origem nos anos 70, na chamada “segunda onda do feminismo” que, embalado pelos movimentos por direitos civis dos anos 60, passam a questionar o papel da mulher na produção dos espaços construídos, dos cômodos das habitações às cidades. Questionam seu papel como agentes ativos na construção dos espaços, e passivos, como usuárias desses espaços. Na arquitetura tal debate culminou em duas vertentes, o esforço em reconhecer o papel das arquitetas na história e, de repensar os parâmetros da arquitetura, de maneira a abarcar amplamente a experiência e as necessidades femininas.

Neste contexto de discussão do espaço urbano sob a perspectiva de gênero, em 1971, Leslie Weisman, arquiteta de New Jersey, lança o manifesto *Women's Environmental Rights*, definindo a apropriação e o uso do espaço como atos políticos, de tal maneira que os espaços se portariam como repressores ou emponderadores dos grupos sociais que com ele interagem, tendo propriedade de reprimir ou fortalecer, empobrecer ou nutrir. Weisman (1971) conclui o manifesto clamando que as mulheres exijam seu direito

à soluções arquitetônicas que supram as demandas essenciais do grupo:

“As mulheres precisam se tornar suas próprias arquitetas, quer dizer, elas precisam se tornar conscientes de sua habilidade de analisar criticamente o ambiente e tomar decisões acerca dos espaços em que vivem e trabalham. Mulheres precisam agir de forma politicamente consciente.¹ ”

(WEISMAN, 1971, p3)

A abordagem da perspectiva de gênero nos estudo urbanos parte do entendimento de que a construção dos papéis de gênero são articulados a partir das hierarquias estruturadas pelo patriarcado, e esses papéis são a definição sociocultural do que é apropriado para cada sexo, a cada papel de gênero um espaço, a casa ou a cidade, o privado ou o público. As definições de responsabilidades, lugares e deveres de cada gênero nada mais é que uma construção cultural (MONTANER, MUXI, 2014, p 253).

Como resultado dessa construção cultural dos papéis de gênero, a **divisão sexual do trabalho** impõe às mulheres funções, atribuições, responsabilidades, obrigações, interesses e posturas enquadrados como específicos ao seu gênero, tais como a manutenção do lar e as responsabilidades sobre a unidade familiar. Essa divisão desigual de tarefas e responsabilidades é a razão para as duplas|triplas jornadas de trabalho, já que, mesmo inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam vinculadas à essas responsabilidades “específicas” de gênero. São assim, mais vulneráveis à inadequação da infraestrutura

¹ Tradução livre da autora

urbana, impropriedade de moradias, falta de água, saneamento, coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica. É, também, sobre as mulheres que recai mais fortemente a falta e a precariedade de equipamentos públicos essenciais, como creches, postos de saúde, escolas, lavanderias e restaurantes populares, pavimentação e adequação de passeios, iluminação pública, e áreas públicas de lazer e estar. (SANTORO, 2005).

Extrapolando as discussões de gênero para o conceito de função social da terra e da propriedade, poderia se dizer que as mulheres representam um dos grupos sociais mais sensíveis a sua aplicação. (SANTORO, 2008).

No Brasil, à função social da terra é conferido status de princípio básico pela Constituição de 1988, status esse reafirmado pela determinação do Plano Diretor como instrumento de gestão do território urbano a partir do interesse público coletivo, desde o estabelecimento do Estatuto da Cidade em 2001.

Dessa maneira, entendendo as reduções das desigualdades de acesso socioterritoriais de gênero como de interesse público coletivo, as questões de gênero devem ser reconhecidas como matéria competente à função social das cidades. Como define Lefebvre (2010), as cidades são a projeção da sociedade em um determinado espaço. Por conseguinte, inseridas em uma sociedade pautada por relações patriarcais as cidades refletem essas relações em seus desenho, planejamento e espaço físico. Então, diante do contexto de reprodução das relações e papéis de gênero nos espaços urbanos, esta dissertação tem como **objeto** de estudo a cidade de Uberlândia.

Uberlândia esta localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro | Alto Paranaíba, Minas Gerais, a aproximadamente 550km

da capital do estado Belo Horizonte, 590km de São Paulo e 430km de Brasília (mapa 01). Seu posicionamento geográfico contribui para sua importância regional e desenvolvimento no setor de transporte e logística. Tal localização acabou por gerar o grande aumento populacional nos últimos 30 anos - segundo IBGE (2010) a população passou de aproximadamente 340mil habitantes em 1987 para estimados 676mil em 2017. O município se estabelece em 4.115km², seis setores e 92 bairros. A população se caracteriza como 51,17% de mulheres e 48,84% de homens.

Figura 01: Mapa de Uberlândia inserida na região.

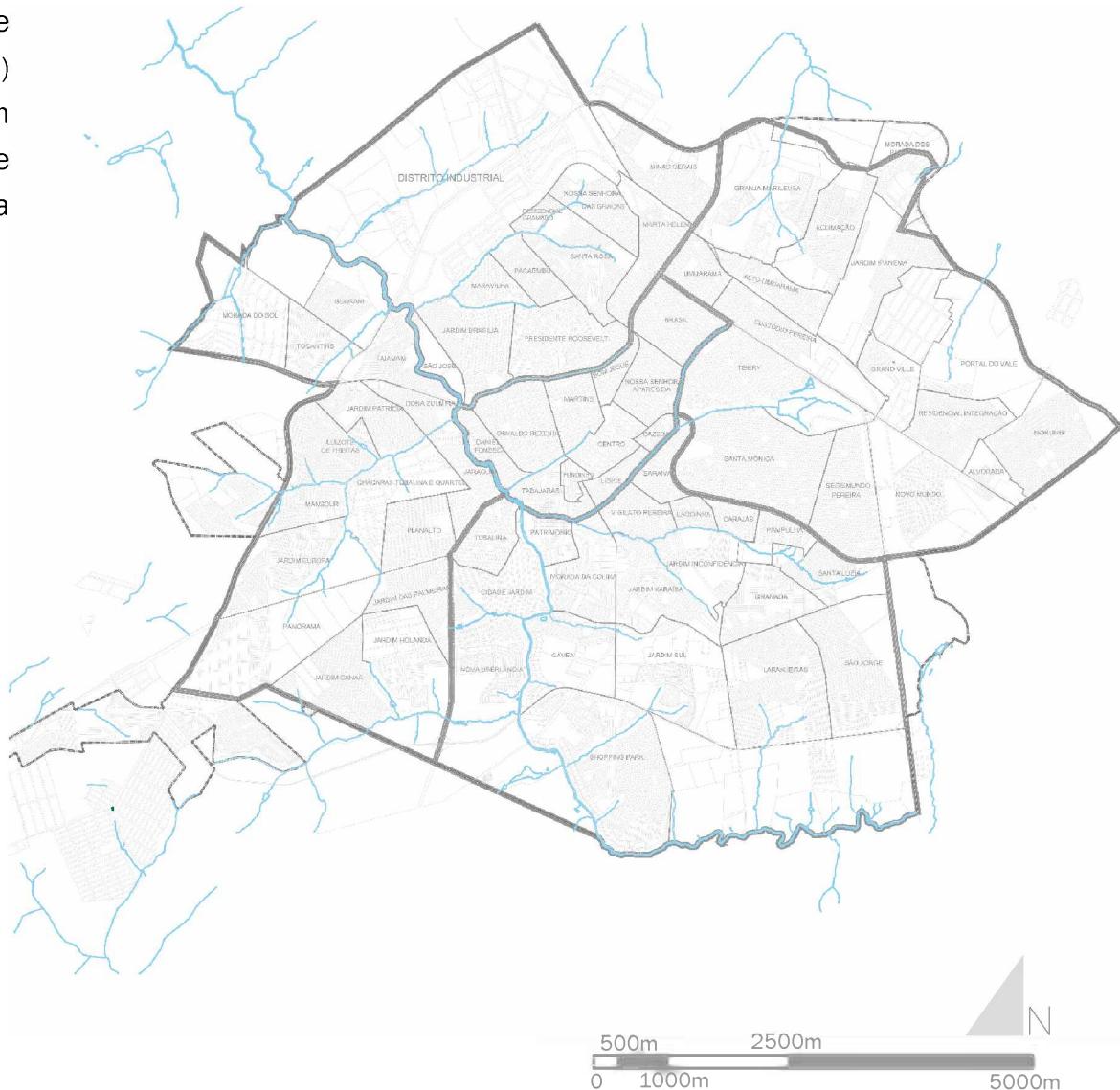


Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Principais distâncias

- Belo Horizonte | MG 550KM
- Uberaba | MG 100 KM
- Vitória | ES 1080KM
- Rio de Janeiro | RJ 980KM
- São Paulo | SP 590KM
- Ribeirão Preto | SP 260KM
- Goiânia | GO 350KM
- Brasília | DF 430KM

Figura 02: Mapa de perímetro urbano de Uberlândia.



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Segundo a tese da professora Jane de Fátima Silva Rodrigues (1995), desde o ínicio do século XX as mulheres estão presentes nos espaços urbanos, contrariando as representações sociais:

“(...) Representações da mulher überlandense como símbolo do espaço privado, do íntimo, esta muito mais presente no imaginário local do que na prática cotidiana. Desde o inicio do século XX as mulheres ganharam visibilidade nas ruas, cinemas, praças e festas, sempre compartilhando o espaço público, desde a singela Uberabinha.”²

(RODRIGUES, 1995)

A cidade, então, será analisada em função da capacidade de seu espaço urbano se portar quanto a inclusão e/ou opressão sob perspectiva de gênero.

Partindo do objeto escolhido, o trabalho tem como **objetivo geral** o desenvolvimento e aplicação de métodos para a inclusão de gênero nos espaços urbanos de Uberlândia a partir de diretrizes de planejamento e propostas de desenho urbano.

E como desdobramento do mesmo os **objetivos específicos**:

- Mapear os tipos de espaços mais ocupados e apropriados por mulheres em Uberlândia, caracterizando e qualificando o acesso e a apropriação dos espaços identificados;
- Análise dos dados coletados segundo indicadores de gênero;
- Levantamento e análise crítica das políticas, legislações e iniciativas já existentes para a cidade de Uberlândia;
- Compilação de propostas de diretrizes, ações e

² Tese “Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade überlandense> 1920-1958” apresentada em 1995 na Universidade de São Paulo pela professora Jane de Fátima Silva Rodrigues.

intervenções de desenho que contribuam com a construção de uma cidade mais inclusiva sob perspectiva de gênero.

O objetivo geral desse estudo se justifica ao se inserir em um contexto global de discussão da importância de se ponderar a variável de gênero ao planejar serviços, equipamentos e espaços urbanos, e, consequentemente, o entendimento da importância da adoção de uma metodologia que busque ouvir e apreender as experiências das mulheres locais que vivenciam o espaço a ser analisado.

Forma e conteúdo da dissertação desenvolvida se estruturam de maneira a alcançar o objetivo principal da pesquisa. Assim, o trabalho se divide da seguinte forma:

Introdução - Explicitação geral das ideias, objetivos do trabalho, justificativa e relevância do tema, apresentação do objeto e da estrutura dos capítulos; com suporte teórico de LACOSTE (1971), LEFEBVRE (2010), GOUVEIA (2006), RODRIGUES (1995), SANTORO (2005, 2008), WEISMAN (1971).

Capítulo 1 - Mulheres na cidade | conceitos + teoria - Conforme proposta de apanhado teórico, são abordados conceitos chave para o desenvolvimento da pesquisa, como ideologia, patriarcado e a relação de ambos com a cidade. Faz-se, então, relação dos conceitos apresentados pelos autores Chauí (1990), Calió (1992), Bunge (1996), Villaça (1995, 2001), Marx (2008), Maricato (2011) e Saffioti (2015), aplicando-os à discussão de gênero. Ainda nesse capítulo apresenta-se, conforme apanhado teórico, a relação entre as mulheres e os espaços urbanos, como se dão seus acessos, como se molda essa relação e qual o papel do planejamento e do desenho urbano nessa realidade, buscando, ainda, construir

o conceito da inclusão de gênero como importante instrumento para a função social da terra. Nesse momento o suporte teórico veio da leitura de pesquisadoras e pesquisadores como Hayden (1980), Gonzaga (2004), Santoro (2007), Gouveia (s/d), Brandão (2008), Casimiro (2017) e Lefebvre (2010).

Capítulo 2 - Cidades para mulheres | discussão e aplicação do método - Visando alcance dos objetivos acima elencados, a metodologia desenvolvida parte da compreensão da inclusão e igualdade de gênero no espaço urbano como instrumento de cumprimento da função social da terra e da propriedade.

O método é fundamentado no estudo de guias que discutem revisões metodológicas para o planejamento e o desenho urbano com perspectiva de gênero - “Urbanismo con Perspectiva de Género” de Inés Sánchez de Madariga (2004); “Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities” - Women in City International (2010); “Building Safe and Inclusive Cities for Women - A Practical Guide” parceria entre ONU Habitat e ONU Women (2011); “Gender Issue Guides - Urban Planning and Design” de Edward Miller e ONU Habitat (2012) - e nas leituras de Martins (2007), Lefebvre (2010) e Marques (2013).

Além da discussão e caracterização da metodologia, esse capítulo expõe os resultados da aplicação da mesma, e traz as análises e cruzamento dos dados levantados.

Capítulo 3 - Lugar de mulher é na cidade | resultados + propostas - No capítulo final serão apresentados os resultados das pesquisa e o seu produto final na forma de um compilado com todas as propostas de ação e intervenção. A partir da coleção de dados, demandas e necessidades as propostas estarão contidas simultaneamente em duas dimensões, escala espacial

e área de influência. Pretendendo, com esse dimensionamento das propostas, atingir as temáticas que influenciam na vida das mulheres nos espaços urbano, de forma que o resultado das intervenções e ações propostas sejam espaços mais justos e inclusivos do ponto de vista de gênero:

a - Escala espacial: Cidade; bairro; quarteirão | rua

b - Área de influência: Garantia de acesso e inclusão nos espaços públicos; combate à divisão sexual do trabalho, valorizar e socializar as tarefas reprodutivas; integração de usos; garantia de segurança (violência e medo como fatores de restrição do acesso à cidade); agir nas situações de vulnerabilidade socioeconômica (acesso à terra, acesso à moradia, acesso ao mercado de trabalho formal ou informal, acesso a educação e qualificação).

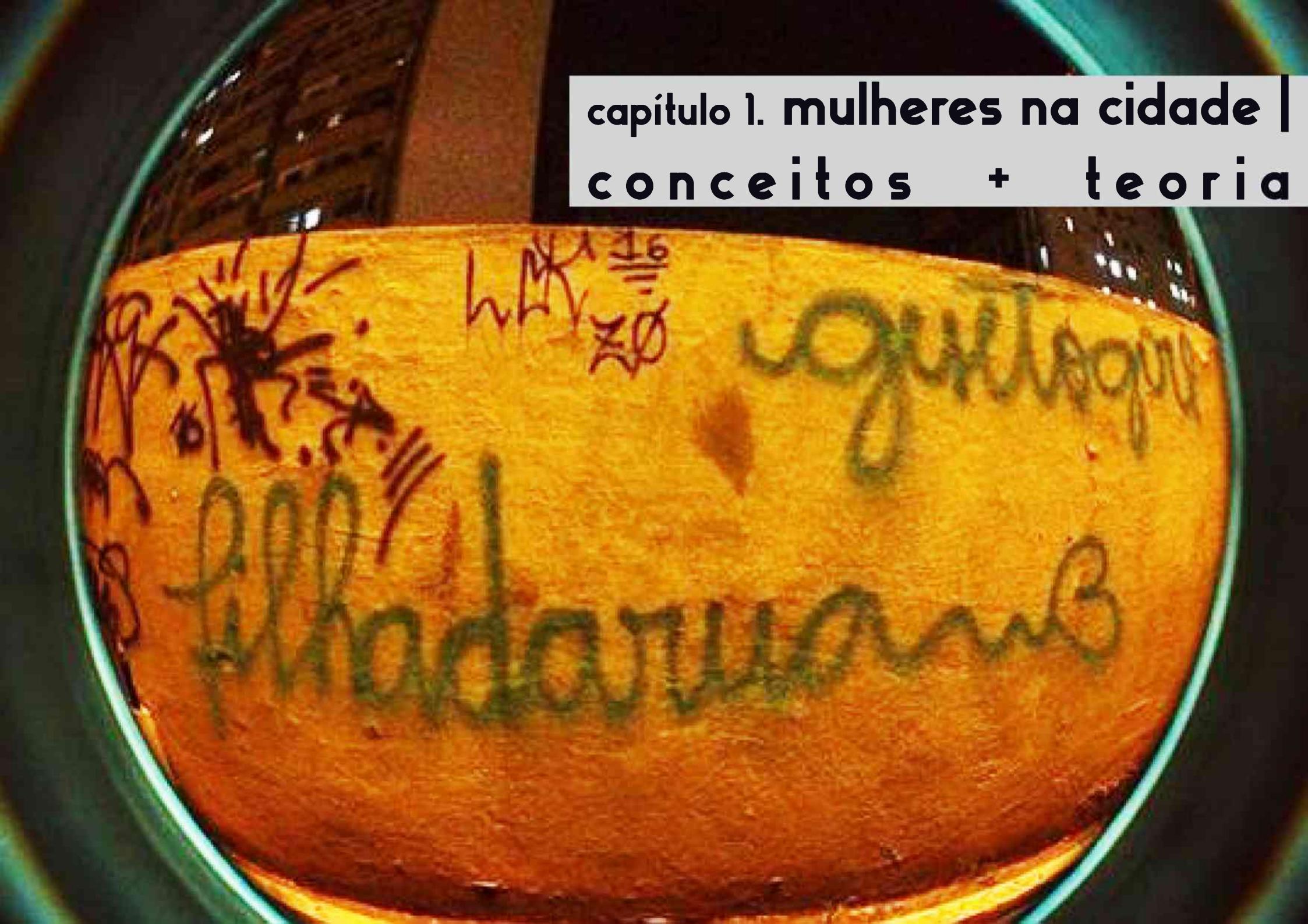
Considerações finais - Finalmente, em sua última seção, a dissertação abordará considerações e conclusões gerais da pesquisa, assim como sugestões propostas para continuação do trabalho.

Para além dos objetivos expostos, espera-se que este trabalho contribua para a inclusão das vulnerabilidades de gênero como dimensão determinante nas discussões de espaço e política urbana, tanto no âmbito da academia, quanto do poder público e da sociedade civil.

Acredita-se que este trabalho tenha gerado resultados específicos de desenho e diretrizes urbanas para a cidade de Uberlândia, que dão condições ao avanço de políticas urbanas, diretrizes e desenho, que se proponham a pensar cidades afirmativas e que se posicionem contra relações de opressão e violência de gênero. Subsidiando, assim, discussões metodológicas e trazendo um compilado de soluções projetuais que articulam a temática de

interesse.

Desse modo, inicia-se no próximo capítulo o estudo desenvolvido por esta dissertação, com a apresentação do referencial teórico e ideológico.



capítulo 1. mulheres na cidade |
conceitos + teoria

Pixo em muro do bairro Santa Mônica, Uberlândia autor desconhecido.

Foto: Raissa Dantas, 2016

1.1 Teoria + metodologia

A presente pesquisa se posiciona conforme a leitura da arquitetura e o urbanismo como ciências sociais aplicadas, percebidos a partir do contexto histórico, político e social em que se inserem. Como resultado disso as cidades são entendidas como correspondentes físico espaciais, um reflexo espacial das relações sociais. (DEL RIO, 1990).

Conforme exposto na Introdução, é aqui proposto o estudo dos espaços urbanos de Uberlândia a partir de sua capacidade de se portar como inclusivo e justo ou opressos, sob a perspectiva de gênero. (WEISMAN, 1971). Para cumprir essa proposta buscou-se um arcabouço teórico, norteando metodologicamente a pesquisa de forma a compreender a inclusão e igualdade de gênero no espaço urbano como um instrumento do cumprimento da função social da terra e da propriedade.

1.1.1 Ideologia e projeto: O Patriarcado na Cidade

1.1.1.1 Conceituação de ideologia

Segundo o físico e filósofo Mario Bunge (1996) ideologia pode ser definida como um conjunto de ideias, crenças, juízos de valores, normas morais, que intencionam mobilizar e organizar grupos de pessoas em torno de uma meta. Essas ideologias representam setores específicos e seus interesses. Marilene Chauí (1990), simplifica o conceito, definindo ideologia como algo que tem a função de expressar o discurso da, ou das, classes dominantes.

Analizando sob essa perspectiva as relações de disputa e dominação de gênero, o sistema patriarcal representa a ideologia da classe dominante. Como dominantes e vencedores dos conflitos, os homens estabelecem um conjunto de representações, tanto

para si, quanto para as mulheres, determinando como devem se portar, em espaços públicos e privados. A ideologia patriarcal, assim, serve como um instrumento de tecnologia social com eficácia política de manutenção e legitimação de poder. (SAFFIOTI, 2015; GONZAGA 2004).

Sendo a cidade o lugar em que a ideologia se materializa, seus espaços podem, não só refletir conflitos de gênero, como também reafirmá-los e reproduzi-los. (GONZAGA, 2004).

1.1.1.2 O Patriarcado como uma ideologia dominante

Carole Pateman em 1993 conceitua o patriarcado como um contrato social que “cria direito político dos homens sobre as mulheres” e estabelece um acesso sistemático aos seus corpos. As diferenças sexuais entre homens e mulheres são, dessa forma, convertidas em diferenças políticas criando liberdade ou sujeição. A liberdade civil como atributo masculino e a sujeição como atributo feminino. Em síntese o patriarcado é uma ideologia que expressa e concede poder político à classe dominante que serve, os homens.

As relações patriarcais, suas hierarquias e estruturas de poder contaminam tanto a sociedade civil quanto o Estado, perpassando pelas esferas pública e privada. Para tanto, a construção simbólica estabelecida se legitima através de estruturas de controle comportamental de massa, instituições como família, religião e imprensa. (SAFFIOTI, 2015).

Desde a Grécia antiga as cidades desenvolviam códigos de conduta para a mulher, pautados principalmente em seus deveres de esposa, aos homens era permitida a elaboração individual de seu “código de marido”. Através dos tempos as sociedades

vêm recriando esse padrão de transferir aos homens o poder de determinar o comportamento das mulheres.

A sociedade capitalista se apropriou e sofisticou esse método com a criação de novos códigos e instituições que visam a dominação da mulher. Nas sociedades contemporâneas fica a cargo do Estado o estabelecimento de tais normas de conduta, que, como ele, são impregnadas da ideologia patriarcal. Como exemplo, há um século atrás quando o direito ao voto era reservado à homens donos de propriedades. Ideologias modeladoras de comportamento, como a patriarcal, incidem sobre as cidades por meio de leis e normas, repercutindo na utilização do espaço construído da cidade. (GONZAGA, 2004 p. 20).

1.1.1.3 Infraestrutura, superestrutura e estrutura territorial

Conforme a interpretação de Karl Marx (2008), a sociedade se divide em Infraestrutura, que concentra as transformações materiais, as condições econômicas de produção e força de trabalho. E Superestrutura, esferas jurídica, política, religiosa, filosófica, artística, formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência. Dessa maneira, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.³” As “formas ideológicas” se originam na Superestrutura a partir da realidade material presente na Infraestrutura. A consciência dos homens, seus valores morais e ideologias não determinam seu ser, e sim seu ser social, sua vivência das condições materiais, determina sua consciência.

À essas duas estruturas sociais Flávio Villaça (2001) adiciona o

³ Trecho retirado do prefácio do livro de Marx, Contribuição à crítica da economia política, edição de 2008, a edição original foi publicada em 1859.

conceito da estrutura territorial. Formada pelo centro principal das cidades, subcentros de comércio e serviço, conjuntos de bairros residenciais e as áreas industriais. As três estruturas se articulam e se relacionam.

Ao relacionar os movimentos entre a estrutura territorial, a superestrutura e vice-versa, Villaça questiona o papel que as classes sociais desempenham na estruturação do território urbano e, no sentido contrário, a influência da segregação espacial na dominação sociopolítica e como acontece a dominação política pelo espaço urbano. (Villaça, 2001, p. 12).

Villaça (1995) apresenta o conceito do plano-discurso, uma concepção tecnocrática, carregada de ideologia que despolitiza as questões do planejamento e difunde o ideal de que as mazelas urbanas se reduzem a problemas de ordem técnica. Omitindo o papel das desigualdades e injustiças sociais na conformação das cidades, enaltecedo a “boa técnica” em detrimento de ações políticas.

O plano-discurso é um instrumento de ideologia urbana que serve à classe dominante, formado a partir de condições materiais estabelecidas a priori, reforçando comportamentos, naturalizando processos e encobrindo as reais intenções do Estado e do Capital. (Villaça, 2001).

Ermínia Maricato (2007) reafirma os conceitos de Villaça e acusa o papel ideológico cumprido pelo plano-discurso em encobrir o “motor que comanda os investimentos urbanos”. Define, assim, os modelos de planejamento como aparatos ideológicos de naturalização de um processo de dominação e segregação, que oculta a cidade real e produz um mercado imobiliário restrito e especulatório.

Os questionamentos de Villaça quanto a relação entre a esfera ideológica (superestrutura) e a estrutura territorial, nos conduzem à discussão das mesmas relações entre superestrutura e estrutura territorial voltada para as disputas de gênero. Qual o papel do patriarcado na estruturação do território? Qual papel o espaço urbano desempenha na dominação da mulher? Como a divisão sexual do trabalho se reflete na relação da mulher com o espaço urbano?

1.1.1.4 O Patriarcado na cidade

(...) a cidade reproduz uma divisão dada por natural.

Existe um ‘fora’ e um ‘dentro’. O fora da cidade é o espaço dos homens. Com o espaço de dentro, o lar, julga-se que as mulheres tenham segurança.”

(ENGEU, 1974 apud: CALIÓ, 1992)

Ao estabelecer uma hierarquia entre homens e mulheres, o patriarcado cria papéis de gênero, definições socioculturais do que é apropriado para cada sexo, estabelecendo culturalmente responsabilidades, deveres e lugares para cada um. (MONTANER, MUXI, 2014, p 253).

Como resultado dessa distinção de papéis a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade por tarefas de reprodução, como manutenção do lar e cuidado dos filhos e família. Essa condição às coloca em uma posição de maior sensibilidade à inadequações de infraestrutura urbana, impropriedade de moradia, falta de água, energia, saneamento. São também mais prejudicadas pela falta ou precariedade de equipamentos públicos essenciais como creches, postos de saúde, escolas, lavanderias e cap.) mulheres e cidades | conceitos + teoria

restaurantes populares, pavimentação e adequação de passeios, iluminação pública e áreas públicas de lazer e estar.

A divisão sexual do trabalho, imposta pela ideologia patriarcal, traz consequências à relação da mulher com o espaço público das cidades. As possibilidades de deslocamento são, por exemplo, limitadas em função de um carrinho de bebê. Os trajetos, ou até mesmo a escolha da moradia das mulheres de classe média, são pensados em função dos equipamentos dispostos nas proximidades, como creche, escola, mercado. Sua relação com os espaços públicos é muitas vezes feita a partir da rotina de seus filhos, acompanhando-os em praças, quadras, parques.

Essa lógica mostra que o uso e ocupação dos espaços pelas mulheres passa majoritariamente pela necessidade de cumprir suas obrigações cotidianas, sem se apropriar, sem apreender os espaços das ruas, praças e calçadas como espaços de ocupação, permanência e exercício da cidadania. (GOUVEIA, 2006).

Outra distinção de papéis de gênero construída pelo patriarcado é a noção do lugar de cada um. Enquanto à mulher se reserva o espaço privado, o homem tem o público, a rua, como lugar de interação, socialização, política. Paula Santoro (2005) entende o espaço público como a expressão física da vida pública, portanto, quando restringida a participação da mulher ao espaço público, seu acesso a vida pública e política é dificultado. A inserção desigual das mulheres à espaços deliberativos diminui as possibilidades de que tenham garantida sua representatividade e decidam politicamente em seu próprio nome.

Consequentemente, com a maior participação das mulheres nos espaços de discussão, planejamento e projeto das cidades, serão criadas soluções que supram as demandas essenciais de todas

que deem visibilidade às questões de gênero e tornem o espaço público mais efetivamente apropriado pelas mulheres.

As cidades, como produto das relações sociais e suas contradições, reproduzem espacialmente as divisões da sociedade na forma de segregação. (CALIÓ, 1992 apud: GONZAGA, 2004).

Como produto das relações de gênero, o patriarcado é reproduzido na estruturação da cidade, afetando o tempo das mulheres, que cumprem os deveres de administradora do lar e dividem seu tempo entre emprego, afazeres domésticos, pagar contas, ir ao mercado, etc. Tendo assim seu direito, como cidadã, de usufruir o espaço urbano condicionado pelo seu papel social.

O patriarcado também se traduz em como os lugares públicos são identificados com os “tipos de mulher” que a sociedade produz; ou ainda, como mulheres são vistas com desrespeito por estarem sozinhas em certos espaços, afastando-as da vida urbana por medo de julgamentos e violência física. (CALIÓ, 1992 apud: GONZAGA, 2004).

1.1.2 Mulheres na cidades

Segundo Taciana Gouveia (s/d), há uma distância entre constatar a presença das mulheres nos espaços urbanos e uma realidade em que existam espaços produzidos a partir de e para suprir as demandas específicas das mulheres, sendo receptivos e funcionando como promotor da apropriação e inclusão das mesmas na cidade. Ainda de acordo com Gouveia (s/d) o espaço urbano é muitas vezes um meio para, ou onde, as mulheres cumprem suas obrigações cotidianas, afastando-se da compreensão do espaço como seu para exercício da cidadania, para ocupar, permanecer, intervir, discutir, socializar.

Sobre o acesso à cidade, Gonzaga(2004) traz uma perspectiva histórica que vincula o acesso ao espaço urbano ao direito à propriedade privada, dessa maneira, mulheres que foram historicamente privadas de riquezas e propriedades são impedidas de “usufruir e apropriar-se do espaço construído, público e privado, e até mesmo de seus próprios corpos.” (GONZAGA, 2004). Trazendo à luz dados que corroboram essa perspectiva, o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, divulgado em 1988, apontava que ¾ das riquezas mundiais eram produzidas pelas mulheres, contudo as mesmas acessavam para seu usufruto apenas ¼ delas.

Entendendo as cidades brasileiras como fruto de uma lógica discriminatória e segregadora, traduzida na precariedade da infraestrutura urbana, nos contrastes espaciais e nas opressões sociais da superestrutura; para as mulheres isso se manifesta em violência, distinção de acessos à recursos públicos e ao trabalho. Dessa forma, mesmo compartilhando das mesmas condições sociais, mulheres e homens vivenciam de forma diferente o espaço urbano, pois além da desigualdade socioespacial que pesa sobre todos, sobre as mulheres recai um conjunto de fatores culturais, simbólicos, normativos e institucionais que radicalizam o acesso desigual das mulheres às cidades. (TAVARES, 2008).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho as inseriu na luta por equipamentos públicos que apoiassem suas responsabilidades com as tarefas de reprodução, manutenção do lar e cuidados com a família. Em um primeiro momento priorizando creches e escolas, e, uma vez inseridas nas lutas e nos movimentos sociais, as reivindicações foram se ampliando e se tornando mais complexas, contemplando direitos, ao espaço público e à cidade. (SANTORO,

2007).

As reivindicações primeiras das mulheres mostram como a vida doméstica tem influência na vida pública, traduzindo-se em suas lutas e posicionamentos político sociais. Suas vidas públicas, tanto na esfera do trabalho remunerado quanto nas participações da vida pública, dependem do desenvolvimento de suas vidas domésticas, suas responsabilidades de reprodução.

Essa vinculação de seus interesses e preocupações primárias às temáticas domésticas resulta da construção social dos papéis de gênero, que se materializam na **divisão sexual do trabalho**, ferramenta ideológica de imposição de papéis e responsabilidades associadas especificamente ao gênero, como a manutenção do lar e os cuidados com a família, que são tarefas reprodutivas.

Para combater diretamente a divisão sexual do trabalho, Hayden (1980), sugere uma reorganização do lar e do trabalho, do privado e do público, de forma a chegar a justa divisão de responsabilidades domésticas entre homens e mulheres. Extrapolando conceitos tradicionais de privado e público e propondo a socialização das atividades e responsabilidades reprodutivas, como cozinhar, lavar roupas, transporte e deslocamento e a manutenção dos lares. Hayden discute novos paradigmas de moradia, de vizinhança e de cidades ao pensar as questões de gênero no espaço urbano, propondo espaços que apoiem as atividades das trabalhadoras e de suas famílias. Para tanto, desenvolve um sistema de organização das vizinhanças, que denomina HOMES – Homemakers Organization for More Egalitarian Society, pequenos grupos organizados, trabalhando de forma comunitária e efetiva, envolvendo homens e mulheres de todas as idades nas atividades reprodutoras em bases de igualdade, revendo e questionando, cap.1 mulheres e cidades | conceitos + teoria

em um contexto norte americano, os subúrbios residenciais, os deslocamentos prioritariamente particulares e individuais, as moradias individuais e a baixa densidade de áreas residenciais. Essa proposta será mais detalhada no capítulo 2 no item referente à análises de políticas, legislações e iniciativas já existentes. Contudo, é preciso, de acordo com Gouveia (s/d) admitir que a desigualdade não passa apenas pela produção e reprodução das cidades, mas é por princípio um elemento constituinte das mesmas. Esse é um conceito importante, uma vez que, trabalhando apenas desigualdades de acesso, estamos trabalhando os impactos e consequências na vida das mulheres, o que por si só é um trabalho de grande importância. Porém, não age na desconstrução da sociedade desigual, é preciso assumir a desigualdade como estruturadora e dinamizadora das cidades, enfrentando as questões de poder e privilégios.

Assim, as ações e discussões que buscam trabalhar o espaço urbano sob a perspectiva de gênero, devem avançar em duas frentes. Uma focada nos acessos à espaços urbanos, oportunidades, equipamentos e serviços, qualificando o espaço de forma torná-lo mais receptivo e justo à apropriação das mulheres; enquanto, paralelamente, outra frente pautada em políticas afirmativas de combate a condição de desigualdade de gênero.

1.1.3 Inclusão de gênero + função social da terra

“(...) Se, como nós urbanistas sempre afirmamos, nossas cidades são desiguais, talvez possamos afinar um pouco o olhar e afirmar que, são diferentemente desiguais para homens e mulheres.”

(Santoro, 2007)

Argan (2001) defende que todo projeto é carregado de intenções, não parte de, nem resulta em, algo neutro imune de valores e juízos. Ainda segundo Argan, a intenção do projeto é contra alguém ou alguma coisa. Dessa forma, é preciso desenvolver o projeto urbano contra a pressão patriarcal estruturante, que torna as cidades desiguais e as mulheres subjugadas, contra a divisão sexual do trabalho, que limita os acessos espacial e temporalmente. A força do projeto é o impulso para a mudança contra o conservadorismo e a inércia.

A metodologia de projeto e planejamento urbano que, pode agir contra a estrutura social vigente de desigualdade de gênero, de forma coerente e efetiva passa pela extração das discussões de gênero para o conceito de função social da terra e da propriedade, entendendo as mulheres como um grupo sensível a sua aplicação e reconhecendo a inclusão de gênero no espaço urbano como um instrumento do cumprimento da função social. (SANTORO, 2007).

A função social da terra é um princípio básico previsto pela Constituição Brasileira de 1988⁵, e, reafirmado pelo Estatuto da Cidade quando, em 2001, implementa o Plano Diretor como um instrumento de garantia da gestão territorial da cidade a partir dos interesses públicos. Entendendo a redução das desigualdades sócio territoriais de gênero como de interesse público, as políticas públicas devem contemplar a pauta, agindo para garantir às mulheres segurança, condições de lazer e atividades culturais nos espaços

5 Conforme artigo 5º, XXIII da Constituição Federal de 1988 “A propriedade atenderá a sua função social.” Nesse momento sem distinções entre propriedade rurais ou urbanas. Já no artigo 182, dentro do capítulo II sobre política urbana, é delegado ao poder municipal o cumprimento de políticas de desenvolvimento urbano que ordenem o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade” e garantam o bem estar de seus habitantes.

públicos, acesso aos serviços essenciais e aos equipamentos sociais. (CYMBALISTA, CARDOSO, SANTORO, 2008).

O cumprimento da função social da cidade, como garantia dos interesses coletivos sobre os interesses privados e da equidade de acessos a espaços, recursos e oportunidades, é questão central para o fortalecimento do Estado democrático de direito como instância a assegurar a igualdade sem discriminação. (CASIMIRO, 2017).

• • •

Discutidos os conceitos teóricos e ideológicos que guiaram esse trabalho, expondo o espaço urbano como mais um instrumento de dominação de gênero, reflexo das relações sociais historicamente consolidadas entre mulheres e homens, estabelece-se a necessidade de elaboração de uma metodologia de desenho e projeto, que altere o espaço urbano de seu caráter opressor e de manutenção da dominação de gênero, para um espaço afirmativo e empoderador. Essa metodologia será discutida e apresentada no capítulo 2, e terá seus resultados expostos no capítulo 3.

capítulo 2. cidades para mulheres | discussão e aplicação do método

NAO É NORMAL
TER MEDO DE
ANDAR SOZINHA
NA RUA

Pixo em muro de Coimbra, Portugal autora desconhecida.
Retirado de <https://www.pinterest.pt/pin/777293216907108412/>

2.1 Sobre o método | Por cidades empoderantes

Assumindo a leitura marxista da sociedade, em que as formas ideológicas se compõem a partir de uma realidade material existente a priori, entende-se ideologia como o conjunto de ideias que serve e representa a classe dominante. O capítulo anterior traz a discussão de gênero nas cidades, expondo o patriarcado como o instrumento ideológico da classe dominante nas disputas de gênero. Dessa forma, é feita uma análise da mútua relação entre a estrutura territorial e a ideologia vigente, abordando a influência do patriarcado no acesso das mulheres ao espaço urbano.

Nesse capítulo será exposto o processo de desenvolvimento da metodologia que será adotada a fim de se alcançar os objetivos elencados na Introdução.

2.1.1 Caracterização do método – O papel político social do desenho, do planejamento e do espaço urbano na inclusão de gênero

Compreendendo a inclusão de gênero no espaço urbano como um instrumento do cumprimento da função social da cidade, toma-se o desenho e o planejamento urbano, conforme discurso de ARGAN (2001), como ferramentas repletas de intenções políticas e ideológicas, que posicionam-se contra ou a favor de determinado cenário ou estrutura social. O conjunto de métodos determinados, e aqui descritos, têm intenção de apoderar-se dessas ferramentas como forma de alcançar tanto a inclusão de gênero quanto o cumprimento da função social da terra.

Para tal, o método proposto é pautado pela importância do

cap.2 cidades para mulheres | discussão e aplicação do método

desenho como técnica de análise e de proposição do espaço urbano, entendendo-o como expressão e estruturação de decisões e determinações (MARTINS, 2007). Conforme reflexão de Moacyr Moojen Marques (2013), a cidade deve ser vista a partir de vários desenhos que ilustram as análises espaciais, investigam as alterações e evoluções do espaço urbano, observam e registram as interações entre usuário e espaços urbanos. Tais registros obtidos a partir da visão das usuárias do espaço urbano que contribuíram respondendo os questionários aplicados.

O desenvolvimento dos métodos culminarão com um resultado|produto, um compilado de diretrizes e propostas de desenho urbano para a Inclusão de Gênero nos Espaços Urbano da Cidade de Uberlândia. A intenção de atingir esse produto vem do entendimento de Lacoste (1977) da responsabilidade e do compromisso do pesquisador frente à população que lhe serviu como sujeito, em lhe devolver e apresentar os resultados de forma didática, clara e de fácil leitura, possibilitando a compreensão, a crítica e a opinião. “Todo saber é instrumento de poder para uma minoria” (LACOSTE, 1971), assim, é responsabilidade do pesquisador dividir com a sociedade o que aprendeu com ela.

2.1.2 Guias que propõem a revisão das metodologias de planejamento e desenho urbano

Segundo o senso 2010 elaborado pelo IBGE, 85,9% da população brasileira vive em cidades, tornando o espaço construído o cenário principal dos conflitos de gênero em nosso país, e reflexo da situação de injustiça e desigualdade de gênero que constrói nosso contexto.

O Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG, é parte do

Programa de Estatísticas de Gênero do IBGE, que, estabelecendo comparações entre os dados do senso 2000 e o senso 2010, lançou em 2014 uma análise das estatísticas nacionais a partir de indicadores de gênero a fim de contribuir para o conhecimento da realidade socioeconômica das mulheres.

De acordo com o SNIG (2014), em 2010, de um universo de 160,3 milhões de pessoas vivendo nas cidades brasileiras, 49,1 milhões (30,6%) estão em condições inadequadas de saneamento e moradia, dessas 50,9% são mulheres. São elas as responsáveis únicas por 41% dos domicílios, em 2000 eram 27,3%. Seu rendimento médio, em mesmas posições é 73,8% do rendimento dos homens, com apenas 39,8% da sua força de trabalho recebendo pelo regime de CLT, evidenciando o restrito acesso ao mercado formal de trabalho. Em casa a média de horas gastas com o trabalho doméstico é de 24 horas semanais, mesmo entre as mulheres economicamente ativas. Enquanto os homens, economicamente ativos ou não, declararam dedicar em média 10 horas semanais às responsabilidades domésticas e familiares. (SNIG, 2014).

No ano de 2003, é criada a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, como forma de institucionalização das questões de gênero em âmbito federal. A ação busca impulsionar as implementações de programas e políticas voltadas à defesa e realização dos direitos das mulheres, combatendo discriminações e desigualdades de gênero no país. A partir desta Secretaria há uma tentativa de mobilização da sociedade através dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, conferências nacionais que até o momento ocorreram em 2004, 2011 e 2013, durante os governos petistas. As metas do último Plano tratam da autonomia

e igualdade socioeconômica das mulheres e sua participação ativa em todas as fases das políticas públicas. Contudo ainda não se discutiu, em âmbito nacional, uma metodologia para trabalhar o espaço urbano sob perspectiva de gênero.

A análise urbana sob perspectiva de gênero tem origem a partir dos anos 1970, na chamada “segunda onda do feminismo” que, embalada pelos movimentos de direitos civis dos anos 1960, passa a questionar o papel da mulher na produção dos espaços construídos, dos cômodos das habitações às cidades. Questionando seu papel como agentes ativos, participantes da efetiva construção dos espaços urbanos, e passivos, como usuárias desses espaços.

Neste contexto a arquiteta e professora Leslie Kanes Weisman⁶, lançou o Women's Environmental Rights, manifesto que expõe o espaço público como um ambiente produzido por homens, denunciando seu reforço às convenções e definições sexistas em relação ao papel das mulheres na sociedade. O manifesto associa espaço à poder, sendo ele passível de empoderar ou oprimir, nutrir ou empobrecer as relações sociais. Entende-se, dessa forma, toda apropriação e uso do espaço como atos políticos. (WEISMAN, 1971)

Como define Lefebvre (2010), as cidades são a projeção da sociedade em um determinado espaço. Inseridas em uma sociedade pautada por relações patriarcais as cidades refletem essas relações em seu desenho, planejamento e espaço físico. A experiência e vivência feminina, via de regra, não é considerada nos

6 Leslie Kanes Weisman foi professora de Architecture and Environmental Design no New Jersey Institute of Technology em Newark, estado de Nova Jersey (EUA) e co-fundadora da Women's School of Planning and Architecture que funcionou de 1974 a 1981.

atuais métodos de planejamento e desenho urbano. O resultado disso são cidades que limitam as mulheres, não oferecendo o suporte básico no alcance da sua autonomia, ao contrário disso, muitas vezes resultando como entrave à vida das mesmas.

Em um contexto global de mulheres submetidas a espaços e situações de exclusão e violência, tanto na dimensão pública quanto privada, apenas pela condição de serem mulheres, os movimentos de mulheres passam a se articular em nível internacional, desenvolvendo pesquisas e ações a respeito das variadas formas de violência e exclusão enfrentadas.

Algumas dessas iniciativas resultaram em guias que propõe a revisão da metodologia de planejamento e desenho urbano a partir da perspectiva de gênero. A análise de quatro desses estudos foi desenvolvida para compor e elaborar a metodologia de trabalho da presente pesquisa. Os guias escolhidos foram, “**Urbanismo con Perspectiva de Género**” feito pelo governo da província de Andalucía na Espanha em 2004; “**Learning From Women to Create Gender Inclusive Cities**” desenvolvido pela organização Women in Cities International, baseada em Montreal, lançado em 2010; “**Building Safe and Inclusive Cities for Women - A Practical Guide**” lançado em 2011 em uma parceria da ONU WOMEN e ONU HABITAT e “**Gender Issue Guide - Urban Planning and Design**” elaborada também pela ONU HABITAT em 2012.

A seguir, são expostas as análises anteriormente mencionadas, a partir de ordenamento cronológico:

2.1.2.1 Urbanismo con Perspectiva de Género | Junta de Andalucía, 2004

O trabalho espanhol entende o urbanismo como a prática que

influi diretamente no acesso que pessoas e grupos sociais têm à locais de trabalho, equipamentos, serviços; e essas possibilidades de acesso não são iguais a todos. A partir disso estabelece a **divisão sexual do trabalho** como a principal causa das diferentes possibilidades e oportunidades de acessar os bens e recursos dos espaços urbanos experimentadas por mulheres e homens.

A Comissão Europeia, então, reconhece a **divisão sexual do trabalho** e suas consequentes múltiplas jornadas destinadas, via de regra, às mulheres, como um grande obstáculo para a incorporação das mulheres no mercado de trabalho em condições igualitárias a dos homens. Reconhecendo, também, que a realização das tarefas reprodutivas, delegadas às mulheres, são afetadas pela configuração das cidades na contemporaneidade.

Por fim, a Comissão Europeia estabelece um vínculo fundamental entre igualdade na esfera pública, as limitações a essa igualdade impostas pelos trabalhos da esfera privada (tarefas reprodutivas), e a possibilidade de reduzir essas limitações com um espaço urbano que facilite a realização das tarefas reprodutivas.

O guia analisado aborda a relação e apropriação das mulheres com o espaço urbano a partir da divisão sexual do trabalho e imposição das tarefas de reprodução a elas. Percebe-se as tarefas reprodutivas como pouco valorizadas, apesar de seu imprescindível valor à manutenção da vida social, tendo suas demandas espaciais e urbanas específicas muitas vezes ignoradas. Abordar o urbanismo sob perspectiva de gênero seria trazer esse trabalho de reprodução, até então invisível, à luz.

O texto discute ainda a relação do zoneamento sob a perspectiva de gênero, uma vez que a separação dos espaços em residencial, de trabalho, de lazer, de saúde, de educação, tem um significado

totalmente diferente a partir da experiência de quem é responsável pelas atividades domésticas de reprodução, pois, para quem cuida da manutenção do lar, do cuidado dos filhos e/ou dependentes, esses espaços além de serem equipamentos, residência ou estabelecimentos comerciais, são também espaços de trabalho. A primeira etapa da metodologia proposta, após as discussões conceituais expostas acima, é relativa a uma série de detalhadas análises de temas setoriais, sempre abordadas sob perspectiva de gênero, como transporte, espaços públicos e segurança, habitação, equipamentos, comércio e lazer e atividades econômicas.

Em seguida o processo metodológico de planejamento, sugere quatro pontos a serem seguidos:

Quadro 01: processo metodológico de planejamento.

Análise de dados quanti qualitativos	Dados demográficos diferenciados por gênero e informações cruzadas combinando gênero com outros indicativos como idade, classe socioeconômica, região. Alinhando estatísticas quantitativas com dados qualitativos que auxiliem no entendimento das necessidades, desejos e prioridades da população.
Participação	Garantia de participação, dando voz às mulheres pertencentes aos grupos sociais que serão envolvidos no projeto, e a sua representação em instâncias deliberativas.
Técnica: classificação dos solos, zoneamento e ação setorial	Revisão das separações de usos pelas leis de zoneamento, assim como estudos sensíveis às questões de gênero para determinação de novos loteamentos e combate aos vazios urbanos.
Avaliação e monitoramento	Se faz necessário o uso de instrumentos de verificação e avaliação dos resultados e objetivos alcançados

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados Junta de Andalucia, 2004.

Pensando a vida cotidiana e as dificuldade enfrentadas, principalmente pelas mulheres, na interação da vida em esferas pública e privada, desempenhando tarefas produtivas e reprodutivas, a Comissão Europeia e a maioria dos Estados membros passam a considerar a conciliação entre a vida no trabalho e a vida em família como campo prioritário das políticas públicas. Questiona-se assim a divisão sexual do trabalho e a manutenção dos papéis de gênero, propondo uma justa e equilibrada divisão de responsabilidades produtivas e reprodutivas e fim dos estereótipos de gênero. Dessa maneira o guia recomenda uma sequência de questionamentos a serem feitos:

- Questionar a divisão convencional entre trabalho produtivo remunerado e o trabalho não remunerado, entendendo ambos como de igual importância para o desenvolvimento e a manutenção do indivíduo e da sociedade;
- Questionar os processos de tomada de decisão sem participação;
- Questionar a falta de valor social creditado às tarefas reprodutivas. Se faz necessária a valorização e socialização dessas tarefas e responsabilidades;
- Questionar a prática funcionalista do zoneamento que segregá os espaços para realização de trabalhos remunerados dos espaços para trabalho de reprodução.

Finalmente, apesar de não demonstrar documentação da aplicação da metodologia desenvolvida, o trabalho lista uma série de recomendações, divididas por tema e escala, para se obter o planejamento das cidades com perspectiva de gênero:

Quadro 02: recomendações conforme escalas de atuação e temática.

Integração de usos + proximidade	<p>Escala regional: - planejar núcleos compactos de usos mistos nas proximidades das estações de transporte público;</p> <ul style="list-style-type: none"> - mecanismos que vinculam o crescimento à infraestrutura de transporte público já existentes ou já projetadas.
	<p>Escala regional urbana: - políticas que proíbam e impeçam a exploração dos vazios urbanos, pensando o crescimento de forma planejada e sempre adjacente a área já consolidada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - adensar e estruturar o solo urbano que já possua infraestrutura; - reutilizar solos degradados ou subutilizados como área de crescimento; - evitar monofuncionalidade em novos empreendimentos; - criar diretrizes de desenho compacto e de uso misto.
Integração de usos + proximidade	<p>Escala do bairro: - incluir equipamentos de todos os tipos em todos os bairros residenciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - incluir usos produtivos em zonas residenciais, definindo trechos, condições fiscais de localização e tipologia, evitando a expulsão dos moradores e os impactos socioeconômicos negativos; - realização de projetos que acrescentem áreas de trabalho em bairros residenciais.
	<p>Escala do bairro da habitação: - tipologias que permitam prevejam espaços para o trabalho produtivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - tipologias que permitam prevejam soluções para o cuidado de dependentes; - tipologias coletivas com serviços que socializem as tarefas reprodutivas; - equipamentos de socialização das tarefas reprodutivas; - incluir equipamentos e serviços dentro das estações de transporte.

Transporte	<p>Escala regional urbana: - planejamento em escala regional de acordo com o plano de crescimento e classificação de solos urbanizados;</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumentar investimentos em transporte público e diminuir os investimentos em transporte privado; - rever rotas de acordo com tipos variados de deslocamento; - garantir que todo grande equipamento, inclusive de lazer, seja acessível via transporte público. <p>Escala do usuário: - qualidade, segurança e ergonomia dos mobiliários de apoio e dos veículos.</p>
Espaços públicos + segurança	<p>Escala urbana do bairro: - conciliar rede de transportes públicos à caminhos de pedestres;</p> <ul style="list-style-type: none"> - continuidade e hierarquia das redes de espaços públicos; - elementos que facilitem a legibilidade, a orientação e a apropriação dos espaços; - garantir usos mistos nos bairros; - priorizar pedestres e ciclistas, garantindo trajetos seguros. <p>Escala do bairro da edificação: - boa visibilidade dos espaços públicos a partir dos edifícios do entorno;</p> <ul style="list-style-type: none"> - garantir que edifícios públicos e seu entorno sejam seguros e dêem condições de acesso e uso a todos; - garantir a segurança e a manutenção dos espaços públicos.
Atividades econômicas	<ul style="list-style-type: none"> - oferta de empregos próxima a eixos de transporte público de maior acessibilidade, próximos a equipamentos, serviços e comércios; - “planejamento do tempo”, prática de flexibilização e adequação dos horários de funcionamentos de serviços aos horário de trabalho.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados Junta de Andalucia, 2004.

Complementarmente à essas recomendações o Guia Urbanismo con Perspectiva de Género lista os princípios desenvolvidos pela prefeitura de Montreal, Canadá, explorando recomendações, na escala do usuário, para espaços urbanos mais seguros e inclusivos às mulheres:

1. Saber onde está: sinalização clara, precisa e uniforme; visível sem destoar-se no espaço, porém sem se camuflar;
2. Ver e ser vista: iluminação estrategicamente distribuída, com intensidade suficiente, uniforme que não ofusque o pedestre; amplo campo de visão e permeabilidade visual; evitar percursos previsíveis oferecendo vários percursos;
3. Ouvir e ser ouvida: mescla de usos para assegurar presença de pessoas; procurar que os usos funcionem cobrindo uma grande amplitude de horários;
4. Poder escapar/pedir socorro: sinalização e vigilância; comércios e serviços (vigilância informal);
5. Áreas residenciais com entorno “aconchegantes”: manutenção das áreas públicas; formas espaciais que favoreçam a apropriação, transformação, entendimento e uso;
6. Participação comunitária: mobilização da população e das entidades locais públicas e privadas. Incentivo da apropriação dos lugares públicos pela população.

Dessa forma, o guia discute urbanismo como fator determinante no acesso de pessoas e grupos sociais à trabalho, equipamentos e serviços. Partindo daí analisa a relação das mulheres com o espaço urbano a partir da divisão sexual do trabalho. Ou seja, o papel de gênero culturalmente construído que responsabiliza,

quase exclusivamente as mulheres, pelas tarefas reprodutivas, de manutenção do lar e cuidado com a família. Assim, o trabalho expõe os espaços urbanos como pensados a partir da lógica de valorização da produção capitalista, desvalorizando e ignorando as tarefas reprodutivas não remuneradas, entretanto, aponta-o como potencial facilitador das tarefas de reprodução, contribuindo inclusive com uma política de socialização das mesmas.

Apesar da riqueza da discussão, em relacionar espaço urbano e questões de gênero sob o viés da divisão sexual do trabalho, dentro de um contexto que tende a relacionar esses temas apenas pela ótica da segurança, o texto recomenda questionamentos a serem feitos quanto a valorização do trabalho reprodutivo e o combate a divisão sexual do trabalho que estão além da capacidade de ação do desenho e do planejamento urbano, não discutindo as limitações da arquitetura e do urbanismo em responder tais questionamentos sob uma perspectiva propositiva.

Por outro lado, o que chama atenção no método proposto, é o destaque ao zoneamento feito a partir da consideração das questões de gênero, pensando núcleos compactos de uso misto e integrados ao transporte público que contribuam para a eficiência das tarefas reprodutivas. Combinados ao combate aos vazios urbanos como meio de gerar segurança e agir sobre as vulnerabilidades socioeconômicas, ou seja, acesso à terra, à moradia, ao mercado de trabalho, à equipamentos e serviços públicos. É interessante notar as semelhanças das recomendações do guia quanto ao combate dos vazios urbanos, com as recomendações de Jane Jacobs (2011) para a diversidade e animação social das cidades, aqui elencados como ferramentas de socialização das tarefas reprodutivas, de combate à violência

de gênero, ao assédio e às vulnerabilidades socioeconômicas.

2.1.2.2 Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities | Women in Cities International (WICI), 2010

No centro dos movimentos por cidades seguras e inclusivas para mulheres está o entendimento de que a violência e o medo restringem o acesso aos espaços urbanos e à cidade como um todo, incluindo o acesso à oportunidades de trabalho, serviços de saúde e educação, áreas de recreação e envolvimento político. Resultando na exclusão das mulheres de diversos aspectos e direitos da vida urbana.

Com objetivo de intensificar a discussão sobre inclusão da mulher nos espaços urbanos foi criado pelo Women in Cities International (WICI) o programa Gender Inclusive Cities: Increasing Women's Safety by Identifying and Disseminating Effective and Promising Approaches that Promote Women's Equal Acess to Public Spaces (GICP). O programa tem seu foco estratégico em três eixos:

- identificar e mapear locais de acordo com seu grau de inclusão de gênero e a interação de outros grupos marginalizados nesses espaços;
- identificar atividades, ferramentas e políticas públicas que ajam como barreiras à inclusão e igualdade de gênero;
- identificar e elaborar boas práticas relacionadas a inclusão de gênero nas cidades.

Entendendo que vários fatores contribuem para situações de exclusão ou inclusão de gênero nas cidades, a metodologia eleita concentra o trabalho de pesquisa e ação na problemática da segurança da mulher e suas experiências baseadas na violência de gênero. Dessa forma o GICP coordenado pelo WICI associa-se a outras quatro iniciativas ao redor do mundo, Jagori organização

de Delhi na India; o International Centre of Independent Women Forum (ICIWF) em Moscou, Russia; Red Mujer y Habitat de America Latina com base em Rosario, Argentina e o International Centre and Network for Information on Crime da Tanzania; para o desenvolvimento das pesquisas, ações e elaboração do guia objeto de estudo.

A metodologia foi desenvolvida de forma que todos os grupos de pesquisa, das diferentes cidades, adotassem os mesmos parâmetros e ferramentas, facilitando as posteriores análises e comparações. A coleta de dados foi feita em quatro etapas, objetivando maior detalhamento e abrangência de informações em várias escalas de abordagem:

1. Revisão das políticas, legislações e iniciativas que tratem questões de gênero;
2. Desenvolvimento de grupos focais de discussão;
3. Pesquisa nas ruas com base em questionários;
4. Auditorias sobre segurança da mulher (WSA);

O desenvolvimento dos grupos focais acontecem a partir de seis blocos básicos de perguntas direcionais que estimulam a reflexão das participantes quanto ao sentimento de segurança e liberdade nos espaços públicos, relacionando esse sentimento a características físicas do espaço.

A pesquisa de rua é apontada como importante ferramenta de coleta de dados sobre o espaço público, uma vez que os questionários podem ser feitos no próprio espaço em questão, tornando mais fácil para as entrevistadas pensar e responder sobre determinado local.

A auditoria sobre segurança da mulher, ou Women's Safety Audits (WSA), é uma ferramenta desenvolvida em 1989 pelo Metropolitan

Toronto Action Committee on Violence Against Women and Children (METRAC). O método se desdobra em cinco estágios, a preparação do grupo participante, a caminhada em si, o processamento de informações, o desenvolvimento de recomendações para a área e, por fim, ações práticas para melhorar a segurança do local identificado como inseguro. As participantes são mulheres usuárias do local que são orientadas pela caminhada a analisar os fatores que contribuem para a percepção do nível de segurança do espaço, os fatores elencados pelo WICI são: características físicas, iluminação, sinalização, possível rota de fuga; uso do espaço, presença de usuários, multidões, vendedores ambulantes, traficantes; existência de senso comunitário, interação entre vizinhos, sistema informal de vigilância cidadã; policiamento adequado ou inadequado. (WICI, 2008).

O Guia se organiza de forma que cada cidade é discutida em um capítulo, primeiramente é feita uma análise do contexto de cada uma das cidades, no país, na região em que se insere, discutindo rapidamente sua economia e seus programas e políticas destinados à segurança da mulher já existentes, além de expor os índices acerca da violência de gênero. Em seguida, contextualiza-se o sítio específico de trabalho, bairros ou zonas das cidades em que foram identificados situações de insegurança. A partir daí são apresentados e processados os dados das pesquisas com a população, apresentando as discussões presentes nos grupos focais, listando e comentando os fatores associados à insegurança; gráficos indicam os resultados das pesquisas de rua e o relatório referente a WSA realizadas, identificando fatores prejudiciais à segurança e suas devidas recomendações.

Quadro 03: recomendações e fatores de insegurança por cidade pesquisada.

Cidade	Fatores associados à insegurança	O que mais afeta sua segurança pessoal no espaço?	Recomendações
Rosário Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - áreas ligadas ao uso e tráfico de drogas; - presença e comportamento dos homens; - idade; - sexualidade: identidade de gênero e orientação sexual; - infraestrutura precária e falta de planejamento urbano: iluminação, telefones públicos, pouca manutenção dos espaços e ruas, espaços vazios e “abandonados”; - condições dos transportes públicos e das paradas de ônibus; - pouca visibilidade, barreiras visuais e ruas “cegas”. 	<ul style="list-style-type: none"> - ser mulher 	<ul style="list-style-type: none"> - manutenção do espaço físico; - melhorar sinalização; - instalação de telefones públicos; - vegetação podada para não obstruir visão; - aumentar áreas verdes; - equipamentos para estimular a presença; - poder de voz aos residentes nos momentos de decisão;

Delhi Índia	<ul style="list-style-type: none"> - condições precárias de infraestrutura; - transporte público; - pobreza e status socioeconômico; - idade; - local de origem; - portar necessidades especiais; - sexualidade: identidade de gênero e orientação sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> - ser mulher 	<ul style="list-style-type: none"> - iluminação e melhor desenho das paradas de ônibus; - controle do tráfego garantindo mais segurança a pedestres e ciclistas; - telefones públicos; - comércio de rua aberto por mais horas; - banheiros públicos seguros.
Petrozavodsk Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - segurança no transporte e no trânsito; - uso de álcool, drogas e comportamento anti-social; - infraestrutura precária. 	<ul style="list-style-type: none"> - ser mulher 	<ul style="list-style-type: none"> - maior divulgação do número de denúncias.
Dar es Salaam Tanzânia	<ul style="list-style-type: none"> - pobreza e naturalização de assentamentos informais; - pouca manutenção dos espaços livres; - desconfiança entre vizinhos; - percepção pública das mulheres como fracas e incapazes. 	<ul style="list-style-type: none"> - ser mulher 	<ul style="list-style-type: none"> - melhoramento de iluminação, pavimentação e sinalização. - agir perante áreas abandonadas e vazias; - implantação de equipamentos de saúde, educação e estabelecimentos comerciais; - trabalho conjunto entre comunidade e líderes locais; - políticas de educação pública.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados: WICI, 2010.

Por fim, há o cruzamento dos dados obtidos nas quatro cidades, mostrando suas semelhanças e diferenças. Neste capítulo o Guia apresenta o dado de que 83% das mulheres entendem seu gênero como o principal fator que as coloca em posições de insegurança nos espaços urbanos, mostrando que o gênero é um determinante fator nas experiências de cada um e cada uma nas cidades. (WICI, 2008).

O “Learnins from Womem to Create Gender Inclusive Cities” é um trabalho que se aproxima do contexto brasileiro, uma vez que esmiúça a realidade de mulheres que vivem em subúrbios de “países periféricos.” Seu atributo é o detalhamento na coleta de dados, feita em várias escalas e instâncias de participação popular, demonstrando quão importante consideram escutar, entender e analisar a interação particular das mulheres com o espaço, buscando relacionar o sentimento de segurança e liberdade às características físicas dos espaços. Quanto aos seus resultados, é ao mesmo tempo perturbador e significativo o dado de que 83% das mulheres ouvidas entendem seu gênero como principal fator de insegurança nos espaços públicos, evidenciando a enorme alienação que sofrem do seu direito de ocupar, se apropriar e intervir no espaço urbano.

2.1.2.3 Building Safe and Inclusive Cities for Women – A Pratical Guide | ONU WOMEN + ONU HABITAT, 2011

Os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU), e de suas secretarias, em criar cidades mais seguras para mulheres e meninas iniciou-se em 1993 com a “Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra Mulher”. Nesse documento

define-se como violência contra mulher qualquer ato de agressão ou assédio baseado nas condições de gênero que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimento físico e/ou psicológico. Estabelece, também, que atos de violência contra mulheres e meninas é uma violação dos direitos humanos e um grande obstáculo na construção de uma realidade de igualdade de gênero, como tal deve ser combatida. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 1993).

O eixo ideológico condutor desse trabalho, assim como no guia analisado anteriormente, assume a violência de gênero e a falta da percepção de segurança como fatores determinantes da exclusão das mulheres no espaço urbano. Baseando-se nessa discussão para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa e trabalho. Casos de violência de gênero, segundo o trabalho analisado, são complexos tanto nas suas causas quanto nas soluções necessárias para combatê-los. Assim, a metodologia de trabalho indicada é o que chamam de “estratégia de segurança”, em que, a partir de uma cuidadosa avaliação dos fatores de influência à segurança da mulher na cidade, são sistematizados planos de intervenção, como exposto a seguir:

Quadro 04: Planos de intervenção dividido em temáticas de atuação.

Definir e entender os problemas locais e específicos	Necessária para a geração de conhecimento sobre determinada situação e relação entre mulheres e o espaço. Observando quais são os obstáculos para a segurança da mulher, quais áreas são mais ou menos seguras, o que as mulheres fazem para se sentir seguras, na área, quais tipos de violência e assédio são identificados no local. Esse conhecimento é obtido em grupos focais, pesquisas de rua e auditorias sobre segurança da mulher.
--	---

<p>Avaliar políticas e programas já existentes que contribuam, ou não, para aumentar a segurança nos espaços</p>	<p>Levantamento das políticas e programas existentes e avaliação de sua influência no espaço analisado. Percebendo que políticas de planejamento urbano ao entender que mulheres e homens têm diferentes experiências e usos no espaço urbano promovem cidades mais seguras e inclusivas.</p>
<p>Desenvolver parcerias entre partes interessadas</p>	<p>Identificar, promover e fomentar potenciais parcerias para implementação de ações que transformem o espaço. Possíveis parceiros são, oficiais e agentes do governo, ONG's ligadas à questões feministas, homens e meninos residentes e usuários da área, mídias, comerciantes locais, grupos de pesquisa.</p>
<p>Planejamento e implementação de intervenções</p>	<p>Baseado nas informações coletadas e nas discussões entre os parceiros encontrados são estabelecidas as ações de intervenção dentro de sete grande áreas identificadas pela ONU Women em parceria com a ONU Habitat durante o ano de 2010 e desenvolvimento de trabalho em Delhi, Índia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planejamento urbano e desenho dos espaços públicos; - Provisão e manutenção dos serviços e infraestrutura urbana; - Transporte público; - Policiamento; - Legislação e instrumentos judiciais de proteção e apoio à vítimas de violência de gênero; - Educação; - Consciência e participação cívica.
<p>Monitoramento e avaliação</p>	<p>O monitoramento e a avaliação das ações e intervenções devem ser feitas em paralelo ao desenvolvimento das atividades, de forma continuada e progressiva.</p>

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados: ONU Habitat e ONU Women, 2011.

Segundo documento desenvolvido pela ONU - Women, Safe Cities Module, são pontuados atributos a serem alcançados, e determinados como o objetivo do trabalho de ação e pesquisa desenvolvidos pelo guia, para se estabelecer uma relação de inclusão e segurança entre as mulheres e o espaço das cidades:

- Liberdade para se apropriarem do espaço público e vida pública sem assédio;
- Livre de violência de gênero em espaços públicos e privados;
- Livre de discriminação de gênero e com direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos garantidos;
- Mulheres e meninas detendo participação e voz ativa nas decisões comunitárias;
- Estado que garanta os direitos de todas, sem excluir mulheres e meninas;
- Estado que aja prevendo e punindo casos de violência de gênero;
- Estado que garanta o acesso de mulheres à justiça.

Assim como o guia “Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities”, esse trabalho lança mão do tema da violência de gênero e do assédio para discutir a relação entre mulheres e espaços urbanos. Expondo a violência e a falta de percepção de segurança como principais fatores de restrição ao acesso à espaços, serviços e equipamentos públicos, às oportunidades de trabalho e educação, à recreação e ao envolvimento político, agindo fundamentalmente no direito à cidade, como conceituado por Lefevbre.

Destaca a importância de se estudar as minúcias e problemáticas de cada contexto, observando os obstáculos e vulnerabilidades particulares, através de metodologias de participação e audições com as mulheres da região. Ele se diferencia do guia anterior ao sistematizar os conteúdos gerados, tanto pela coleta de dados quantitativos quanto pelas análises qualitativas das instâncias de participação, em termos propositivos no âmbito das políticas públicas e do desenho do espaço urbano.

Entretanto, a abordagem da relação entre mulher e espaço urbano feita exclusivamente sob a discussão da violência e da sensação de insegurança desconsidera a coexistência de dimensões de disputa e opressão, gênero, classe, raça. Como discutido por Engels (1996), a primeira opressão de classe é a de gênero, do homem oprimindo a mulher.

2.1.2.4 Gender Issue Guide – Urban Planning and Design | ONU HABITAR, 2012

O trabalho se inicia com a ONU - Habitat reconhecendo o planejamento urbano como parte de um contexto maior de gerência e governança urbana. Fazendo-se necessário o reconhecimento, por partes dos governos, do impacto sistêmico das discriminações e desigualdades. Dessa maneira, discutir gênero e suas dinâmicas socioeconômicas ao pensar o espaço urbano é o ponto inicial na garantia de igualdade, inclusão e sustentabilidade urbana.

Fundamentando-se nesse princípio são apresentados os objetivos do guia que são:

1- Expandir o entendimento sobre as perspectivas e necessidades específicas de gênero no contexto do planejamento e desenho urbano;

2- Capacitação para trabalhar questões de gênero relacionadas ao planejamento, desenho e espaço urbano;

3- Encorajar a inclusão da perspectiva de gênero às políticas, projetos e programas de desenvolvimento urbano sustentável; Em razão das experiências locais, regionais e internacionais da ONU-Habitat auxiliando, criando ferramentas e monitorando práticas de planejamento de desenvolvimento urbano sustentável, essa secretaria é capaz de identificar que, por se relacionar, particularmente aos padrões de trabalho, a ordem física e espacial da cidade refletem, predominantemente, às rotinas e necessidades dos homens. Portanto, a forma como as mulheres se inserem na economia, formal ou informalmente, suas responsabilidades com a manutenção do lar e/ou cuidados com familiares e filhos determinam qual sua relação com o espaço urbano, quais serviços e infraestruturas usam e quando, como interagem com a cidade, mostrando a relação entre a divisão sexual do trabalho e as formas de apropriação dos espaços urbanos pelas mulheres.

Há anos feministas, profissionais, pesquisadores destacam a importância do reconhecimento dos trabalhos informais e serviços não remunerados, desempenhados via de regra por mulheres, como atividades vitais ao funcionamento da sociedade e das cidades.

A realidade de desiguais oportunidades de acesso e divisão de responsabilidades para mulheres e homens resulta em desiguais enfrentamentos dos problemas sociais e urbanos. O quadro abaixo demonstra os múltiplos e sobrepostos desafios enfrentados por mulheres nas áreas urbanas, segundo ONU - Habitar:

Quadro 05: Desafios das mulheres nas dimensões da vida urbana.

Problema	Consequência para mulher
Falta de voz política	<ul style="list-style-type: none"> - excluídas da participação dos governos locais, das tomadas de decisão e estruturação; - regularmente excluídas das deliberações dentro das comunidades. - falta de oportunidade em momentos de discussão e criação de soluções para seus próprios problemas; - regularmente negado seu direito político e humano de decisão por sua própria vida.
Acesso à terra e a moradia, posse assegurada	<ul style="list-style-type: none"> - inadequados programas de acesso e alto preço da terra penalizam e empobrecem áqueles com baixos rendimentos, principalmente mães solteira; - falta de segurança da posse contribui para o empobrecimento e vulnerabilidade econômica de mulheres.
Acesso à infraestrutura e serviços	<ul style="list-style-type: none"> - vulneráveis a violência e o assédio em condições de ausência ou mau estado de equipamentos e serviços; - limitados ou inexistentes sistemas de transporte seguro e economicamente acessível; - limitado ou inexistente acesso a equipamentos de saúde, educação e recreação, sobrecrecendo e aumentando as responsabilidades de mulheres com filhos e/ou familiares.

Meios de subsistência	<ul style="list-style-type: none"> - falta de oportunidade de emprego e baixos rendimentos levam à situação de vulnerabilidade econômica perante parceiros, senhorios e empregadores; - insegurança e falta de acesso à posse da terra resulta na falta recursos, bens e possibilidade de crédito para as mulheres; - predominante presença em setores informais; - baixos salários colocam mulheres e crianças em situações de vulnerabilidade e más condições de habitação.
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - acesso inadequado a água e instalações sanitárias colocam mulheres e meninas em situação de risco a assédios e violência sexual e de gênero; - falta de segurança e meios de proteção restringe a mobilidade de mulheres e meninas e consequentemente seu direito ao acesso à cidade; - ocupações e assentamentos informais com pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico compromete a saúde e a segurança de mulheres e meninas; - falta de emprego, informalização das relações de trabalho e baixos salários tornam mulheres vulneráveis aos assédios de patrões, senhorios e companheiros; - falta de estabilidade econômica e baixos rendimentos levam mulheres a situações e prostituição, vulneráveis a DST's.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados: ONU Habitat, 2012

É válido acrescentar que no Brasil a questão da segurança da posse e do acesso à moradia para as mulheres vêm sendo combatido a partir do programa Minha Casa Minha Vida, 2009, e sua política de titularidade feminina, em que as mulheres, especialmente

mães, têm prioridade em receber a escritura das residências, além disso, em casos de divórcio as mulheres também são priorizadas a manter o imóvel em seu nome, exceto quando o pai tem guarda total dos filhos. (BRASIL, 2009).

Ainda em relação ao quadro, para que exista análise crítica de tais enfrentamentos cotidianos em que são submetidas mulheres e meninas, é imprescindível introduzir pautas de inclusão de gênero em todas as discussões referentes às cidades, principalmente no planejamento e desenho urbano.

Conforme o guia, trabalhar inclusão de gênero na esfera do urbano é pensar nas formas em que o mercado de trabalho impactam diferentemente nas vidas de mulheres e homens; reconsiderar estruturas familiares, papéis parentais e de gênero bem como a divisão das responsabilidades domésticas; analisar as dinâmicas de gênero em instituições públicas e privadas como forma de pensar políticas e práticas inclusivas para todos os setores; aliar ações de reestruturação sistêmicas com medidas remediais em menor escala, por fim, assegurar que as iniciativas respondam às diversidades de gênero assim como trabalhem na redução das desigualdades e discriminações de gênero.

Quanto a metodologia de ação o presente guia estabelece duas frentes, métodos de inserir a discussão de gênero no âmbito do planejamento e desenho urbano; e estratégias que buscam avançar em um desenho urbano empoderador que incluam mulheres e suas experiências nas decisões e discussões.

Os quadros abaixo detalham cada um dos pontos dessas duas frentes de ação, inserção da discussão de gênero no planejamento urbano e estratégias que avancem no desenho urbano empoderador:

Quadro 06: Métodos para inserção de gênero no planejamento urbano.

MÉTODOS PARA INSERIR GÊNERO EM PLANEJAMENTO URBANO
Fase preparatório
<ul style="list-style-type: none">-identificar metodologias que incorporem com sucesso a perspectiva de gênero, de forma a influenciar objetivos, estratégias, alocação de recursos e resultados finais;- identificar relações e implicações entre igualdade de gênero, diversidade e as questões, ou áreas, urbanas trabalhadas;- perceber a importância de promover a igualdade de gênero para a garantia do cumprimento dos direitos humanos e justiça social para ambos mulheres e homens, assim como para atingir um bom desenvolvimento urbano;
Fase de implantação
<ul style="list-style-type: none">- oferecer desenvolver treinamentos e atividades de conscientização das questões discutidas no programa, como urbanismo e planejamento com perspectiva de gênero, violência de gênero, dimensões de gênero dentro de questões sociais, para todos os participantes do programa;- setores e atores chaves da comunidade, governo, planejadores, arquitetos e especialista em questões de gênero, juntos devem desenvolver abordagens a curto, médio e longo prazo que contribuam para alcançar os objetivos propostos;- construir parcerias com as autoridades locais para viabilizar treinamento de policiais, planejadores, corpo técnico, servidores públicos a respeito dos direitos das mulheres;- parcerias com a iniciativa privada, lançando mão de recursos tecnológicos para melhorar as formas de denunciar casos de violência de gênero, além de campanhas de conscientização veiculadas em todas as mídias;- toda ação e iniciativa deve incluir estratégias de empoderamento, treinamento de novas habilidades, liderança, orientação e suporte contínuo à mulheres e meninas;- todos os momentos deliberativos devem incluir e dar voz às mulheres.
Fase de monitoramento e validação
<ul style="list-style-type: none">- inclusão de indicadores de gênero que abordem as temáticas discutidas e possam medir os progressos alcançados;- após a determinação do escopo do trabalho é importante mensurar os impactos do programa.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados: ONU Habitat, 2012

Quadro 07: Estratégias de planejamento e projeto urbano com perspectiva de gênero

ESTRATÉGIAS
1- Analisar impactos de gênero em cada projeto, política, campanha ou organização
<p>Analise como ferramenta de entendimento das diferentes realidades de homens e mulheres, seus acessos à distribuição de recursos, à responsabilidades e ao poder, entendendo os diferentes impactos de políticas, programas e projetos. Essas analises devem ser conduzidas por todas as fases de projeto e proposição.</p>
análise de projetos
<ul style="list-style-type: none">- considerar e integrar questões de gênero à averiguação;- se necessário, envolver especialistas de gênero à equipe;- consultar mulheres e homens para bases comparatiavas;- avaliar questões de gênero a partir das capacidades e recursos humanos e institucionais;- mapear como as questões de gênero serão trabalhadas em determinado programa, projeto ou política.
analisar como o desenho se porta perante:
<ul style="list-style-type: none">- divisão sexual do trabalho e papéis de gênero;- oportunidades de acesso à recursos;- estabelecimento de barreiras ou contrangimentos à participação apropriação do espaço por mulheres;- processos de tomada de decisão;- controle de posse dos recursos.
ações operacionais
<ul style="list-style-type: none">- políticas que buscam equalizar oportunidades e acessos;- ações específicas, voltadas às mulheres;- espaço físico que fortaleça e promova igualdade de gênero;- parcerias que ofereçam serviços à mulheres e homens.
mecanismos de implantação
<ul style="list-style-type: none">- consulta de mulheres e homens interessados e atingidos pelas ações;- participação equivalente nos processos deliberativos;- igual acesso e controle a informação; serviços e recursos.
monitoramento e validação
<ul style="list-style-type: none">- as considerações de gênero estão integradas ao sistema de avaliação?- os resultados levam em consideração questões de gênero?
resultados do projeto contemplam um ou mais dos pontos abaixo:
<ul style="list-style-type: none">- desenvolvimento de políticas que combatam às desigualdades de gênero;- melhorar oportunidades, acessos e capacitação para mulheres;- divide controle, decisão e recursos de forma inclusiva e igualitária.

2- Aumentar banco de dados relacionados à gênero

Informações específicas de gênero revelam os desafios e experiências diferentes no dia-a-dia das mulheres que passam despercebidas, promovendo informações qualitativas e quantitativas que podem amparar decisões e soluções com menores riscos e maiores impactos.

benefícios

- banco de dados relacionados à gênero podem ser utilizados em todos os setores, transporte, segurança, saúde, bem estar social, oportunidades econômicas.
- dados de qualidade auxiliam direcionar a atenção dos governos à problemas negligenciados;
- elaboração de projetos e políticas específicas para as necessidades de meninas e mulheres;

3- Aplicar perspectiva de gênero à políticas locais e nacionais

Políticas urbanas podem agir na redução da pobreza e desigualdade de gênero, sendo de responsabilidade dos governos o cumprimento dos direitos humanos estabelecidos em acordo internacional.

benefícios

- destacar segurança em espaços públicos e privados para todos;
- assegurar serviços e equipamentos que sirvam de apoio ao trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres;
- assegurar o direito das mulheres à cidade.

4 - Encorajar a participação e empoderamento feminino

Em função da institucionalizada desigualdade de gênero é necessário desenvolvimento de políticas e iniciativas que apoiem e habilitem a participação das mulheres nos processos de planejamento e deliberação.

ações

- oferecer capacitação às comunidades de base e vizinhanças, com políticas afirmativas que abordem direitos humanos, direitos das mulheres, igualdade de gênero e violência de gênero;
- promover apoio à mulheres marginalizadas, também com programas de capacitação;
- estabelecer um conselho de mulheres com representantes de diversas comunidades e perfis;
- assegurar que grupos e lideranças femininas sejam incluídas nos momentos de discussão;
- envolver mulheres e homens nos processos de suas comunidades;
- apoiar as mulheres como líderes e porta-vozes comunitárias.

5 - Envolver homens e meninos na luta por igualdade de gênero

benefícios

- desestimular a violência de gênero;
- aumentar o apoio da comunidade à causa;
- tratamento mais justo e igualitário de filhas e filhos;
- aumento de mulheres nos espaços de tradicional dominação masculina como áreas institucionais de segurança, justiça, entre outros.

ações

- cursos e oficinas para homens e meninos;
- ações de mídia e marketing positivas que possam alterar percepções e ações.

6 - Mecanismos de monitoramento

A melhor maneira de monitorar o progresso das iniciativas de igualdade de gênero nas cidades é envolver mulheres e meninas, moradoras e usuárias dos espaços que passaram por intervenções, na avaliação dos projetos através de suas vivências.

7 - Oferecer capacitação sobre questões de gênero

Oferecer capacitação a setores e agentes diretamente responsáveis pela concepção e implantação de projetos urbanos com perspectiva de gênero, arquitetos e urbanistas, servidores públicos (agentes do setor de transporte, policiais, oficiais do governo, técnicos), jornalistas, líderes de base comunitária.

8 - Projetar espaços públicos inclusivos para mulheres

O desenho dos espaços tem o poder de reforçar desigualdade de gênero ou trabalhar contra elas, se tornando um espaço afirmativo. Por isso o planejamento e o desenho dos espaços urbanos é imperativo na criação de cidades seguras e inclusivas. Mulheres devem ser consultadas a respeito de como os espaços interferem em suas vidas e o que significam para elas. Espaços seguros e inclusivos para mulheres tendem a manter-se assim para todos os grupos vulneráveis e marginalizados, contribuindo para criar oportunidades de acesso à todos.

importância

- conscientização de que os espaços não são neutros, e que seu desenho pode facilitar ou impedir seu uso, apropriação e segurança;
- reconhecer que espacialidade urbana reflete as relações de poder e determinam comportamentos diferentes de mulheres e homens. Fatores sociais, econômicos e históricos também atuam no comportamento e no acesso ao espaço urbano;

- admitir que espaços públicos são conceitualmente desenhados segundo concepções tradicionais de família e papéis de gênero. Mudanças nesses espaços podem refletir nos papéis de gênero socialmente estabelecidos e consequentemente na divisão sexual do trabalho;
- entender que o medo e a insegurança das mulheres nas cidades é real, e elas sabem o que e quando as fazem sentir-se inseguras;
- importante ferramenta para aumentar a qualidade urbana e a vida comunitária;
- admitir que lugares seguros para mulheres são seguros para todos;
- promover o direito à cidade e à cidadania para mulheres e meninas como condição à igualdade e a sustentabilidade em cidades e comunidades.

espaços seguros e receptivos para mulheres

- fácil acesso para chegada e saída;
- fácil mobilidade dentro do espaço;
- boa iluminação;
- boa sinalização;
- limpo, com caminhos livres e visão sem obstrução;
- visibilidade geral do espaço todo, sem becos e barreiras;
- inclusão de usos mistos;
- qualidade ambiental;
- acesso a sanitários limpos e seguros.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados: ONU Habitat, 2012

Ilustrando e validando cada um dos pontos estratégicos estabelecidos o guia apresenta rápidos estudos de casos de práticas e iniciativas ao redor do mundo.

O guia se encerra discutindo a importância de se estabelecer indicadores de gênero como forma de mensurar as melhorias e ferramentas de monitoramento das iniciativas. Tais indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos, medindo alterações sociais, econômicas, políticas e comportamentais em esfera individual e comunitária, devendo ser definidos de acordo com os objetivos e métodos traçados para a ação.

Entendendo a promoção do acesso inclusivo, o combate as desigualdades de gênero no espaço urbano e a garantia do direito à cidade e à cidadania para mulheres e meninas como condição fundamental para o desenvolvimento de comunidades e cidades sustentáveis. E, com esse fundamento, buscar estratégias e propostas para construção de cidades que promovam a inclusão das mulheres de forma igualitária em seus espaços.

Por fim, o guia “Gender Issue Guide – Urban Planning and Design” inicia-se reconhecendo o planejamento urbano como instrumento de gerência e governança das cidades. Como o primeiro guia examina e discute a necessidade em se reconhecer o trabalho produtivo não remunerado. Necessidade esta ilustrada pela pesquisa da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 2011, demonstrando que nesse mesmo ano, o trabalho reprodutivo não remunerado equivaleria dentre 20% a 50% do PIB dos países membros, sendo divulgado pelo Departamento de Análises Econômica dos Estados Unidos que no seu caso a equivalência seria de 26%. (COYLE, 2016).

Seguindo esse debate, o guia elenca com maior detalhamento os desafios enfrentados pelas mulheres nos espaços urbanos, em determinadas temáticas. O detalhamento do seu método permite propostas mais elaboradas, quando comparados os quatro trabalhos, em duas frentes de ação, a inserção da discussão de questões de gênero no campo do planejamento urbano, e o avanço em um desenho urbano empoderador que permita a inclusão das mulheres nos espaços. O detalhamento metodológico e grau de elaboração de suas propostas, que são inclusive ilustradas com

estudos de caso, resulta em um produto mais completo e com contribuições concretas para o entendimento dos impactos de tais ações e intervenções nas realidades discutidas.

• • •

Para concluir, comparativamente, as análises, entende-se que mesmo com diferentes abordagens ideológicas, abrangência e detalhamento das propostas, existem pontos recorrentes nos quatro trabalhos que merecem ser destacados e considerados como importantes metodologias no debate de espaços urbanos sob a perspectiva de gênero. O primeiro deles é a necessidade de se levantar as políticas, ações e estratégias já existentes, analisando-as criticamente afim de entender seus impactos na realidade das mulheres nas cidades. Segundo, e talvez o mais salientado, a importância em se ouvir e fazer ouvir mulheres e meninas inseridas no contexto urbano. São apontados e sugeridos diversos instrumentos e ferramentas para contemplar a participação, cada uma pertinente a uma escala e temática de abordagem, mas sempre demonstrando a urgência em inseri-las no debate e reconhecer suas realidades, vivências e formas de interação com o espaço urbano. Enfim, há a recorrência em indicar o monitoramento e a avaliação posterior às intervenções e implantação de estratégias, ponderando quais decisões foram efetivas e cumprem, ou não os objetivos previamente traçados.

2.1.3 Composição do método – Análise + Participação + Desenho

Fundamentado nos debates teóricos e no estudo dos guias previamente expostos⁷, é composta e estruturada a metodologia deste trabalho, que tem como intenção última a elaboração de projetos de desenho e propostas de planejamento urbano que discutam questões de gênero e contribuam para a construção de espaços urbanos afirmativos, empoderadores e inclusivo às especificidades e necessidades das mulheres.

Partindo dessas reflexões, destaca-se o potencial do espaço urbano em se portar como repressor diante das questões de gênero, reafirmando seus tradicionais papéis, ou como empoderante e afirmativo, contribuindo para a construção de novas relações de segurança e garantia ao direito à cidade para mulheres e meninas. (WEISMAN, 1971).

Lefevbre (2010) entendia o direito à cidade como algo mais amplo do que o direito à posse e ao acesso, definindo-o como uma “forma superior dos direitos”, uma combinação do “direito à liberdade, à individualização na sociedade, à apropriação, ao habitat e ao habitar. A esse conjunto soma-se o “direito à obra”, ou o direito a atividade participante, de intervenção, de ter voz na criação e alteração do espaço urbano conforme suas experiências e necessidades. Nesse sentido se destaca a importância de garantir a participação e representação das mulheres nos ambientes de deliberação, e além disso o poder de decisão e voz ativa nas instâncias de planejamento, desenho e intervenção do

7 “Urbanismo con Perspectiva de Género”; “Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities”; “Building Safe and Inclusive Cities for Women - A Practical Guide”; “Gender Issue Guides - Urban Planning and Design.”

espaço urbano.

Assim, considera-se o desenho e o planejamento urbano como mediadores no acesso de pessoas e grupos sociais à localidades, equipamentos, serviços, oportunidades e benefícios, contidos em um contexto maior de gerência e governança urbana.

Ademais, a relação das mulheres com o espaço urbano será abordada a partir do viés da inserção socioeconômica e da divisão sexual do trabalho. Esmiuçadas as atividades reprodutivas, com a finalidade de entender as demandas que geram no espaço urbano, demonstrando seu valor social e econômico para a cidade.

Percebe-se a divisão sexual do trabalho e a forma que ocorre a inserção socioeconômica da mulher no espaço urbano como causas possíveis das situações de vulnerabilidade a que estão sujeitas as mulheres, enumeradas a seguir:

- * menor inserção da mulher nos mercados de trabalho, tanto formal quanto informal;
- * menor oportunidades de acesso a renda;
- * menor acesso à garantias sociais, à lazer, educação e ócio;
- * maiores taxas de informalização das atividades de trabalho, e consequente menor acesso ao mercado formal de trabalho;
- * maior vulnerabilidade socioeconômica;
- * maior vulnerabilidade à assédio e violência sexual e de gênero;
- * maior dependência de equipamentos, serviços e infraestruturas públicas.

Posto isso, o método é elaborado em três frentes, que se relacionam e combinadas dão suporte ao produto propositivo desse trabalho. A primeira frente de análises quantitativas e qualitativas, tanto dos dados referentes à cidade de Uberlândia a partir de referência de gênero, quanto dos projetos e políticas já existentes e sua

influência nas questões de gênero. Combina-se a participação do recorte populacional em questão, mulheres da cidade de Uberlândia, entendendo a necessidade de se especializar as demandas dos sujeitos urbanos. O último eixo, o desenho, como expressão propositiva das conclusões e diretrizes elaboradas ao final da pesquisa.

2.1.3.1 Análise quanti|qualitativa

Um método exclusivamente tecnocrata, que aborda a cidade como um objeto técnico e projeta homogeneizando, sem crítica e autocritica, apenas arranca a superfície das questões urbanas, por origem, sociais e políticas. (LEFEBVRE, 2010). Assim, o reconhecimento da diversidade é peça chave no processo de pensar o plano sob perspectiva de gênero, chegando a sujeitos heterogêneos nas pesquisas, considerando as esferas pública e privada, doméstica e social, buscando entender as várias realidades ao invés de homogeneizá-las, ao tornar o sujeito heterogêneo resgate-se o papel do plano como expressão do interesse popular. (SANTORO, 2007).

Partindo desse raciocínio, propõe-se a análise dos dados já existentes na cidade de Uberlândia, a partir de referência de gênero, revelando as demandas, desafios e experiências específicas do cotidiano das mulheres, cruzando informações quantitativas e qualitativas a fim de compreender a realidade atual das moradoras de Uberlândia e suas demandas na cidade. Esse método poderá contribuir para a futura construção de um banco de dados sobre a vida das mulheres na cidade de Uberlândia dentro da temática do urbanismo e do desenho urbano, integrando vários setores da vida urbana. Possibilitando

um maior entendimento dos desafios e demandas específicos das mulheres, e oferecendo subsídios para políticas, projetos e ações que visam enfrentar as questões de gênero no espaço urbano da cidade objeto.

2.1.3.2 Participação popular – questionários

Como acusam Villaça (2001) e Maricato (2011), os planos diretores, via de regra, são um conjunto de representações ideológicas, representações essas que não costumam refletir a cidade real, os conflitos de classe, as diversidades de gênero, cor, faixa etária, orientação sexual. Falta a aplicação de uma metodologia que permita a manifestação dos diversos interesses e dinâmicas presentes, garantindo que a cidade funcione democraticamente. Ademais, o conceito de Lefebvre (2010) de direito à cidade transpassa o simples acesso aos espaços, oportunidades, investimentos, mas passa pelo que define como “direito à obra”, ou o direito a atividade participante ativa, a capacidade de discutir e decidir politicamente os rumos do espaço urbano em que habita. Dessa maneira, foi definida a aplicação de questionários em uma amostragem dos sujeitos. Segundo Fachin (2003), questionário consiste em um conjunto de questões elencadas a serem submetidas à um determinado grupo de pessoas afim de se coletar informações sobre certa temática. Em função da escolha de se abordar a relação mulher e cidade pelo viés socioeconômico, a caracterização do sujeito foi feita a partir da definição do IPEA de mulheres economicamente ativas, logo buscou-se mulheres, residentes da cidade de Uberlândia com idade entre 16 e 60 anos. A proposta de participação do sujeito do processo de projeto contribuirá com o direcionamento das propostas, além de

corroborar ou contestar as demandas e dificuldades identificadas ao longo da pesquisa, destacando novas demandas em escalas mais próximas das usuárias.

2.1.3.3 Análise das políticas, legislações e iniciativas já existentes – estudos de caso

Segundo Gouveia (s/d) políticas são todas as ações estatais e que, portanto, dizem respeito ao bem comum, sendo do interesse e responsabilidade de todos, não apenas em função dos impactos que causam, mas principalmente na sua formulação, implementação e controle. São instrumentos de efetivação de desenvolvimento, a boa gestão do espaço das cidades diminui as pressões sociais e por consequência os conflitos sociais, possibilitando mudanças estruturais de igualdade e justiça social.

É necessário, então, que paralelamente aos levantamentos de dados, seja feito o levantamento de políticas, legislações e iniciativas que já abordam e trabalham questões sensíveis à gênero, revisando-as criticamente, conforme seus resultados e eficiência.

2.1.3.4 Determinação de “tipologias” de espaços urbanos

Cymbalista, Cardoso e Santoro (2008) no artigo “Plano diretor participativo e o direito das mulheres à cidade” cunham o termo “cartografia das desigualdades de gênero”, uma forma de agregar à leitura comunitária. Entendendo que a localidade e o desempenho de equipamentos sociais podem orientar, por exemplo, futuros adensamentos de regiões da cidade. O mapeamento das localidades estratégicas da cidade do ponto de vista da inclusão de gênero, podem orientar intervenções, locação

de equipamentos, diretrizes de adensamento, etc.

Assim, a partir do cruzamento dos dados de Uberlândia coletados, com indicador de gênero, e os resultados interpretados dos questionários aplicados, pretende-se traçar “tipologias|localidades” de espaços a receberem intervenções. Tal método é pensado para o estabelecimento de propostas “tipo” frente um universo tão heterogêneo como o espaço urbano, reunindo sugestões de soluções técnicas e de desenho em três dimensões de escalas e influência, cidade, bairro e quarteirão|rua, que possam responder as demandas previamente identificadas nas etapas anteriores.

• • •

Fundamentado do método definido e descrito acima, o subcapítulo, **“2.2 As mulheres na cidade de Uberlândia - caracterização de sujeito|objeto”** a seguir tratará de sua aplicação, tratando dos três eixos de trabalho, inserção do referencial de gênero nas análises, tanto de dados quanto de políticas e ações já existentes, participação popular e o desenho como ferramenta tanto de análise quanto de proposição do espaço urbano.

2.2 As mulheres na cidade de Uberlândia - caracterização de sujeito | objeto

2.2.1 Tabulação e análise dos dados coletados

Nesse item serão apresentados os dados coletados de quatro fontes, SNIG - Sistema Nacional de Informação de Gênero, do Senso 2010 desenvolvido pelo IBGE, do CEPES - Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e da ONG SOS Mulher e Família, referentes à população e à cidade de Uberlândia.

Os dados serão analisados buscando entender quem são as mulheres que vivem na cidade, como são suas famílias e seu trabalho.

Será feita uma breve leitura dos valores apresentados, examinando suas relações com os conceitos teóricos discutidos anteriormente e, a posteriori, esses dados serão cruzados com as informações obtidas através dos questionários, buscando espacializar esses valores na cidade e chegar mais próximo do entendimento da atuação do espaço urbano na realidade das mulheres, subsidiando as soluções projetuais apresentadas ao final.

2.2.1.1 Dados SNIG – Sistema Nacional de Informação de Gênero

Em 2014 o IBGE lançou o Programa de Estatísticas de Gênero e como parte desse programa o Sistema Nacional de Informação de Gênero - SNIG. A partir dos dados do Senso 2010 o SNIG usa indicativo de gênero para qualificar as cidades brasileiras em

diversas temáticas, econômicas, sociais, educacionais. Esses estudos, lançados em 2014, contribuem para o conhecimento de dados socioeconômicos da realidade das mulheres, caracterizando-as como sujeitos presentes nas cidades, indicando suas especificidades e necessidades. A seguir os dados referentes a cidade de Uberlândia lançados pelo SNIG, divididos por temática.

responsáveis por unidade familiar

total de domicílios particulares permanentes urbanos

73.513 - mulheres como responsáveis

122.274 - homens como responsáveis;

35% das famílias têm mulheres como únicas responsáveis;

87,4% das famílias [responsável com filho sem cônjuge] têm mulheres como responsáveis;

43,4% das famílias com rendimento de até 1/2 salário mínimo per capita têm mulheres como responsáveis;

31% das famílias com rendimento de +2 salários mínimos per capita têm mulheres como responsáveis;

em média 38% do rendimento familiar é proveniente do rendimento da mulher.

Dentre os domicílios particulares urbanos de Uberlândia, 37,54% tem mulheres como principal responsável pela manutenção econômica e financeira, e em 35% são as únicas responsáveis por essa manutenção.

Em casos de unidades familiares formadas por crianças e um único responsável adulto, as mulheres respondem pela manutenção de 87,4% dos lares. É importante examinar esse dado, que mostra vários cenários da realidade überlandense e brasileira, primeiro, a prioridade de mães na guarda dos filhos em caso de divórcio; o índice de mães solo; além dos casos de avós e tias que cuidam das crianças da família, refletindo e tornando evidente, com dados quantitativos, a responsabilidade da criação e cuidado das crianças recaindo quase unicamente sobre as mulheres.

rendimentos + população economicamente ativa

média das mulheres R\$ 1.181,12 | média dos homens R\$ 1.828,19

**27,9% das mulheres com +16 anos não têm rendimentos
11,6% dos homens com +16 anos não têm rendimentos**

**as mulheres recebem 64,5% do rendimento dos homens
150.824 mulheres com 16 anos ou + são economicamente ativas**

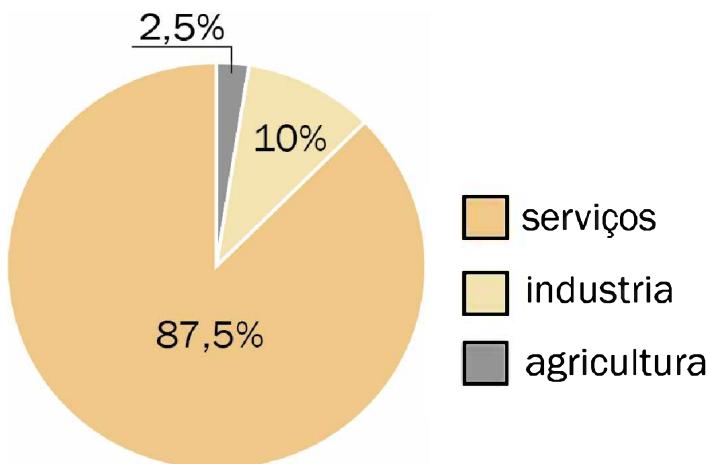
181.880 homens com 16 anos ou + são economicamente ativos

**139.813 mulheres com ocupação econômica
175.707 homens com ocupação econômica**

Relacionando os dados do SNIG (2014) com os do IPEA (2010) sobre as diferenças entre horas dedicadas, por mulheres e

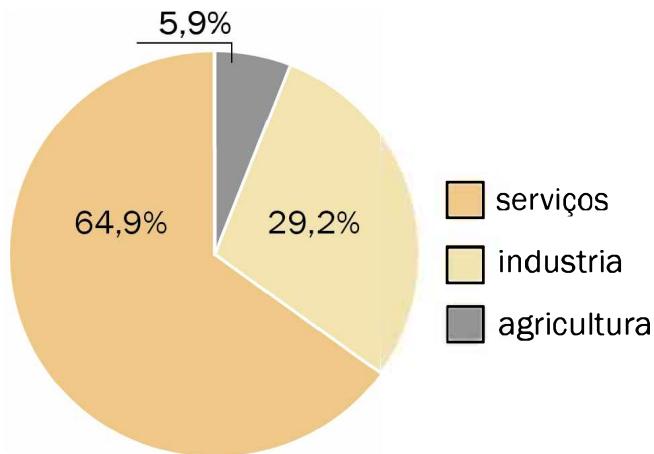
homens, aos trabalhos domésticos no Brasil, em que mulheres dedicam 25,9 horas/semana e homens 15,5 horas/semana, verificamos que mesmo se inserindo no mercado de trabalho e se responsabilizando por parte considerável dos rendimentos familiares, em muitos casos como única responsáveis, ainda recaem sobre elas as responsabilidades domésticas e de cuidados com a família. A relação desses dados demonstra numericamente a realidade de duplas/triplas jornadas de trabalho experienciadas por grande parte das mulheres nas cidades brasileiras.

Gráfico 01: percentual de mulheres por setor econômico



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SNIG, 2014

Gráfico 02: percentual de homens por setor econômico



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SNIG, 2014.

Não diferente do cenário mundial as mulheres em Uberlândia recebem 64,5% dos rendimentos dos homens, tendo média salarial de R\$ 1.811,12, contra R\$ 1.828,19 dos homens. Seu acesso ao mercado de trabalho formal é também permeado de desigualdade, figurando maior índice de mulheres em idade economicamente ativa (a partir dos 16 anos segundo IPEA) sem rendimentos 27,9%, enquanto o índice masculino é de 11,6%, tendo menos mulheres desempenhando atividades econômicas do que homens, mesmo em números gerais, a população de mulheres sendo maior.

Os gráficos 1 e 2, ao lado e acima, demonstram a diferente inserção de mulheres e homens de Uberlândia no mercado de trabalho, tendo as mulheres uma inserção predominante na área de serviços.

escolaridade

3,9% das mulheres com +15 anos são analfabetas

3,5% dos homens com +15 anos são analfabetos

78,7% das mulheres entre 6 e 14 anos frequentam o ensino fundamental

79,5% dos homens entre 6 e 14 anos frequentam o ensino fundamental

59,7% das mulheres entre 15 e 17 anos frequentam o ensino médio

49,7% dos homens entre 15 e 17 anos frequentam o ensino médio

26,5% das mulheres entre 18 e 24 anos frequentam o ensino superior

20,9% dos homens entre 18 e 24 anos frequentam o ensino superior

24,5% das mulheres de 18 a 24 anos abandonaram a escola precocemente

34% dos homens de 18 a 24 anos abandonaram a escola precocemente

Apesar dos índices de analfabetismo em Uberlândia serem bastante reduzidos, conforme mostrado pelo gráfico 03, os dados do SNIG nos mostram que são maiores entre as mulheres

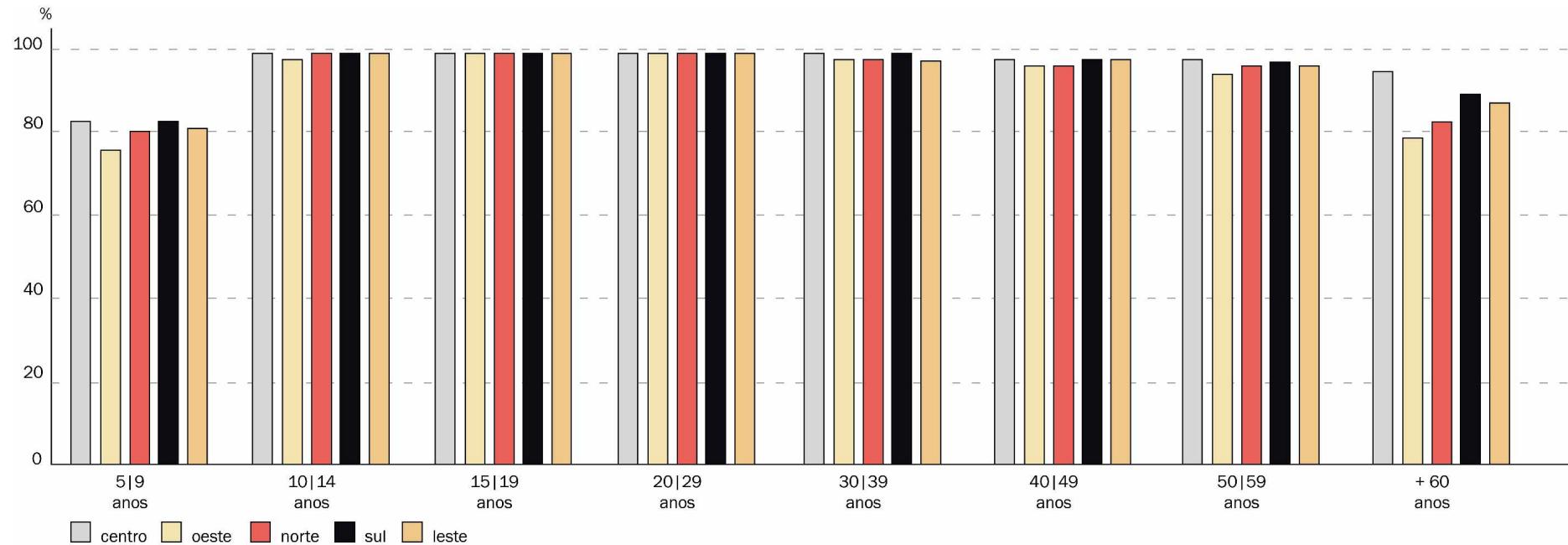
que entre os homens. Ao longo de várias faixas etárias vão se alternando os indicativos de escolaridade, em momentos maiores entre mulheres em outros entre homens. No geral as mulheres tem menores taxas de abandono do ensino entre 18 e 24 anos, tendo maior porcentagens de alunas do ensino superior.

50 e 59 anos, e ainda aumenta ainda mais entre os 5 e 9 anos,

2.2.1.2 Dados IBGE Senso 2010

A seguir serão apresentados e discutidos os dados de renda a alfabetização, referentes a Uberlândia, resultado do Senso 2010

Gráfico 03: Índice de alfabetização em Uberlândia por setor | faixa etária



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados IBGE, 2010

A) Alfabetização

Conforme gráfico 03 disposto acima, produzido a partir de dados do Senso 2010, sem especialização por gênero, apenas setores da cidade e faixa etária, a cidade de Uberlândia apresenta bons índices de alfabetização, tendo valores muito próximos da totalidade entre as pessoas de 9 a 49 anos em todos os setores. Há uma pequena diferença nos setores Oeste e Norte, com índices menores em todas as faixas etárias. Essa lacuna é maior entre os

idade em que as crianças estão em processo de alfabetização, talvez pelo menor acesso das crianças desses setores à educação básica no período da pesquisa.

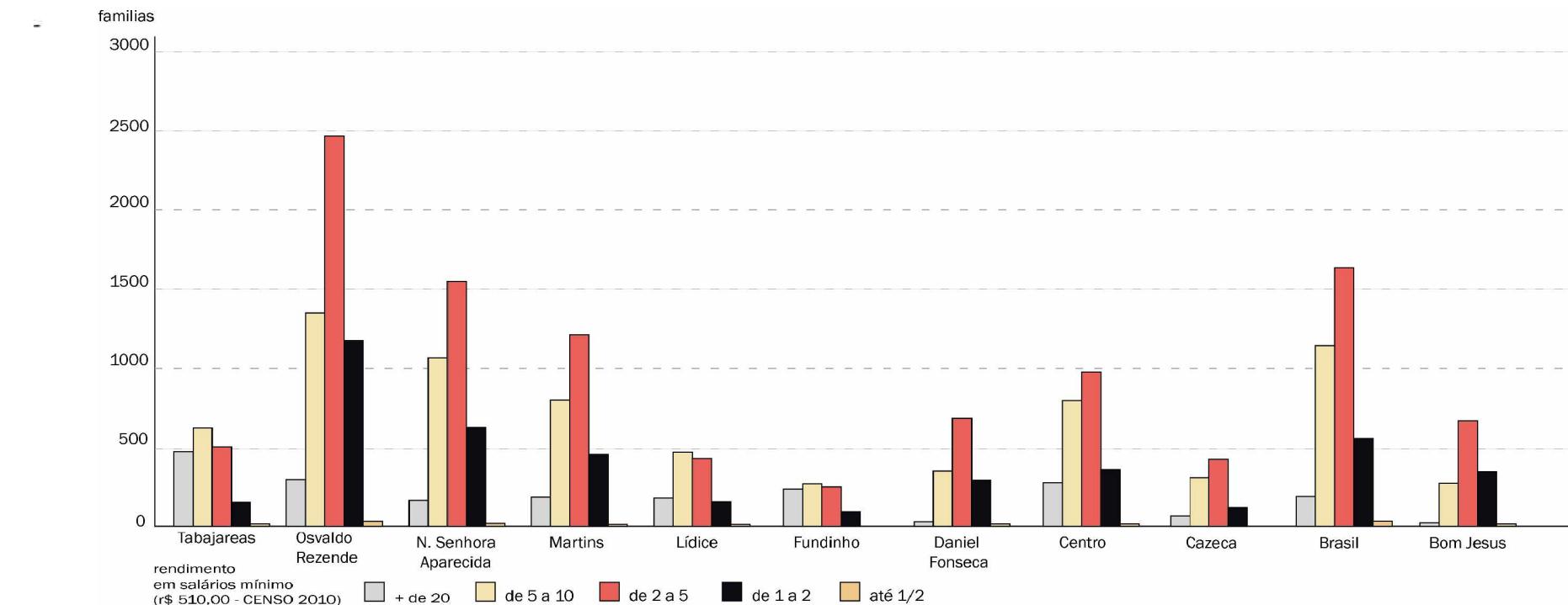
Os menores índices, em idade adulta, são entre os idosos (+60), ainda assim, com exceção do setor Oeste, superiores aos 80% em todos os setores.

assim, o setor da cidade com mais famílias com essa ordem de

B) Rendimento por setor

Esse item ilustra por meio de gráficos setoriais o rendimento médio das famílias em relação ao salário mínimo vigente no momento da pesquisa (SENSO 2010), que era na ordem de R\$ 510,00. Cada um dos cinco gráficos expressa os valores de um

Gráfico 04: rendimentos setor central em salários mínimos (r\$ 510,00 em 2010)

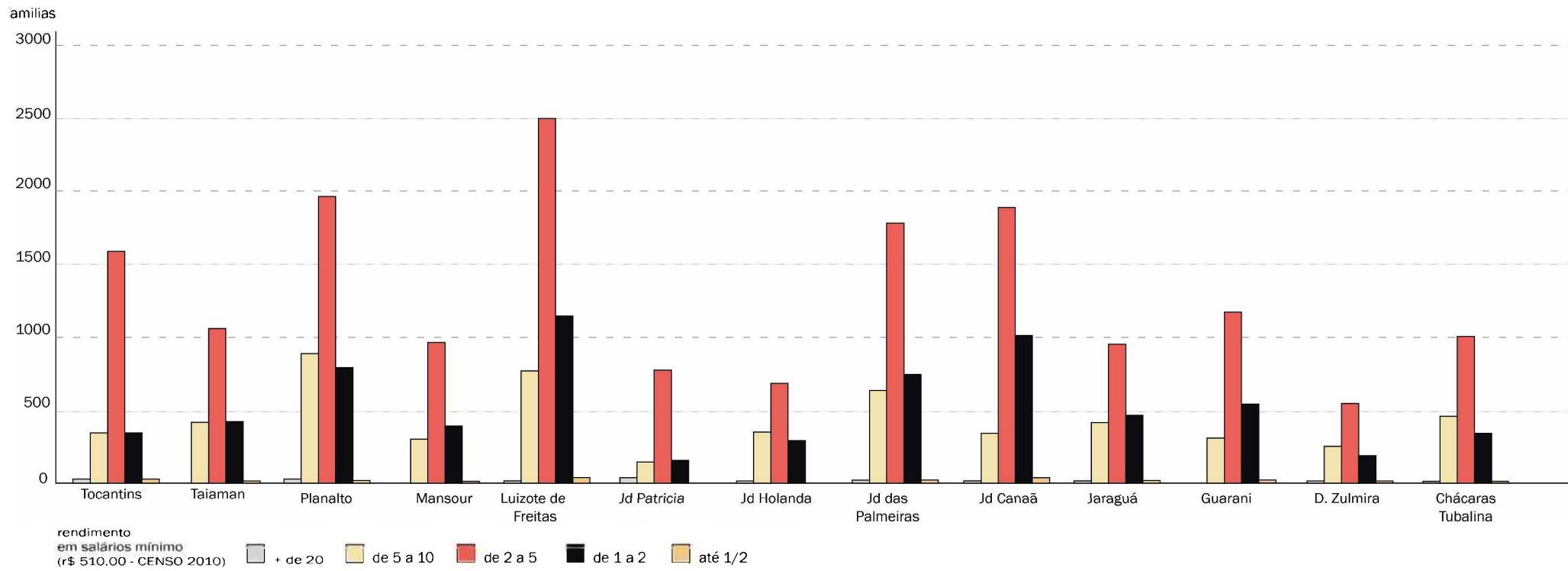


Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados IBGE, 2010

O setor Central tem 24.299 famílias, que em sua maioria recebe entre 2 e 5 salários mínimos, com exceção dos bairros Fundinho, Lídice e Tabajaraes, onde o maior número de famílias têm renda entre 5 e 10 salários. Esses três bairros, e o bairro Centro, têm o maior número de famílias recebendo mais de 20 salários, sendo

rendimentos, 2016 família (8,29%), e o menor número recebendo até 1/2 salário, totalizando 80 (0,32%), 24 delas no bairro Osvaldo Rezende, 15 no bairro Brasil e as demais distribuídas nos demais bairros.

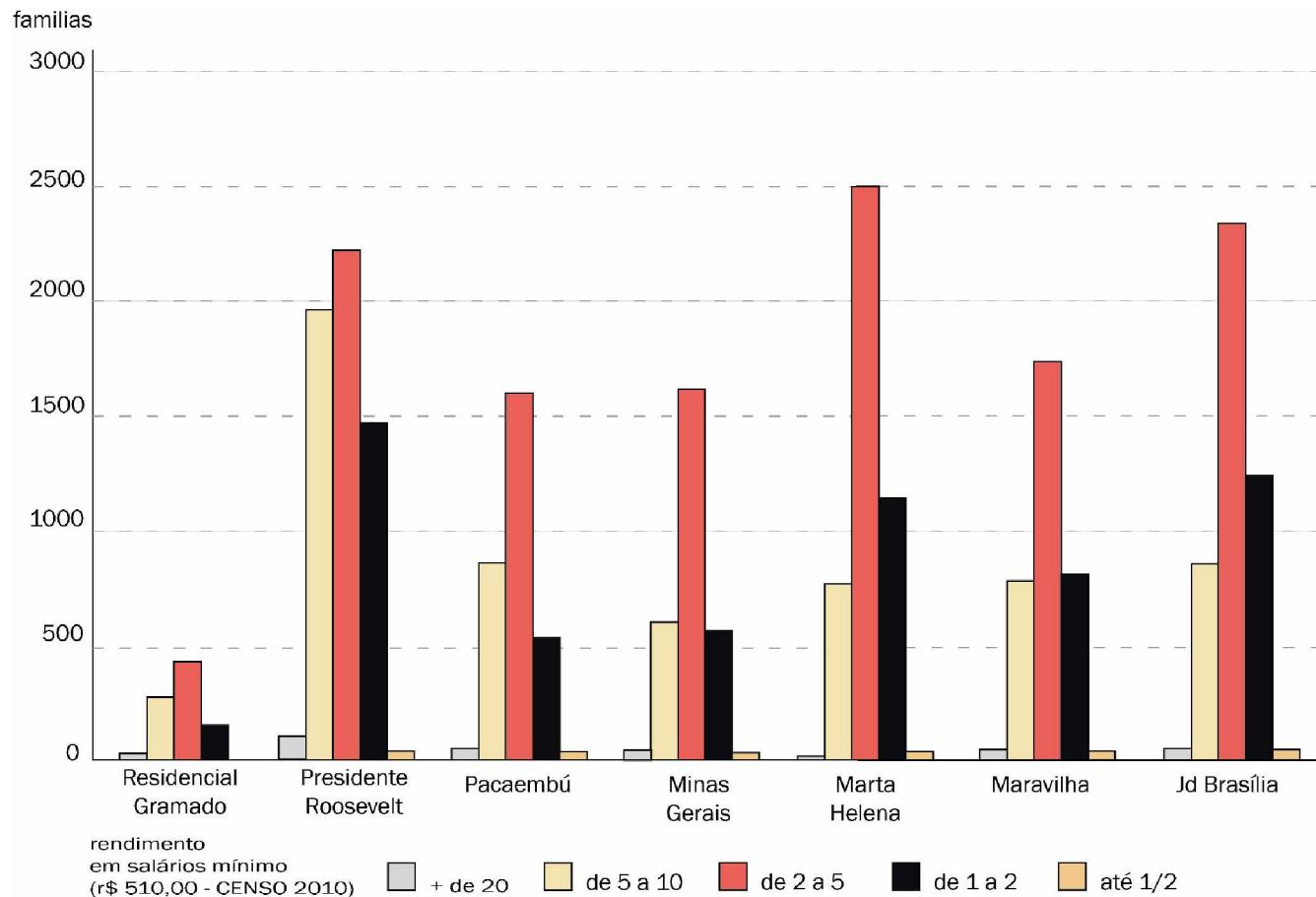
Gráfico 05: rendimentos setor oeste - em salários mínimos (r\$510,00 em 2010)



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados IBGE, 2010

No setor Oeste, setor com maior número de famílias residentes, 36.643, mais da metade das famílias tem rendimento de 2 a 5 salários mínimos - 20.117 famílias; tendo em todos os bairros a faixa de 1 a 2 salários como a segunda mais recorrente; exceto Planalto, Jardim Holanda e Chácaras Tubalina, que têm 5 a 10 salários como a segunda faixa mais recorrente. Esse é o setor da cidade com, proporcionalmente, mais famílias recebendo até 1/2 salários - 0,64%, e menos recebendo mais de 20 salários - 0,61%.

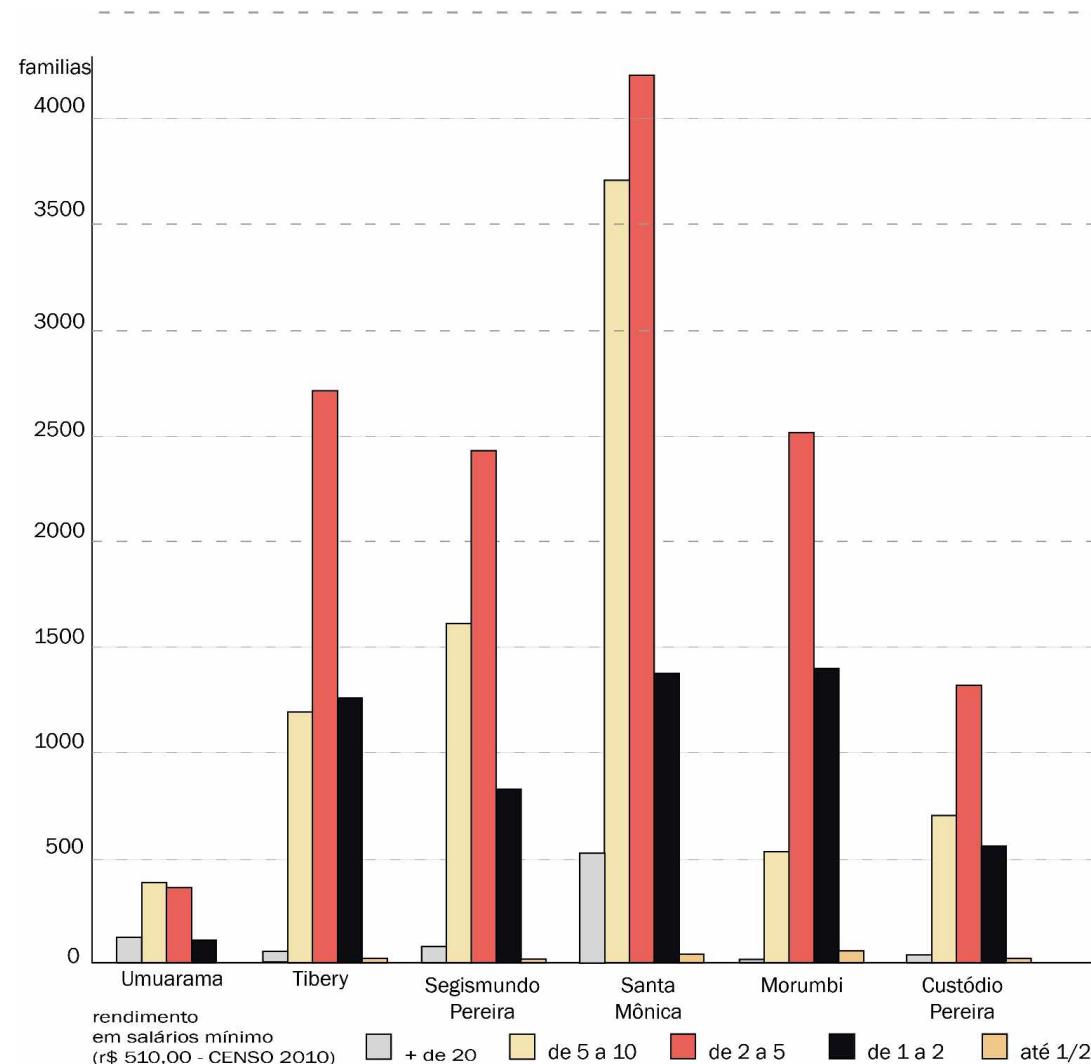
Gráfico 06: rendimentos setor norte - em salários mínimos (r\$510,00 em 2010)



O setor Norte é o menor setor da cidade, com um total de 18.688 famílias, têm cerca de metade delas, 9.331, recebendo entre 2 e 5 salários mínimos, sendo esse o rendimento predominante em todos os bairros. Apenas os bairros Roosevelt e Minas Gerais, têm mais famílias recebendo de 5 a 10 salários que de 1 a 2. É também nesse setor encontrado o menor número absoluto de famílias ganhando mais de 20 salários - 179.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados IBGE, 2010

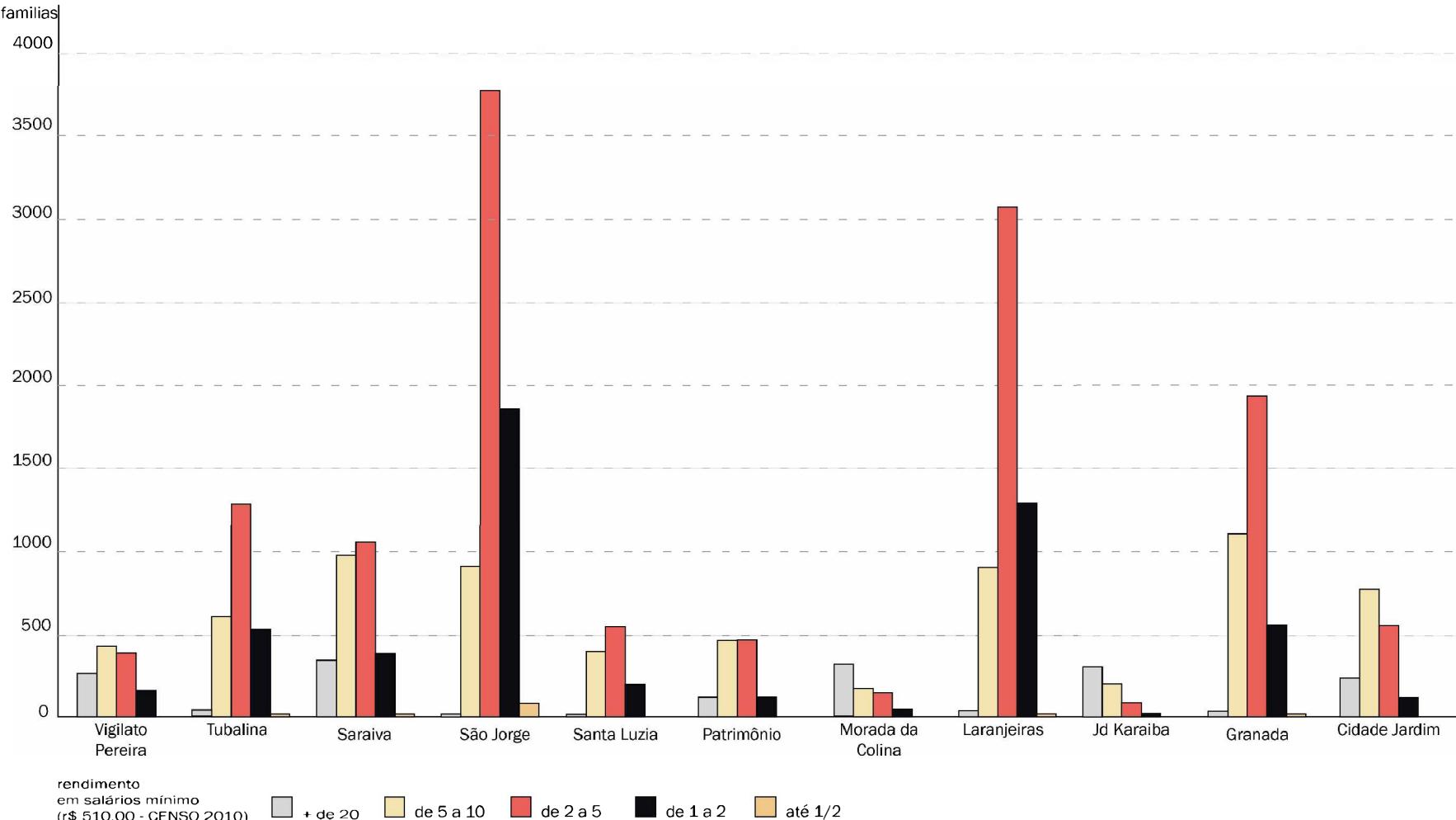
Gráfico 07: rendimentos setor leste - em salários mínimos (r\$510,00 em 2010)



O Leste é o segundo setor com o maior número de famílias, tendo no bairro Santa Mônica o maior número de famílias da cidade, 9874 famílias. Com exceção do bairro Umuarama, onde a maioria das famílias recebe de 5 a 10 salários e nenhuma recebe até 1/2 salário, todos os bairros têm mais famílias com rendimento de 2 a 5 salários. Apenas nos bairros Tibery e Morumbi existem mais famílias recebendo 1 a 2 salários do que 5 a 10, esse último bairro com o maior número de famílias somando até 1/2 salário mínimo - 57 famílias.

Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados IBGE, 2010

Gráfico 08: rendimentos setor sul - em salários mínimos (r\$510,00 em 2010)



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados IBGE, 2010

No setor Sul estão os únicos bairros da cidade com maioria das famílias com rendimento maior que 20 salários mínimos, Jardim Karaiba e Morada da Colina, nesses bairros e nos bairros Vigilato Pereira, Santa Luzia, Patrimônio e Cidade Jardim, não existem famílias vivendo com menos de 1/2 de salário. Por outro lado, os bairros com mais famílias no setor são os de menor rendimento.

Esse setor se mostra o mais contraditório, uma vez que nos bairros Tubalina, São Jorge e Laranjeiras o número de famílias com rendimentos entre 1 e 2 salários e de 2 a 5 é grande. Além disso, esses bairros e os bairros Santa Luzia e Granada tem o número de famílias com rendimento superior a 20 salários muito menor que os demais.

Foi possível observar que o rendimento familiar mais recorrente na cidade de Uberlândia no período pesquisado pelo Senso 2010 esta na faixa de 2 a 5 salários mínimos, sendo o valor vigente a época de R\$ 510,00. Um total de 67.034 famílias vivendo com essa faixa de rendimentos. As famílias com maior renda, de 5 a 10 salários e mais de 20 salários, se concentram nos bairros do setor Sul e Central, enquanto no setor com mais famílias, o Oeste, há proporcionalmente menor número de famílias com essa média de rendimentos.

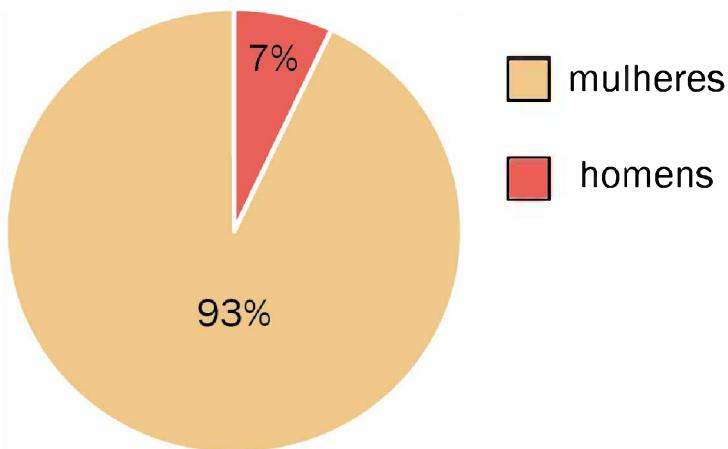
2.2.1.3 Dados ONG SOS Mulher e Família

A ONG SOS Mulher e Família é uma organização da sociedade civil (OSC) de Uberlândia criada em 1997 por pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia. Atuando na pesquisa, educação e prevenção das situações de violência conjugal e familiar, prestando atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos gratuitos à mulheres e famílias em situação de violência e risco, seja físico, psicológico, moral, sexual ou patrimonial.

Atua em parceria com a Delegacia da Mulher e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, no fomento e manutenção da Casa Abrigo Travessia, um local sigiloso que abriga temporariamente mulheres, e seus filhos, que se encontram em situação limite de risco de violência intrafamiliar.

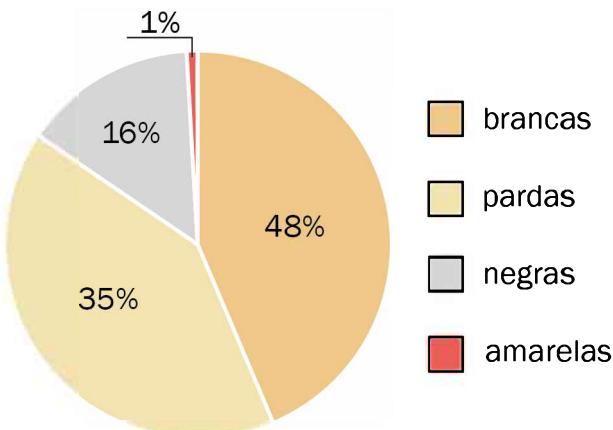
Após contato por telefone e email com a Coordenação do SOS Mulher, nos foram encaminhados dados referentes aos atendimentos oferecidos entre os anos de 2013 e 2016, totalizando 4.326 atendimentos que serão qualificados nos gráficos a seguir.

Gráfico 09: atendimentos 2013 a 2016 /gênero



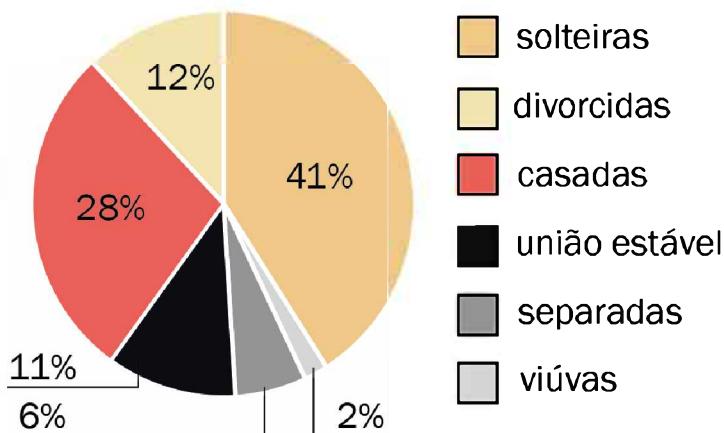
Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 10: atendimentos 2013 a 2016 /etnia



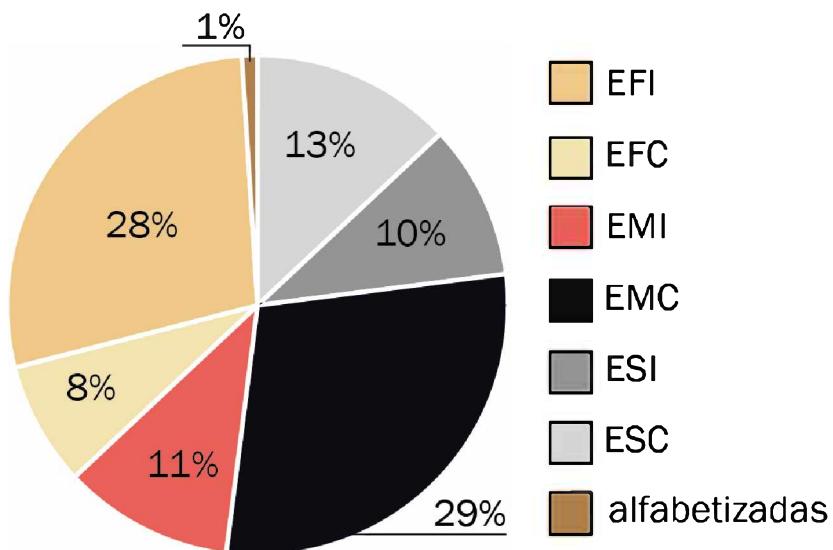
Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 11: atendimentos 2013 a 2016 /estado civil



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 12: atendimentos 2013 a 2016 /escolaridade



ESC - ensino superior completo

EMC - ensino médio completo

EFC - ensino fundamental completo

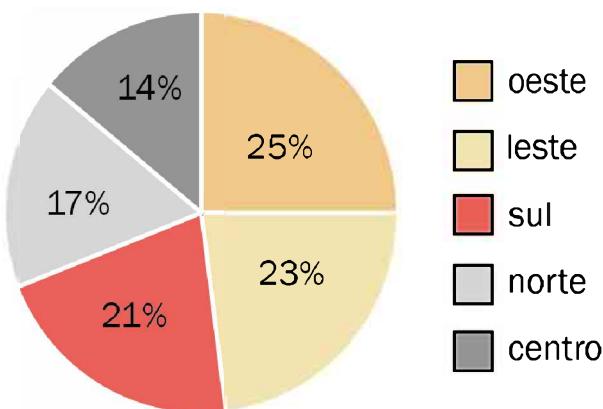
ESI - ensino superior incompleto

EMI - ensino médio incompleto

EFI - ensino fundamental incompleto

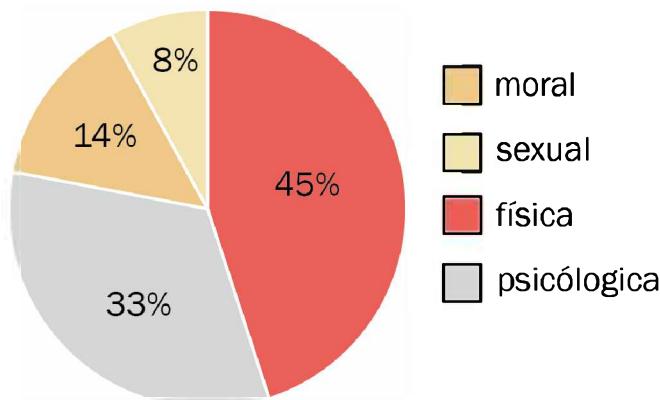
Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 13: atendimentos 2013 a 2016 /setor da ocorrência



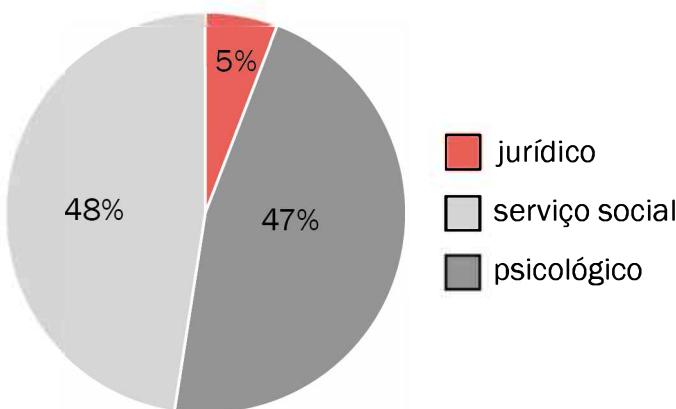
Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 14: atendimentos 2013 a 2016 /tipo de violência



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Gráfico 15: atendimentos 2013 a 2016 /tipo e atendimento



Fonte: MERLI, G.A., 2017. Dados SOS Mulher e Família, 2013 a 2016.

Conforme os gráficos acima, 93% ou, 4.023 dos 4.326 atendimentos foram oferecidos à mulheres. Mulheres essas, em sua maioria, autodeclaradas brancas, 48%, ou pardas, 35%, 69% delas solteiras ou casadas. Quanto à escolaridade os maiores índices de atendimento são de mulheres com ensino médio completo (EMC) e ensino fundamental incompleto (EFI), 29% e 28% respectivamente.

Os atendimentos são majoritariamente de serviço social e psicológicos, com casos de violência física e psicológica somando 78% das ocorrências.

Quanto aos setores das ocorrências, há uma predominância nos setores Oeste, Leste e Sul respectivamente. O primeiro setor, Oeste, como visto no gráfico 06 que expôs os rendimentos familiares, é o setor com maior concentração de famílias com rendimento menor que de 1/2 salário mínimo e maior número absoluto de famílias na faixa de 2 a 5 salários. Já o ultimo, o setor Sul, é como foi visto, no gráfico 08, o setor com maior desigualdade de rendimentos, concentrando os

bairros com maior faixa de rendimentos, e bairros que tem maior parte de suas famílias com rendimentos nas faixas mais baixas, 1 a 2 salários e 2 a 5 salários mínimos.

2.2.2 Resultado do trabalho de campo - questionários aplicados em espaços públicos de Uberlândia

Conforme o exposto no item 2.1.32, página 56, as definições metodológicas desse trabalho determinam a aplicação de questionários, permitindo a manifestação das diversidades e dinâmicas presentes no espaço urbano de Uberlândia. De maneira a colaborar com a construção de sujeitos heterogêneos, as mulheres que usam e frequentam os espaços urbanos da cidade, dando visibilidade às particularidades, e voz para que expressem o que sentem nos espaços, como os vivenciam, o que demandam e reivindicam.

A aplicação dos questionários aconteceu ao longo do mês de abril de 2018 com a colaboração de estudantes de graduação do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia – FAUeD | UFU.

Conforme Bartelmebs (2011) as escolhas do pesquisador influenciam nos dados a serem coletados, a exemplo, os locais e horários a serem aplicados os questionários. Em vista disso, determinou-se dois locais para a aplicação, a praça Tubal Vilela, espaço público Central e simbólico da cidade. Geográfica e historicamente com grande fluxo de pessoas passando e usando a praça diariamente, linhas de ônibus que ali fazem parada, ambulantes e uma grande diversidade de usos no seu entorno.

O outro ponto determinado foi o Terminal Central, espaço de transbordo e um shopping popular no piso superior. Esses espaços da cidade foram escolhidos pelo seu caráter diverso, contribuindo para a construção do sujeito heterogêneo que a pesquisa busca, assim foi possível que o questionário fosse respondido por mulheres com um diverso perfil socioeconômico e cultural, além de garantir a abrangência do território da cidade, uma vez que 49 dos 92 bairros foram contemplados. O horário em que os questionários foram aplicados também foi pensado em função de se alcançar mulheres trabalhadoras, em dois momentos de dias úteis, das 7:30 às 9 da manhã e das 11:30 às 13:30, período do intervalo de almoço.

Isto posto, o questionário busca abordar a relação e a percepção entre as pesquisadas e o espaço urbano, como qualificam-no e como se apropriam dele; o sentimento de segurança e/ou medo e como isso afeta sua vivência do espaço da cidade; como se deslocam pela cidade – forma e qualidade dos acessos; qual o peso das responsabilidades com tarefas reprodutivas no seu cotidiano e quais equipamentos ou serviços públicos e/ou urbanos auxiliariam nessa demanda. Tais dimensões de interesse foram determinadas ao longo da pesquisa teórica, conforme discutido no inicio deste capítulo, e a inclusão dessas temáticas no questionário teve a objetivo de subsidiar as propostas de intervenção que serão desenvolvidas no capítulo três.

Completando, são feitas perguntas a fim de traçar o perfil socioeconômico das mulheres participantes, questionando sobre renda, idade, profissão, estado civil e existência, ou não, de filhos, além do bairro em que vivem permitindo organizar espacialmente as informações e resultados obtidos pela pesquisa.

Foram aplicados 96 questionários e chegou-se a essa amostragem a partir da formula a seguir

$$A = \frac{N \cdot Z^2 p(1-p)}{Z^2 p(1-p) + e^2(N-1)}$$

Sendo:

A = amostra calculada

N = população de mulheres economicamente ativas em Uberlândia, 150.824 mulheres segundo IBGE (2010)

Z = variável normal padronizada associada ao nível de confiança (95%)

e = erro amostral (0,10)

p = verdadeira probabilidade do evento

A baixo serão expostas as questões desenvolvidas, separadas por temática de interesse da pesquisa, e o questionário esta disposto como anexo 1.

A) Perfil socioeconômico

-Idade

- Estado civil

- Tem filhos? Quantos?

- Profissão

- Renda

B) No espaço

- Em que bairro mora? a quanto tempo?

- O que mais gosta no seu bairro?

- Por que está no centro?

- Qual seu espaço urbano favorito? por que?

C) Apropriação do espaço

- Você usa o espaço público para lazer? como?
- Você se sente a vontade/bem vinda nos espaços públicos?
- Onde se sente a vontade? Por que?
- Onde não se sente a vontade? Por que?
- O que mudaria no espaço urbano para se sentir melhor?

D) Segurança

- Quais situações ou lugares te dão medo na cidade? Por que?
- O que faz para se sentir segura?
- O que já deixou de fazer ou onde ir por medo?

E) Acesso/Deslocamento

- É fácil chegar ao seu trabalho/escola/comércio?
- Como você se desloca na cidade?
- Sente-se bem nesse meio de deslocamento?

F) Trabalho reprodutivo

- Quais suas responsabilidades em casa/com a família? Alguém a ajuda?
- Quais serviços e/ou equipamentos facilitariam sua rotina?

A seguir serão analisados os resultados de cada bloco temático do questionário.

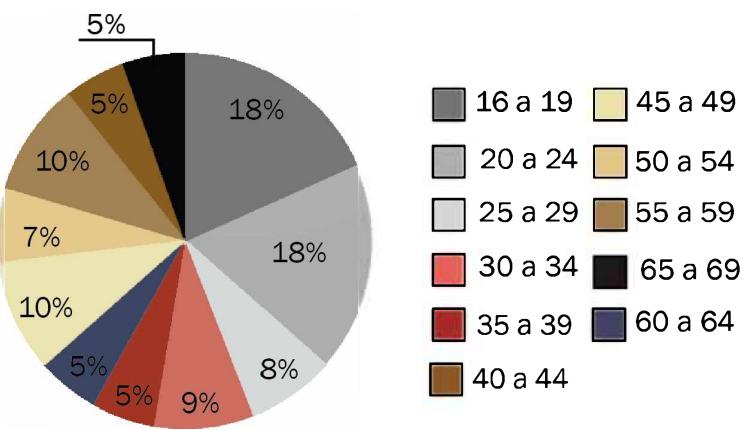
2.2.2.1 Perfil socioeconômico + bairros em que residem

A pesquisa buscou entrevistadas dentro da faixa etária definida pelo IPEA como correspondente a população economicamente

ativa, doa 16 aos 60 anos. Ao longo das entrevistas viu-se a necessidade de expandir essa faixa para mais de 60 anos uma vez que as mulheres às margens do trabalho formal, sem os benefícios da CLT- Consolidação das Leis do Trabalho, e do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, seguem trabalhando após atingirem essa idade, seja para o sustento próprio ou para complementação de renda da família.

Assim, conforme gráfico 16 a seguir, mais de 1/3 (um terço) das entrevistadas têm até 24 anos, 18% entre 16 e 19, 18% entre 20 e 24, somando 36%.

Gráfico 16: Entrevistadas por faixa etária



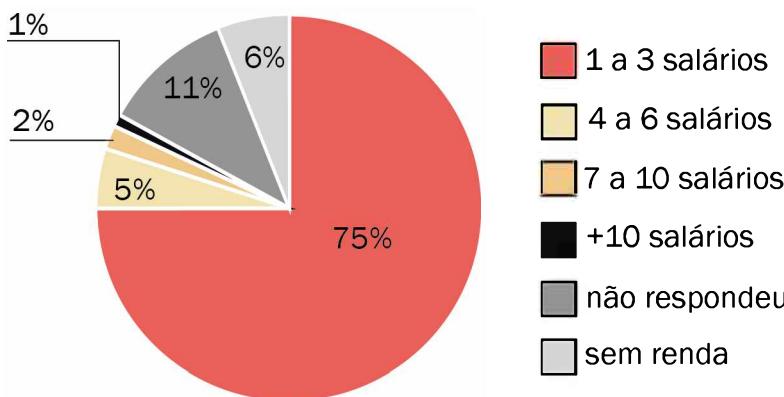
Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

De acordo com material desenvolvido pelo Centro de Pesquisas Econômico-Social do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (CEPES-IE-UFU) baseado em dados do Ministério do Trabalho, no período entre 2010 e 2016, 57,1% dos trabalhadores uberlandenses receberam até dois salários

mínimos, 31,9% de 2 a 5 salários e menos de 10% receberam mais de 5 salários mínimos, dentre esses apenas 0,5% receberam mais de 20 salários.

A faixa de renda demonstrada pela presente pesquisa confirma e reflete os dados do CEPES, uma vez que 75% das mulheres questionadas recebem de 1 a 3 salários mínimos, enquanto no extremo oposto apenas 1% recebe mais de 10 salários (gráfico 17).

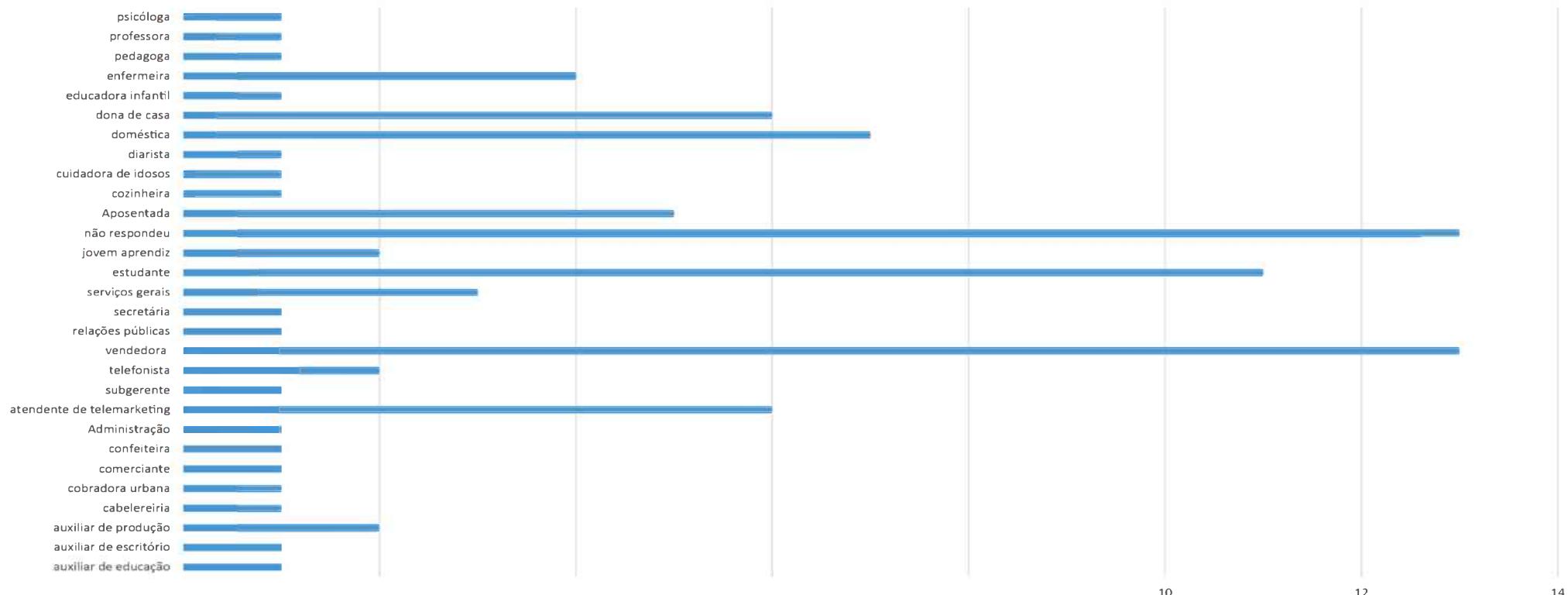
Gráfico 17: Entrevistadas por rendimento - em salários mínimos (r\$954,00-2018)



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Com exceção das entrevistadas que se declararam estudantes ou aposentadas, todas as ocupações correspondem ao setor de comércio e serviço (gráfico 18), reproduzindo os dados nacionais conforme mostrado no gráfico 01, elaborado a partir dos dados do SNIG, em que 87,5% das mulheres brasileiras são empregadas nesse mesmo setor.

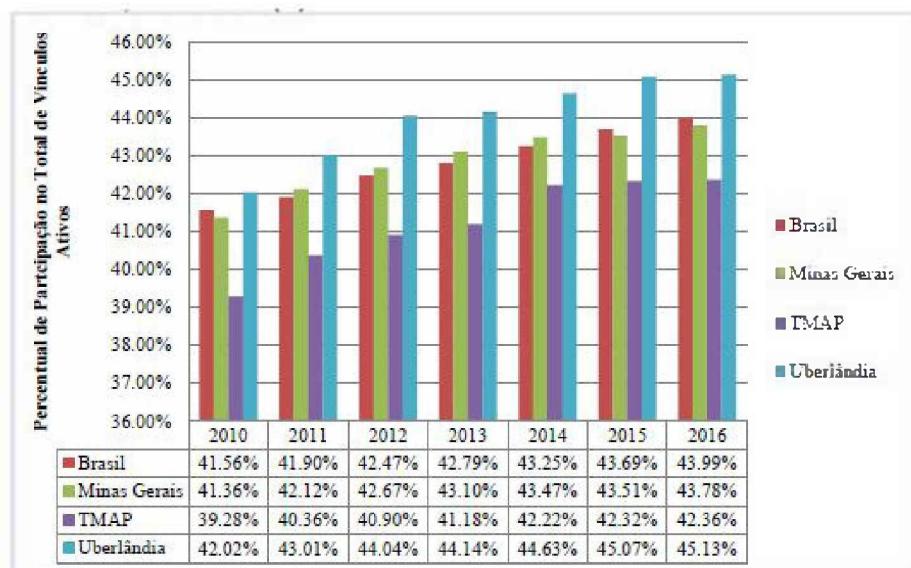
Gráfico 18: Profissão das entrevistadas.



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

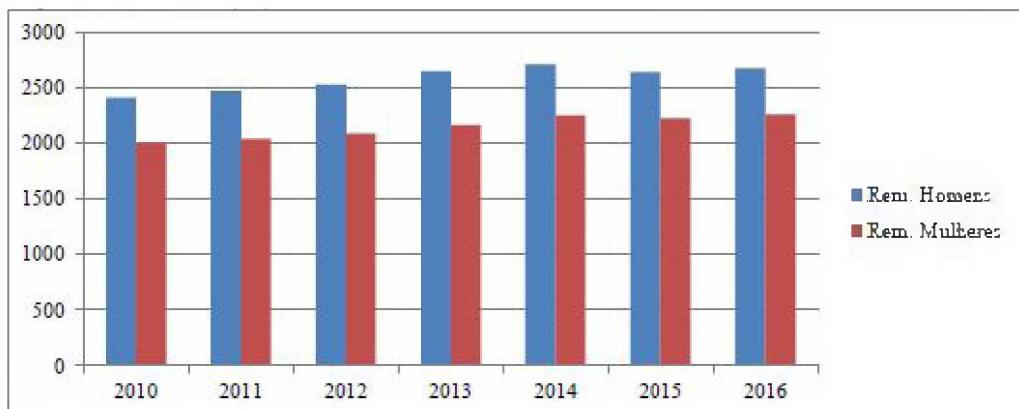
Ainda segundo pesquisa do CEPES as mulheres registram participação de 45% no mercado de trabalho formal de Uberlândia, números acima dos valores nacionais, estaduais e regionais - mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (gráfico 19). Ainda no contexto de Uberlândia, a pesquisa do CEPES aponta que a disparidade salarial gira em torno de R\$400,00, com mulheres recebendo 83% da remuneração dos homens (gráfico 20).

Gráfico 19: Participação das mulheres no mercado de trabalho formal, no Brasil, Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Uberlândia, de 2010 a 2016



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: CEPES-IE-UFG.

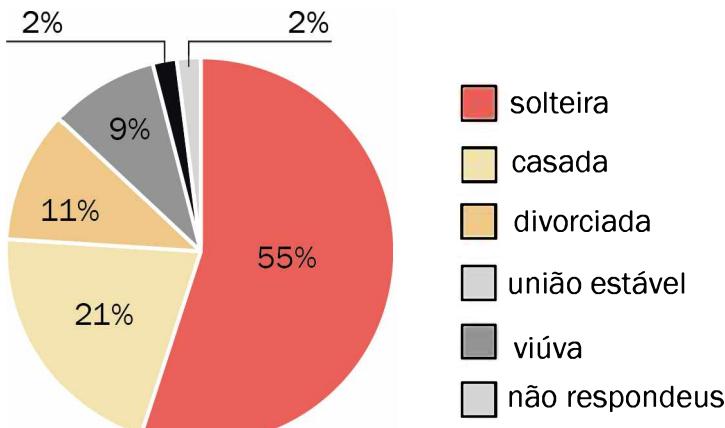
Gráfico 20: Remuneração real média de dezembro dos homens e das mulheres no município de Uberlândia no período de 2010-2016 (R\$)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: CEPES-IE-UFU.

Quanto ao estado civil, 55% das entrevistadas são solteiras (gráfico 21), contudo, ao combinar esses dados com os dados sobre maternidade observa-se que 38% das mulheres solteiras tem 1 ou mais filhos (gráfico 22), realçando a realidade de mães-solo. De acordo com IBGE (2016) no período de 2005 a 2015 aumentaram em 1 milhão o número de mães-solo no país, totalizando 26,8%, ou 11,6 milhões, dos arranjos familiares, em contra ponto, os pais-solo representam 3,6% dos arranjos familiares, esses dados são uma grande evidência da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero que responsabilizam apenas a mulher pelo cuidado com os filhos, lógica ela reproduzida por todo o país e exposta em Uberlândia conforme gráfico 22.

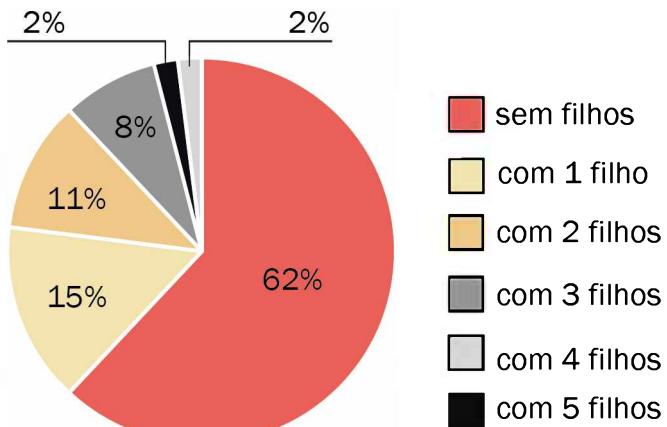
Gráfico 21: Entrevistadas por estado civil



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Dependendo do contexto socioeconômico em que se inserem, as mães-solo enfrentam uma posição de grande vulnerabilidade, como únicas responsáveis pelo(s) filho(s) podem encontrar dificuldades, ou mesmo impossibilidade, de entrar no mercado de trabalho, principalmente o formal, ou concluir seus estudos. Segundo a coordenadora de população e indicadores social do IBGE Cristiane Soares (2016) “a política pública tem que atuar para que a mulher possa ter uma carga de trabalho nas mesmas condições que os homens.”

Gráfico 22: Entrevistadas solteiras com filhos



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Como exposto nas páginas 69 e 70, os locais de pesquisa determinados no Setor Central tiveram como objetivo entrevistar mulheres residentes nos mais diversos bairros possíveis, cobrindo a maior área da cidade. Uma vez que o centro principal de Uberlândia ainda é o grande polarizador da cidade, concentrando empregos, comércios, serviços e equipamentos públicos, além do sistema integrado de transporte - SIT, que converge grande parte dos trajetos do transporte público na região.

Dessa maneira foram contemplados pela pesquisa 49 dos 92 bairros cadastrados na cidade, com mulheres participantes residindo nos 5 setores, conforme figura 03 - Mapa de residência das mulheres participantes.



01 residente



02 residentes



03 residentes



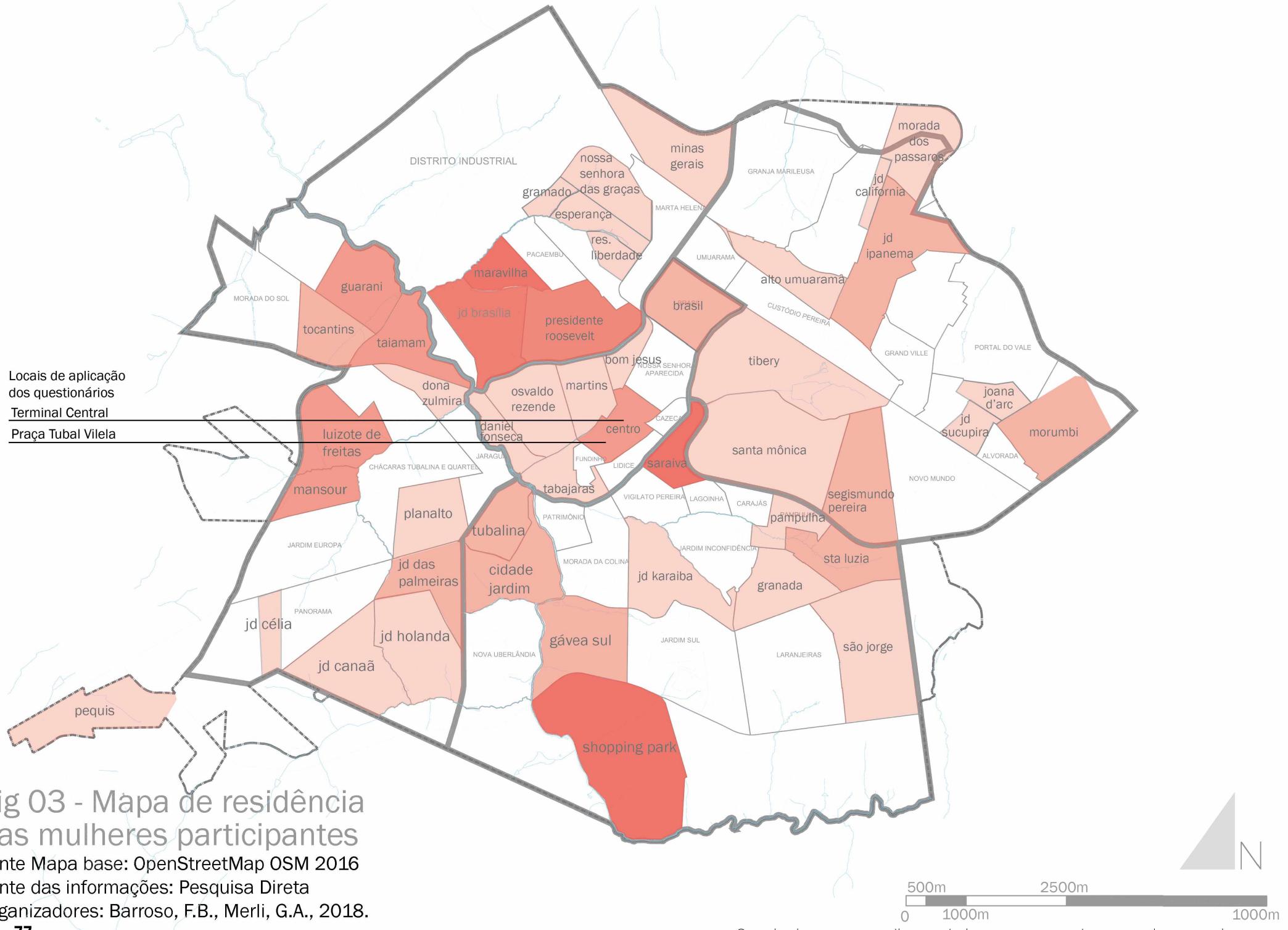
04 residentes



05 residentes



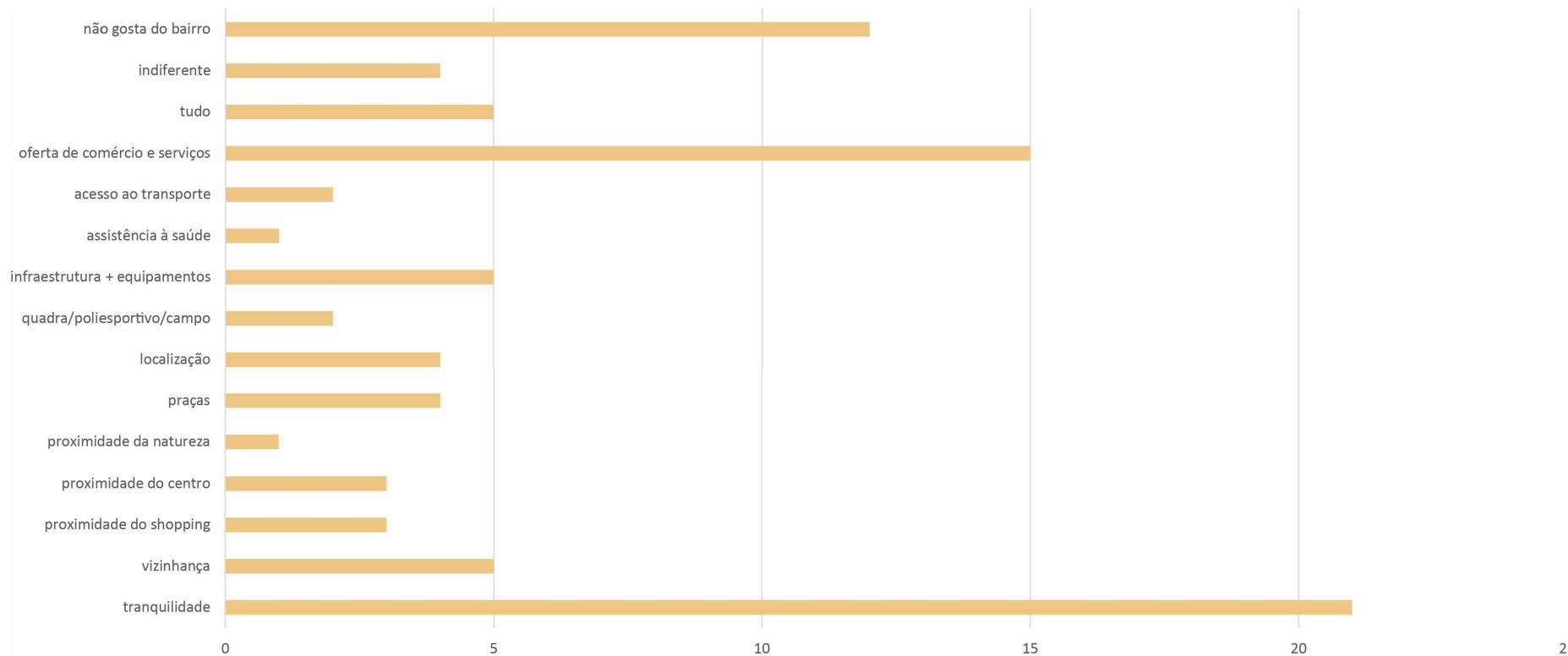
06 residentes



2.2.2.2 No espaço

Abrindo esse bloco temático, a primeira pergunta qualitativa do questionário busca saber os motivos das entrevistadas gostarem, ou não, de seus bairros de residência. O resultado conforme no gráfico 23, a seguir, mostra que a principal “qualidade” elencada é a **“Tranquilidade”** presente em mais de 20 respostas, seguida em segundo lugar pela **“Oferta de comércio e serviços”**.

Gráfico 23: O que mais gostam em seus bairros de residência



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Espacializando as respostas no mapa de Uberlândia, de acordo com os bairros em que as participantes residem (figura 05), percebemos que os bairros que foram qualificados pela sua “**oferta de comércio e serviços**” se enquadram em duas categorias, além do centro principal da cidade, aqueles com características de sub-centro ou centralidades setoriais, como os bairros Planalto, Presidente Roosevelt, São Jorge e Brasil, bairros de classe média (como mostrado nos gráficos 04, 05, 06 e 08) que desenvolveram-se concentrando comércio, serviços e equipamentos, tornando-se polarizadores nos setores em que estão implantados, gerando oferta e demanda de atividades, comércio e serviços na escala dos bairros, atendendo as comunidades circundantes.

Os demais bairros que registraram a mesma resposta, são aqueles que se localizam próximos desses ou de outros sub-centros, ou do próprio centro principal da cidade, contidos, dessa forma, em suas zonas de polarização, tendo grande parte de suas demandas atendidas por eles.

As mulheres questionadas que elegeram “**tranquilidade**” como qualidade maior de seus bairros residem em bairros com características diversas, como o Jardim Karaíba de classe média alta e exclusivamente residencial no Setor Sul (gráfico 04); o Santa Mônica no Setor Leste, bairro que combina o perfil de moradores de classe média aos universitários atraídos pelo campus da Universidade Federal de Uberlândia (gráfico 07), com consolidado uso misto tendo oferta variada de comércio e serviços; ou ainda o Morada dos Pássaros, o Minas Gerais e o Guarani, bairros populares na periferia dos setores, respectivamente, Leste, Norte e Oeste.

O termo qualitativo em questão, dá possibilidade para

diferentes formas de interpretação de acordo com o bairro que está qualificando. Podendo assim, tratar de bairros com menor densidade e/ou mais áreas livres e verdes, associando a tranquilidade à proximidade com a natureza, ao silêncio e ao pouco movimento. Como nos casos dos bairros Jardim Karaíba, Minas Gerais e Morada dos Pássaros, que apesar de terem perfis socioeconômicos e espaciais bem diferentes são menos densos e apresentam mais áreas livres e verdes. Da mesma maneira, quando qualifica bairros como o Santa Mônica, Santa Luzia, Tabajaras e Bom Jesus, densos e com intenso fluxo de pedestres e carros, a tranquilidade pode refletir a segurança que esses bairros oferecem.

Seguindo, outra recorrência na qualificação dos bairros foram os termos “**nada**”, “**não gosto do bairro**” e “**indiferente**”, que foram usados com mais intensidade por questionadas que residem nos setores Norte e Oeste, predominantemente em bairros mais afastados do centro principal, com menor ou nenhum acesso à infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos.

Dentre as 96 mulheres participantes, 5 afirmaram gostar de “**tudo**” em seus bairros, como expresso na figura 04, elas são residentes dos bairros Residencial Pequis no setor Oeste, Shopping Park, Granada e São Jorge no setor Sul e Santa Mônica no setor Leste. Desses, os bairros São Jorge e Granada, são decorrentes de conjuntos habitacionais construídos nos anos 90 pelo Plano de Ação Imediata para Habitação - PAIH (MOURA, SOARES 2009), e que conforme gráfico 08 concentram hoje populações de média e baixa renda, com grande parte dos rendimentos familiares na faixa dos 5 salários mínimos. Já os bairros Shopping Park e Residencial Pequis são empreendimentos do Programa Minha Casa Minha

Vida - PMCMV, sendo respectivamente as primeira (2012) e última (2016) edições do programa realizadas em Uberlândia, ambos contemplando famílias da faixa 01, ou rendimento de 0 a 3 salários mínimos.

É notável a demonstração de satisfação das questionadas residentes nos últimos bairros comentados, Residencial Pequis e Shopping Park, ambos muito afastados da malha urbana já consolidada, sendo inclusive necessária a ampliação do perímetro urbano para aprovação do R. Pequis, destituídos de acesso aos serviços e equipamentos, com problemas de deslocamento pela falta de transporte público de qualidade, e precariedade de áreas livres institucionais e de lazer. É possível que essas mulheres se encontrassem em situações de vulnerabilidade tamanha, sem acesso ao próprio direito à moradia, que quando esse direito lhes foi proporcionado a forma como apreendem e experimentam o seu entorno seja sob um olhar mais otimista.

A pergunta seguinte questiona sobre o espaço urbano da cidade de Uberlândia que mais gostam (figura 05), é perceptível alguma confusão quanto ao entendimento do que é o espaço público, com algumas mulheres participantes enumerando espaços privados, com uso público ou não, como bares, clubes e suas próprias residencias. Essa dificuldade de entendimento perdura em outras questões adiante.

O espaço mais mencionado como preferido foi o Parque do Sábia, citado 23 vezes por mulheres residentes de todos os setores da cidade, mesmo em bairros distantes do próprio parque, revelando a importância e a relevância desse equipamento público, que é o maior da cidade, gratuito, oferecendo diversidade de usos e acessível através da rede de transporte público.

Junto ao Parque do Sábia são citadas praças no geral, entendendo que sejam praças locais dos próprios bairros, e praças específicas como a já mencionada Tubal Vilela e a Clarimundo Carneiro, ambas no bairro Centro e com pontos de várias linhas de ônibus. Os demais parques da cidade também aparecem, porém com menor frequência. Tanto os parques quanto as praças são destacados e valorizados como espaços de tranquilidade, mais uma vez a repetição desse termo, silenciosos e próximos à natureza, locais em que podem estar sozinhas, longe de aglomerações.

Finalizando essa questão, apareceram entre as respostas shoppings centers, como espaços arejados e de qualidade ambiental para o lazer, o terminal central pelo movimento, a Avenida Rondon Pacheco e o campus da Universidade Federal de Uberlândia no bairro Santa Mônica pelos espaços livres e verdes. Conforme o mapa da figura 06, que relaciona os lugares favoritos de cada mulher questionada e o bairro em que residem, é possível enxergar com clareza a influência e o significado que determinados equipamentos e espaços exercem no contexto da cidade, como o já citado Parque do Sábia que tem seu raio de influência abrangendo todo o perímetro urbano; a praça Tubal Vilela espaço central que também apareceu em respostas de mulheres que residem em bairros distantes dela.

Em oposição, o parque Santa Luzia mostra uma importância local, sendo apontada apenas por uma residente do bairro Santa Luzia, onde se encontra o parque.

Concluindo, parques, praças, clubes e espaços abertos como o campus Santa Mônica e o Teatro Municipal evidenciam a tendência das questionadas a valorizar espaços abertos, ao ar livre e em com a presença de vegetação e arborização.

-  Tranquilidade
-  Vizinhança
-  Proximidade do shopping
-  Proximidade do centro
-  Proximidade da natureza
-  Praças
-  Localização
-  Quadra | poliesportivo | campo
-  Infraestrutura + equipamentos
-  Assistência à saúde
-  Acesso ao transporte
-  Oferta de serviços e comércio
-  Tudo
-  Indiferente
-  Não gosta do bairro
-  Bairros de residência das pesquisadas

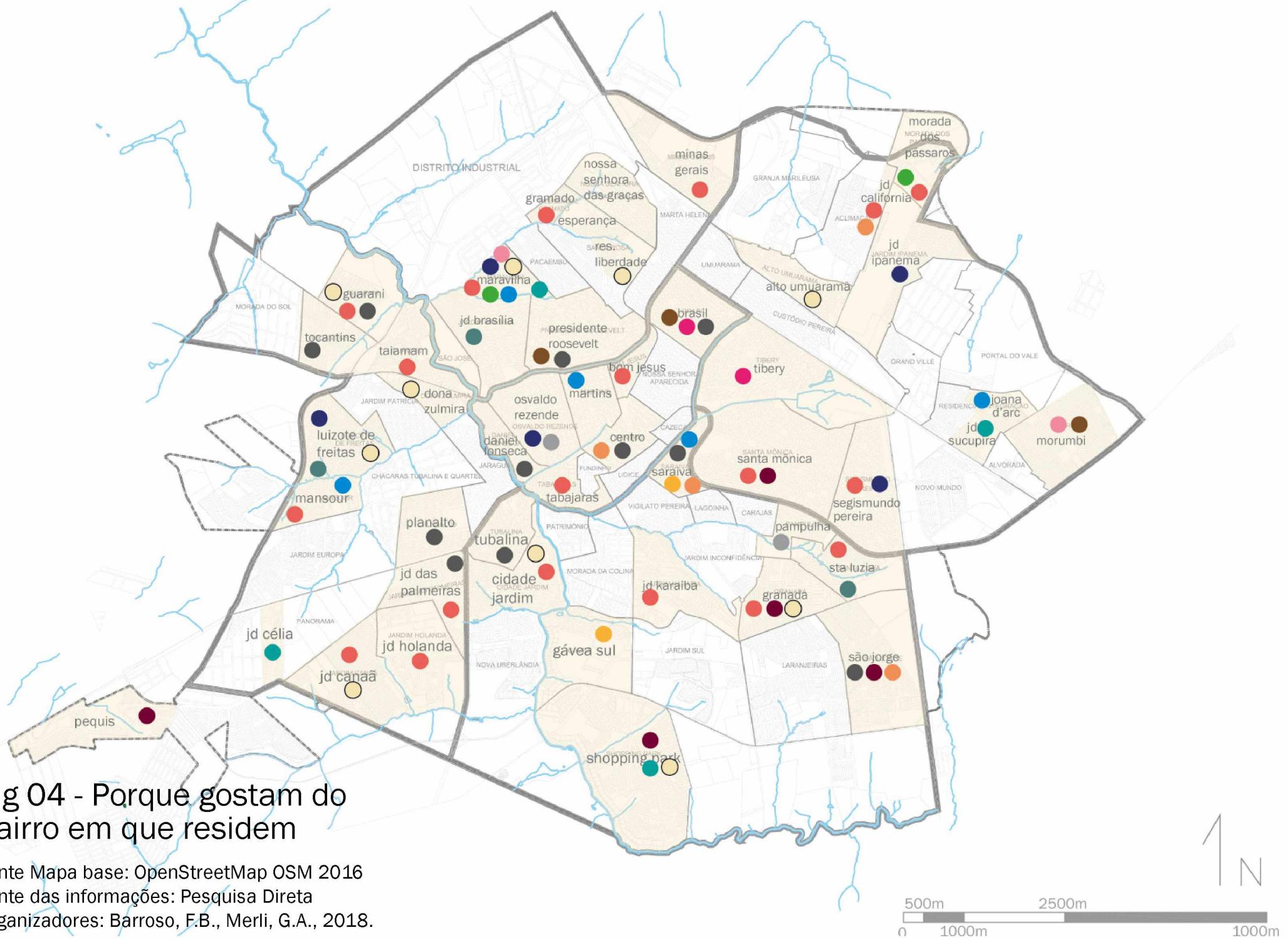


Fig 04 - Porque gostam do bairro em que residem

Fonte Mapa base: OpenStreetMap OSM 2016

Fonte das informações: Pesquisa Direta

Organizadores: Barroso, F.B., Merli, G.A., 2018.



Locais públicos favoritos

- 1 - Parque do Sábia
- 2 - Teatro Municipal
- 3 - Parque Siquerolli
- 4 - Praça Sérgio Pacheco
- 5 - Praça Tubal Vilela
- 6 - UFU | campus Sta Mônica
- 7 - Center Shopping
- 8 - Parque Santa Luzia
- 9 - Avenida Rondon Pacheco
- 10 - Centro
- 11 - Praça Clarimundo Carneiro
- 12 - Clube Caça e Pesca
- 13 - Terminal Central
- 14 - Uberlândia Shopping



Bairros de residência das pesquisadas

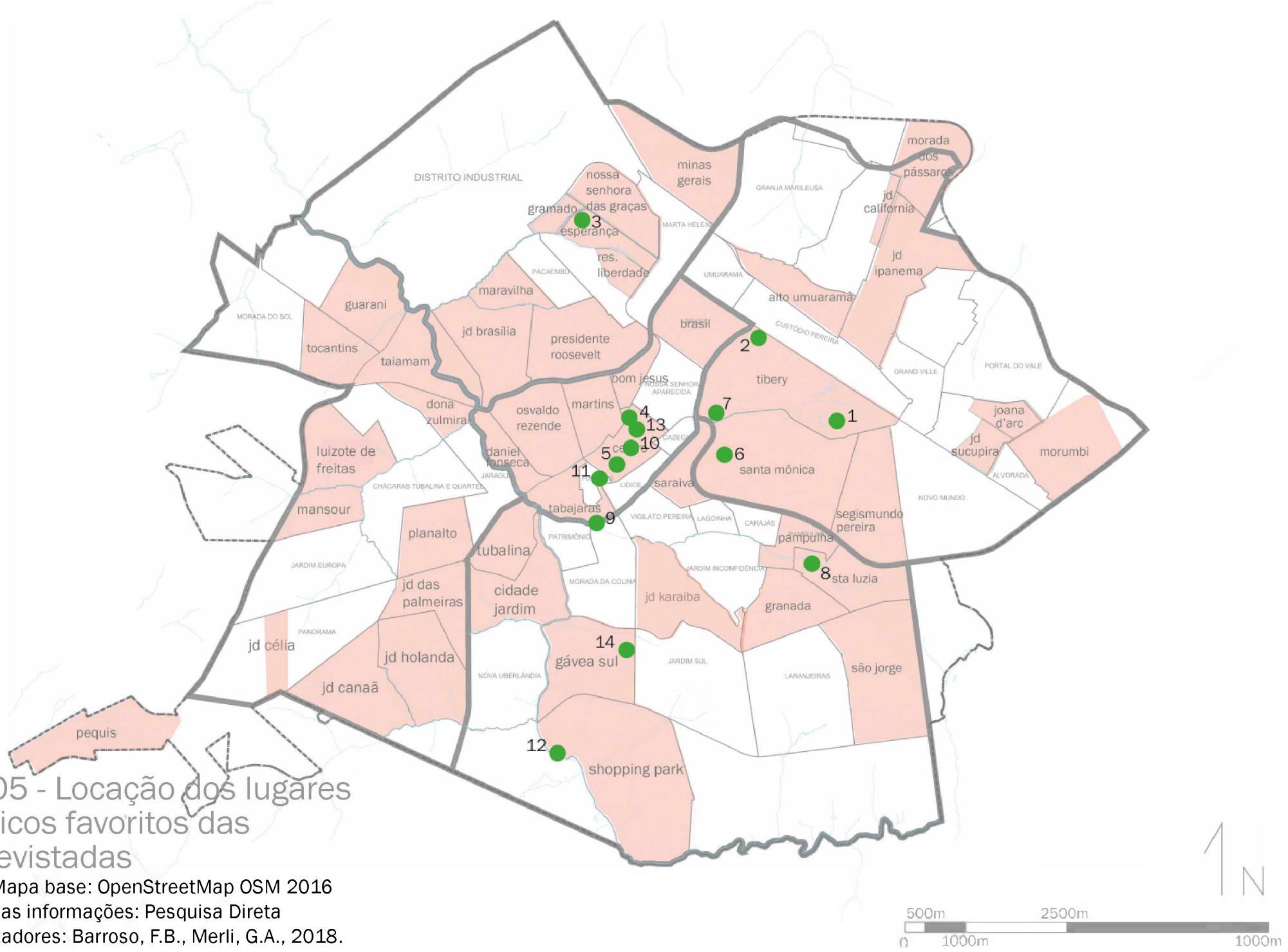


fig. 05 - Locação dos lugares públicos favoritos das entrevistadas

Fonte Mapa base: OpenStreetMap OSM 2016

Fonte das informações: Pesquisa Direta

Organizadores: Barroso, F.B., Merli, G.A., 2018.

-  Casa da avó
-  Bares
-  Casa das amigas
-  Shopping Center
-  Clubes
-  Igreja
-  Própria casa
-  Próprio bairro
-  Avenida Rondon Pacheco
-  Centro
-  Teatro municipal
-  Parque Siquerolli
-  Parque Santa Luzia
-  Parque do Sábia
-  Poliesportivo do bairro
-  Praça Sergio Pacheco
-  Praça Tubal Vilela
-  Praça Clarimundo Carneiro
-  Praças
-  UFU - Santa Mônica
-  Terminal Central
-  Nenhum lugar



Bairros de residência das pesquisadas

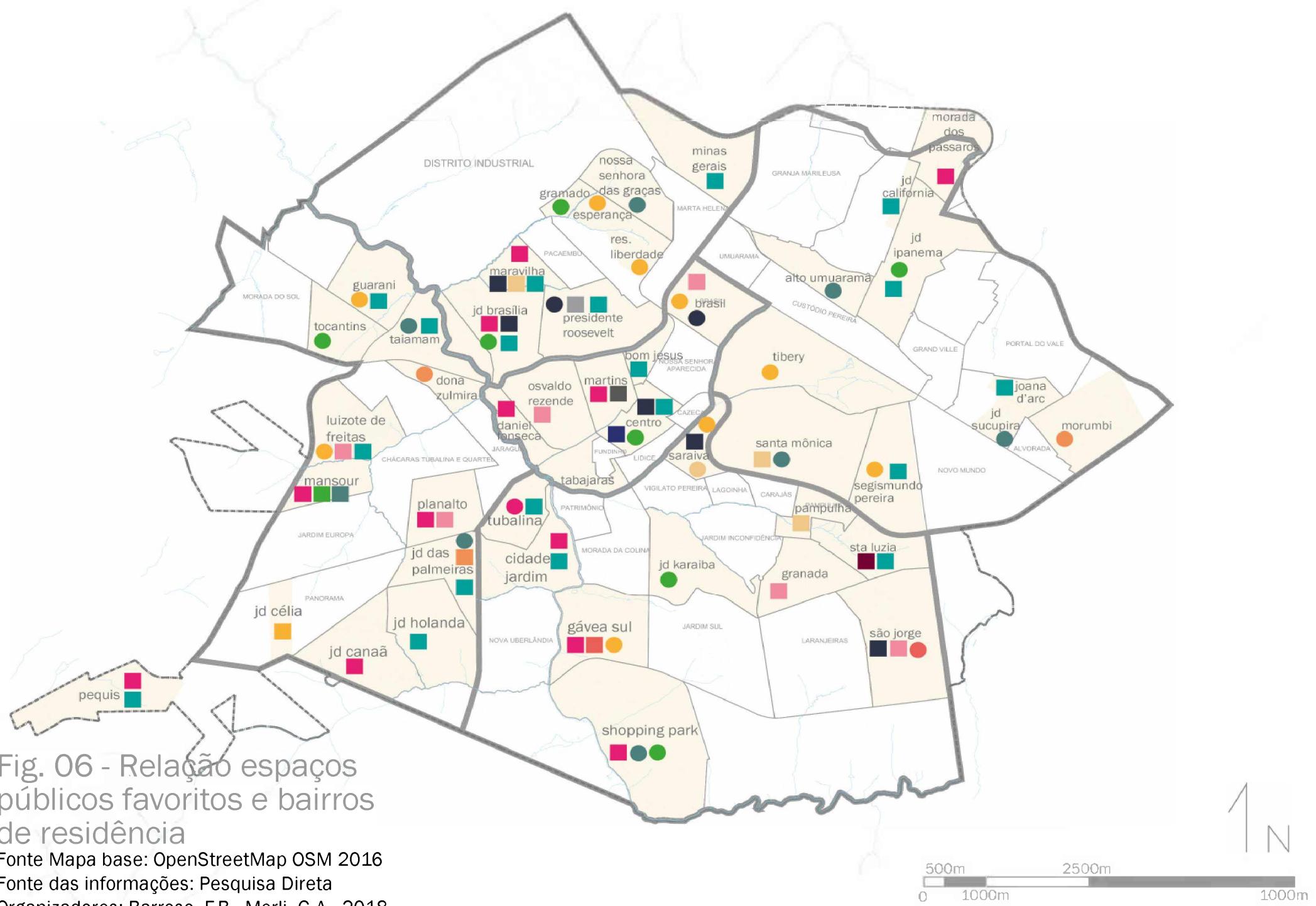


Fig. 06 - Relação entre espaços públicos favoritos e bairros de residência

Fonte Mapa base: OpenStreetMap OSM 2016

Fonte das informações: Pesquisa Direta

Organizadores: Barroso, F.B., Merli, G.A., 2018.

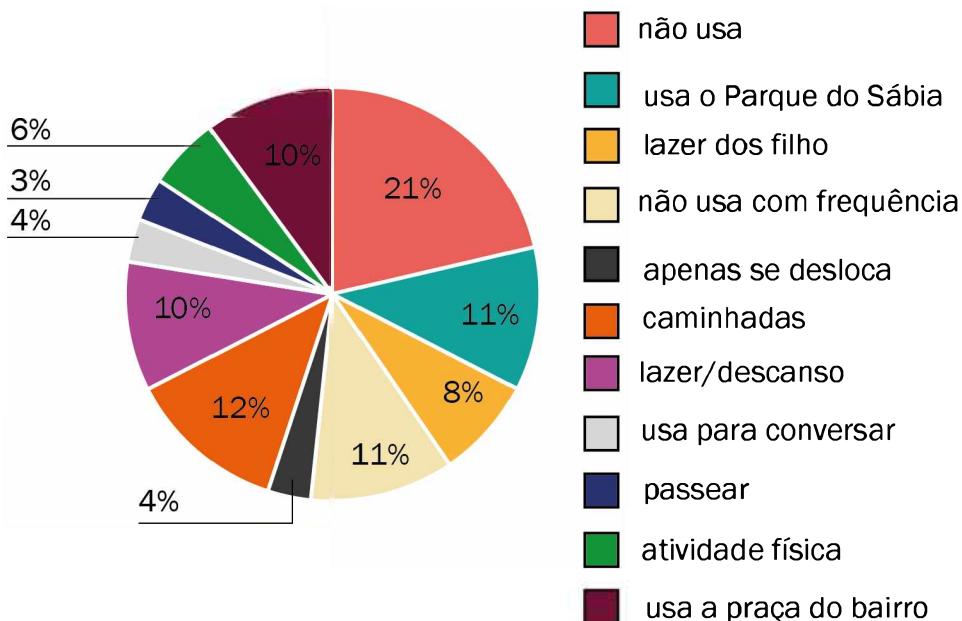
2.2.2.3 Apropriação

Quando as mulheres participantes foram questionadas sobre a forma que usam os espaços públicos da cidade foi identificada mais uma vez a dificuldade em perceber o que é o espaço público com espaços privados sendo apontados como respostas. Essa dificuldade em perceber/reconhecer o espaço público pode refletir a carência em espaços desse tipo com qualidade e uso consolidado nas escala das bairros, próximo das usuárias.

Como mostra o gráfico 24, 21% das mulheres afirmam não usar o espaço público de forma alguma, essas mulheres residem nos mais diversos perfis socioeconômicos e espaciais de bairros ou seja mulheres de diferentes contextos e rotinas não utilizam os espaços públicos, questiona-se, então, se os motivos estão relacionados as condições discutidas ao longo da dissertação: a divisão sexual do trabalho que, responsabilizando-as pelas tarefas reprodutivas, ocupa o dia das mulheres com jornadas de trabalho duplas e/ou triplas, não liberando-as à momentos de ócio e lazer; o entendimento do espaço público como uma esfera de domínio masculina restringindo as mulheres aos espaços privados e domésticos; questões de segurança, vinculadas ao medo de assédios e violência de gênero.

Os usos mais frequentes são caminhada, passeios e acompanhar o lazer dos filhos vinculando a presença da mulher nos espaços públicos à realização de tarefas reprodutivas.

Gráfico 24: Como e quais espaços públicos usam



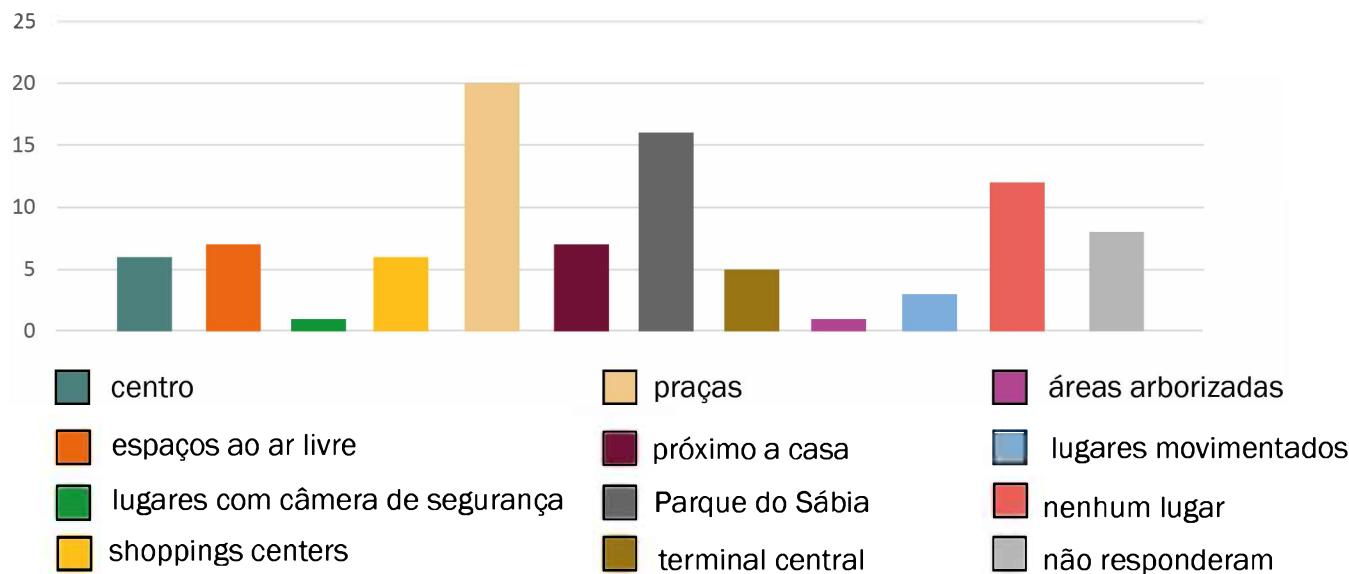
Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Em seguida, as mulheres participantes são questionadas quanto a seus sentimentos em relação aos espaços públicos, se se sentem ou não a vontade, bem vindas nesses espaços. Como mostra gráfico 25, 61% das mulheres respondeu sentir-se a vontade/bem vinda. Quando perguntadas em quais espaços se sentem mais a vontade o termo “**praças**” foi a resposta mais identificada, seguida do Parque do Sábia, mais uma vez indicando sua importância como espaço público livre da cidade. A predominância das respostas remetendo a espaços livres e ligados ao contato com a natureza são coerentes com as respostas analisadas até agora, em que há a valorização recorrente dos espaços “tranquilos” e em contato com arborização e vegetação.

Parte das questionadas afirma não se sentir a vontade em nenhum

espaço público, outras ligam o sentimento a termos que remetem a segurança como “**espaços movimentados**” e “**lugares com câmera de segurança**”.

Gráfico 25: Em quais espaços públicos se sentem a vontade/bem vinda

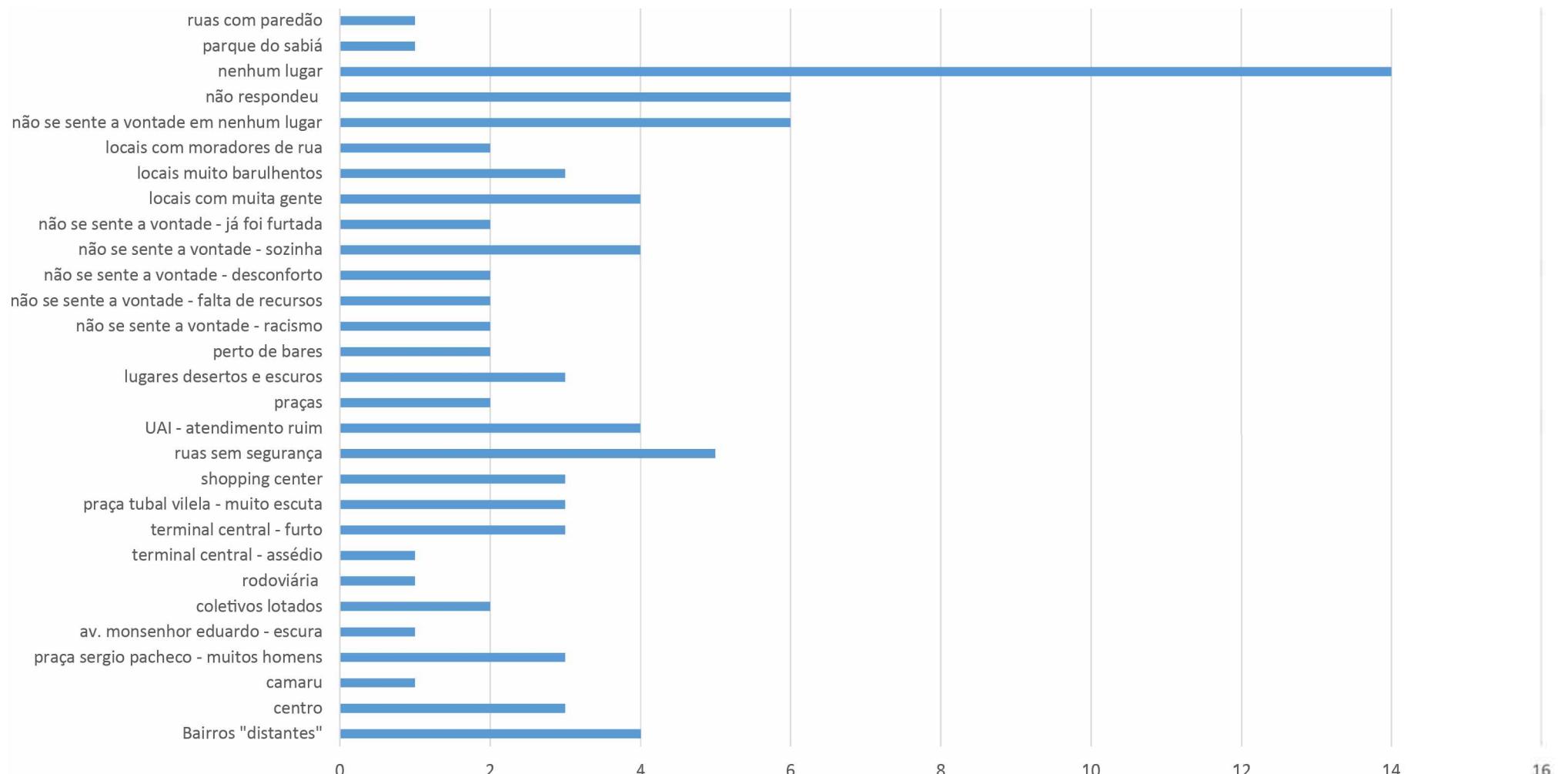


Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Complementarmente, foi questionado em quais espaços públicos as participantes **não** se sentem a vontade, e, se possível, que respondessem o porquê. Aqui, a percepção de segurança se mostra com mais clareza uma vez que, mesmo com resposta muito variadas, a temática principal envolveu locais e situações de medo e insegurança, locais escuros, ermos, experiências prévias de assalto e/ou assédio, bairros periféricos e lugares com muitos homens, esse último ponto elencado escancara uma realidade sintomática com recorrentes casos de assédio e de violência contra as mulheres (gráfico 26).

Algumas questionadas apontam não se sentirem a vontade em função de experiências de racismo, de não terem recursos financeiros para usufruir da cidade, ou ainda o desconforto sentido por serem idosas ou obesas.

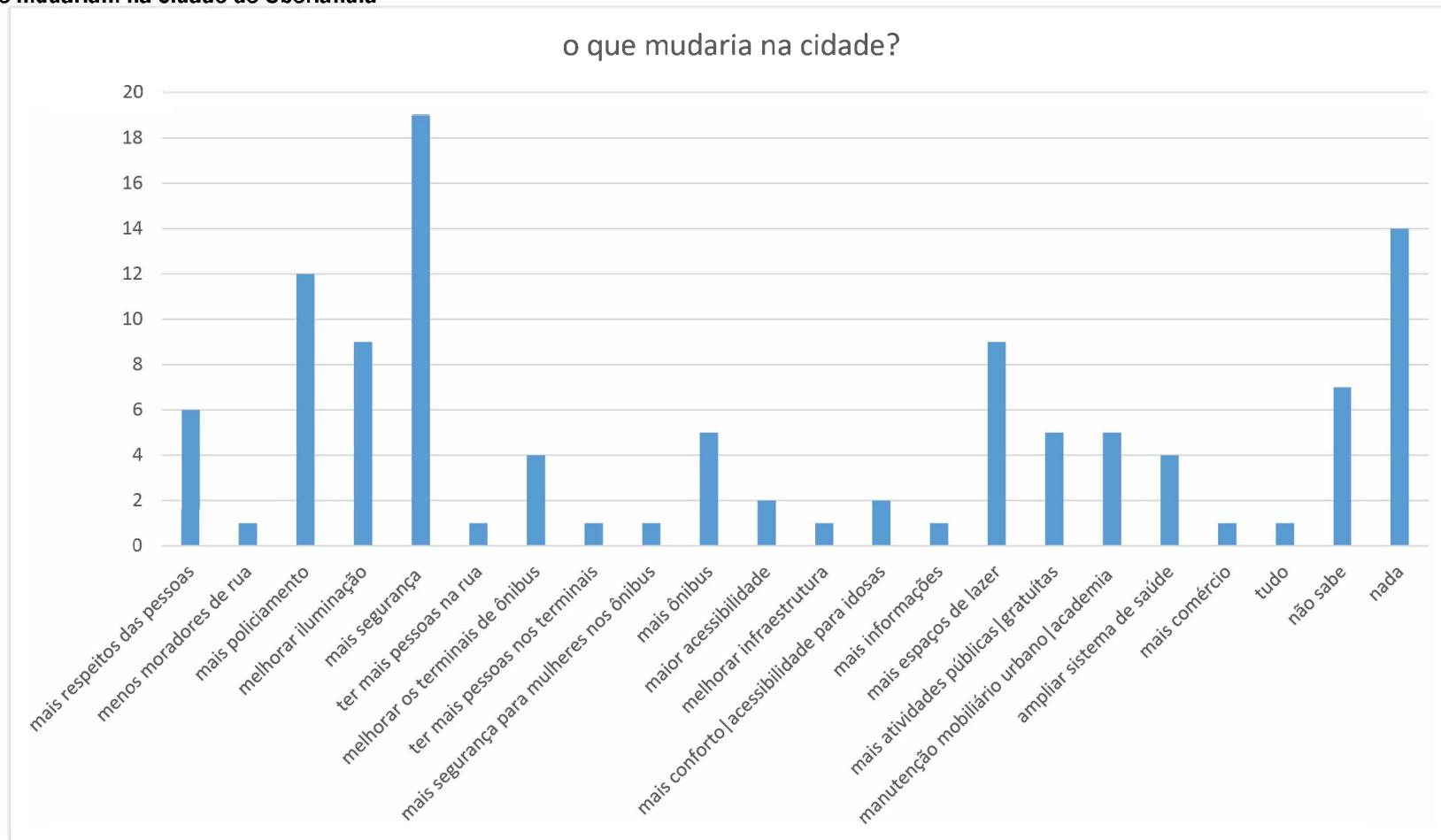
Gráfico 26: Em quais espaços públicos NÃO se sentem a vontade/bem vinda



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Concluindo a dimensão da apropriação do espaço interrogou-se sobre o que as participantes alterariam no espaço da cidade de Uberlândia. e mais uma vez as respostas tenderam à esfera da segurança, pedindo por mais iluminação nas ruas e praças, mais policiamento, mais pessoas nas ruas e nos terminais de transporte público. Para além da segurança, foi apontada a necessidade de melhorar os terminais de transporte público e o próprio sistema de transporte, tema que será novamente abordado na dimensão de acessos/deslocamentos, foi indicado a demanda por infraestrutura e a ampliação do sistema de saúde. Houveram participantes expondo a falta de segurança das mulheres dentro dos ônibus, e ainda solicitações por mais espaços de lazer e atividades gratuitas, culturais e esportivas, a manutenção dos mobiliários urbanos com destaque para as academias populares instaladas em diversas praças pela Prefeitura Municipal de Uberlândia - PMU.

Gráfico 27: O que mudariam na cidade de Uberlândia



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Com as respostas desses dois últimos blocos temático do questionário, “**No espaço**” e “**Apropriação**”, fica evidente uma demanda por espaços públicos de lazer, ócios e descanso, partindo da própria dificuldade de entendimento do que é um espaço público e de uso público. Fica notório também a busca por espaços livres, com contato com a natureza, mais silenciosos e menor fluxo de pessoas, coincidindo com a repetição do termo “tranquilo” para qualificar seus bairros e espaços preferidos, conforme observado nos resultados até aqui expostos.

2.2.2.4 Segurança

A segurança é um tema que permeia o entendimento e a percepção de todas as dimensões aqui analisadas, marcando fortemente a maneira como as mulheres percebem, se relacionam e se apropriam do espaço.

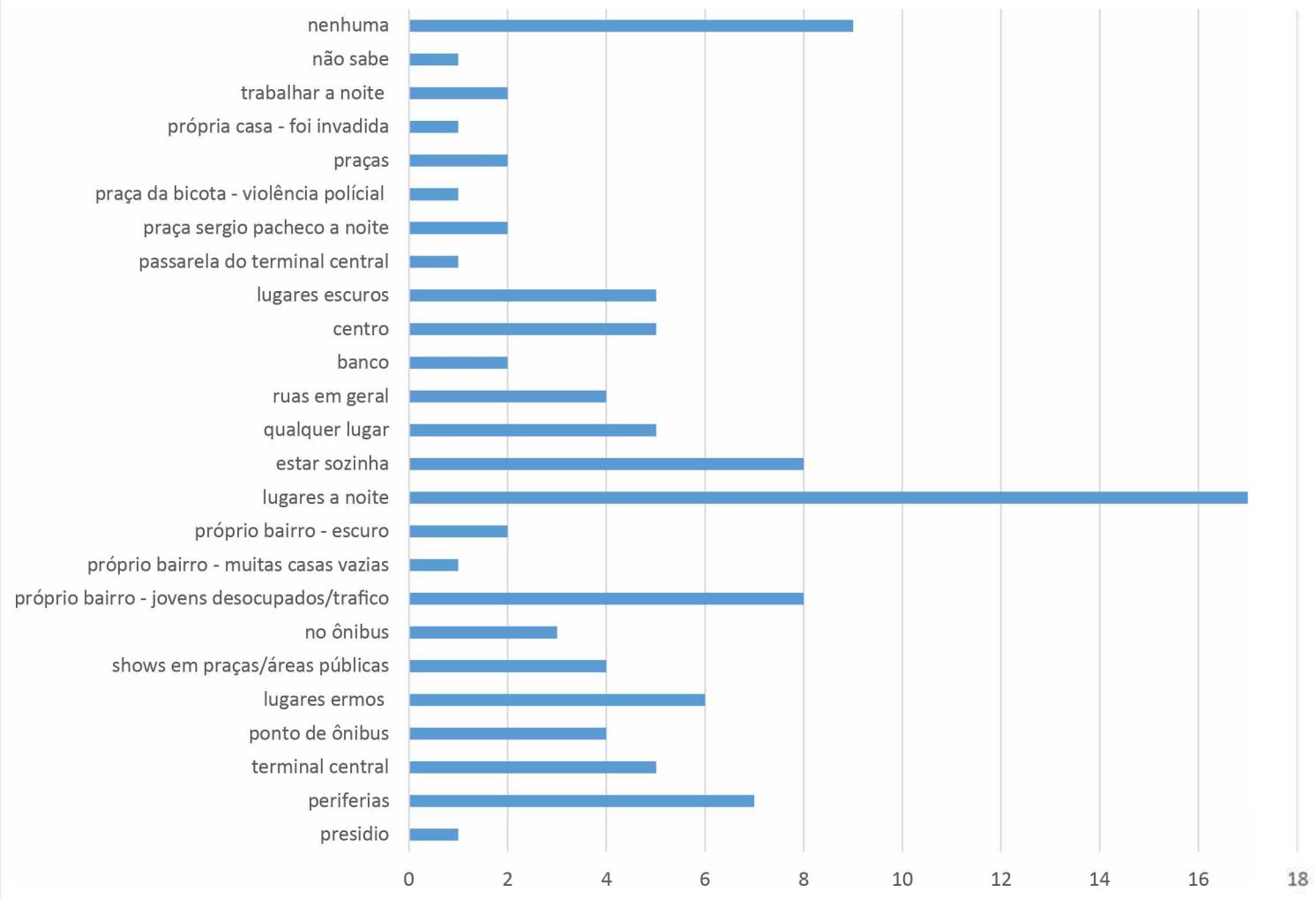
Para abordar o tema da segurança, abrangendo a percepção de segurança e o sentimento de medo, foram feitas três perguntas, como visto na página 71. Na primeira delas que questiona quais lugares e situações mais causam medo e sensação de insegurança, revelou-se a “**noite**” como inimiga da percepção de segurança das mulheres (gráfico 28), sinalizando que o sexismo e o patriarcado refletem não só na relação “mulher e espaço”, mas também na relação “mulher e tempo”, uma vez que, além de não terem pleno acesso dos espaços, existem **momentos** em que as mulheres não são “bem vindas” no espaço público.

Como expresso no gráfico 28, os próprios bairros das questionadas são lugares que desesperam medo, por diferentes motivos, o tráfico de drogas, imóveis desocupados ou a falta de iluminação urbana (figura 07). Estar sozinha no espaço público também se revela um

fator para o sentimento de insegurança e medo, contribuindo para relações de dependência e vulnerabilidade, destituindo essas mulheres de sua autonomia.

Outra questão identificada, é que a dimensão do lazer é a mais comprometida pelo medo e insegurança, em função do período, noite, e dos locais assinalados como inseguros, que são os mesmos apontados anteriormente como espaços de lazer, bares, áreas públicas de shows, praças. Mesmo retratando tais lugares como inseguros ou espaços em que não se sentem bem, são neles que as mulheres questionadas buscam momentos de lazer e diversão, retratando, por um lado, a falta de opções de espaços de lazer acessíveis e seguras, e, por outro lado, a resistência dessas mulheres em ocupar tais espaços, mesmo que sejam hostis a sua presença.

Gráfico 28: Lugares/situações em que sente medo



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

- | | | | |
|---|--|---|--------------------------------------|
|  | Estar sozinha |  | Próprio bairro - tráfico |
|  | Lugares a noite |  | Próprio bairro - muitas casas vazias |
|  | Banco |  | Próprio bairro - escuro |
|  | Centro |  | Qualquer lugar |
|  | Lugares ermos |  | Ruas em geral |
|  | Lugares escuros |  | Shows em praças/áreas públicas |
|  | Nenhum lugar/situação |  | Terminal Central |
|  | No transporte público |  | Trabalhar a noite |
|  | Bairros periféricos |  | Não sabe |
|  | Ponto de ônibus | | |
|  | Praça da Bicota - violência policial | | |
|  | Praça Sergio Pacheco - durante a noite | | |
|  | Praças | | |
|  | Própria casa - já foi invadida | | |



Bairros de residência das pesquisadas

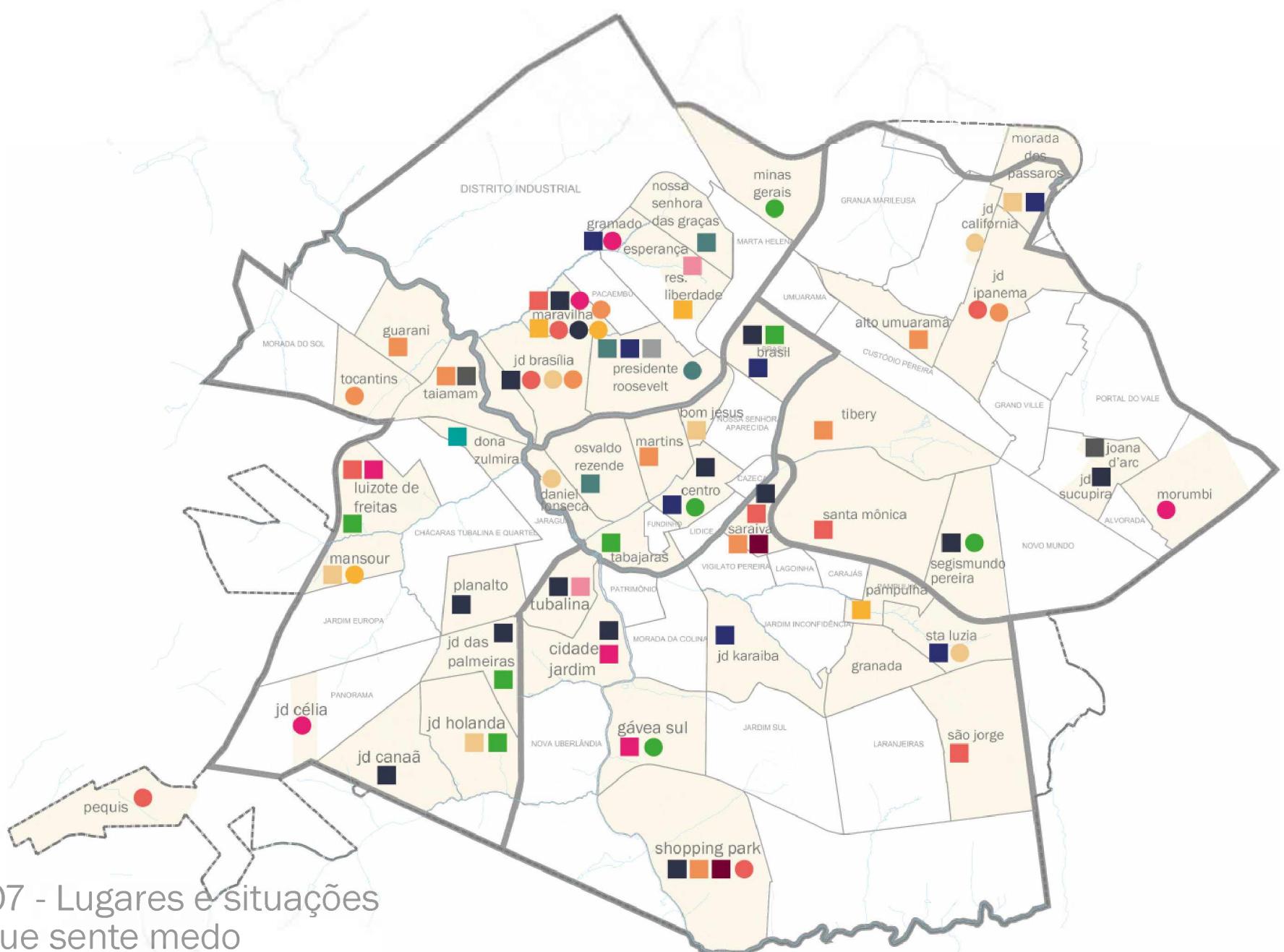


Fig. 07 - Lugares e situações em que sente medo

Fonte Mapa base: OpenStreetMap OSM 2016

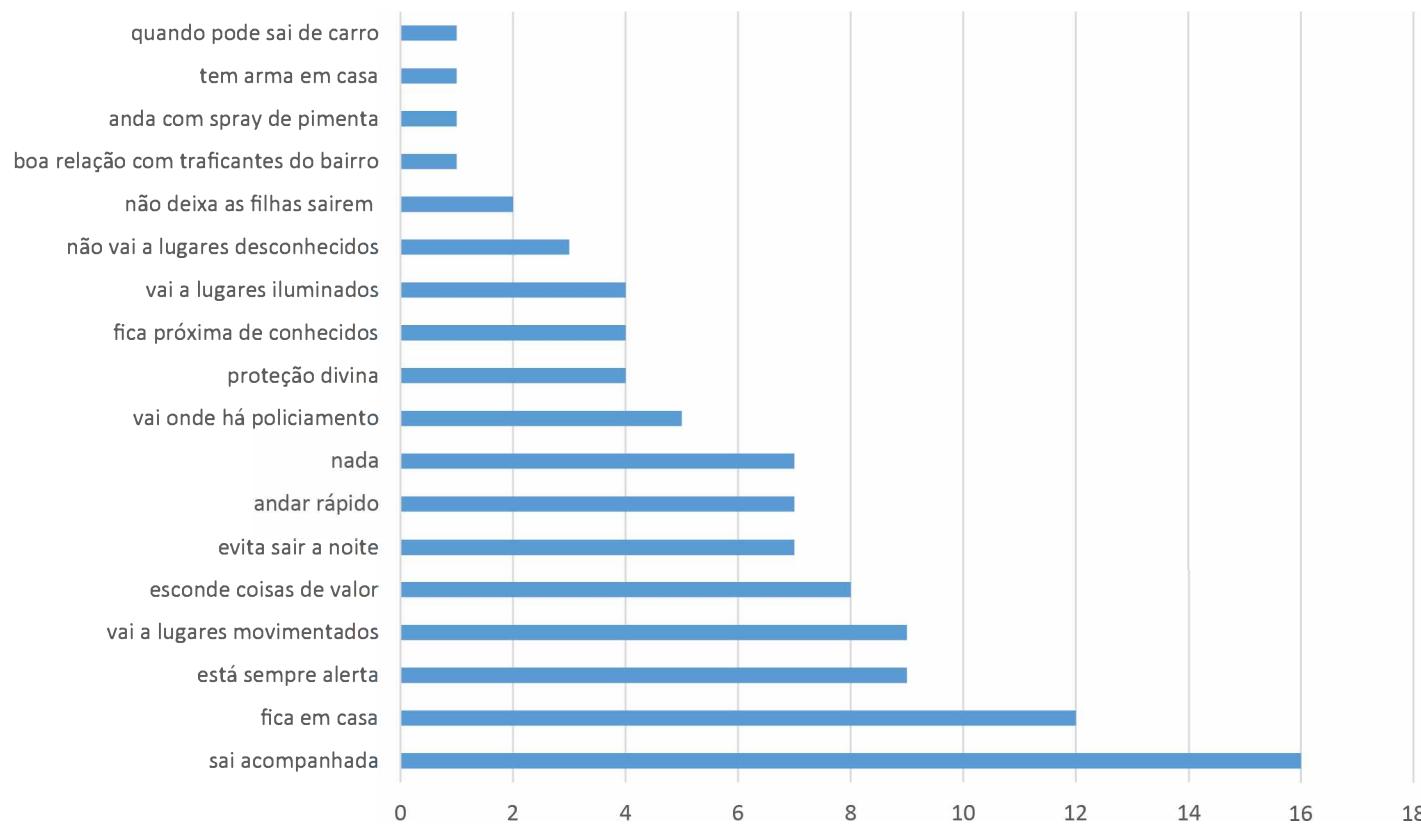
Fonte das informações: Pesquisa Direta

Organizadores: Barroso, F.B., Merli, G.A., 2018.

95

Em seguida questionou-se o que as participantes fazem para se sentir seguras. Os resultados reiteraram o que foi discutido anteriormente, quando respondem que “evitam sair sozinhas” e/ou “a noite”. Uma expressiva porcentagem das entrevistadas afirma que para se sentirem seguras ficam em casa, revelando que os espaços públicos de Uberlândia não se colocam como receptivos às mulheres, sendo sistematicamente negado acesso a vida pública e o direito à cidade.

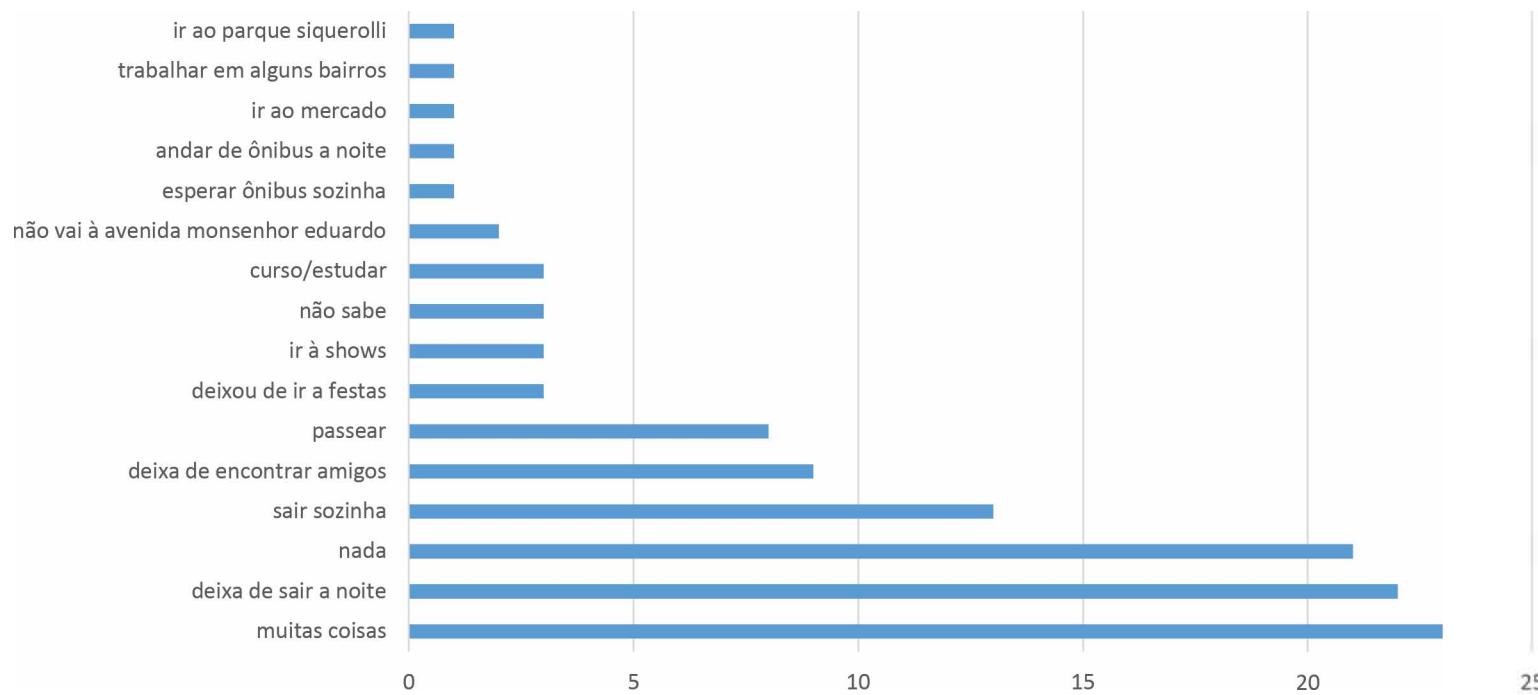
Gráfico 29: O que fazem para se sentir segura



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Por fim, foi questionado se as mulheres participantes já deixaram de fazer algo por medo, e no caso afirmativo, o que teria sido. As respostas mais uma vez, reafirmam os resultados anteriores sobre o comprometimento dos momentos de lazer frente ao medo e a insegurança experimentados, e as mulheres declarando abrir mão de sair com amigos, sair a noite, frequentar festas e shows. Outras dimensões afetadas são a da educação e do trabalho, visto que, algumas participantes afirmaram ter desistido de cursos e oportunidades de trabalho em espaços ou horários que lhes despertava insegurança (gráfico 30).

Gráfico 30: O que já deixou de fazer por medo e insegurança



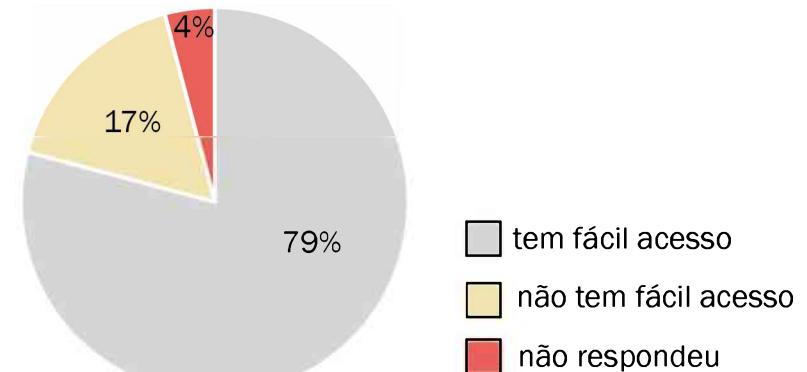
Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

2.2.2.5 Acessos

Com as três perguntas deste bloco temático a intenção foi registrar quais os meios de transportes utilizados pelas questionadas para se deslocarem pela cidade, e buscar a avaliação das mesmas quanto ao(s) meio(s) utilizado(s). Permitindo, assim, o entendimento da forma e da qualidade dos deslocamentos, compreendendo a importância e a relação entre o deslocamento no meio urbano e o acesso ao emprego, à equipamentos públicos de educação, saúde e lazer, à infraestrutura urbana, ao comércio e serviços.

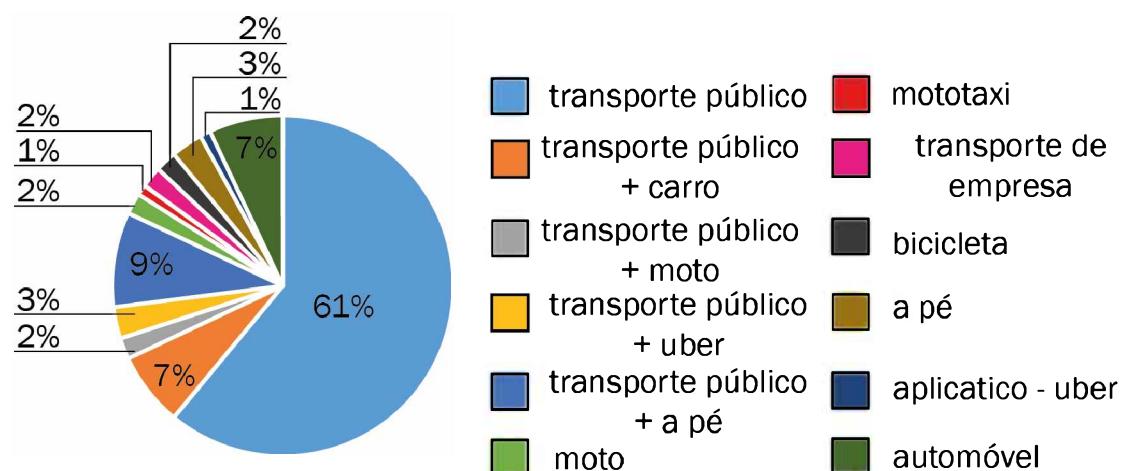
Como é possível analisar no gráfico 31, 79% das mulheres participantes afirmam ter fácil acesso à seus trabalhos, ao comércio, aos serviços de creches e escolas a partir de seus bairros. Em contrapartida, 17% afirmou ter dificuldades de acesso, em função de distância e tempo de deslocamento. São elas residentes dos bairros, Shopping Park e São Jorge do setor Sul, Maravilha, Jardim Brasília e Minas Gerais do setor Norte, Canãa, Tocantins e Residencial Pequis do setor Oeste e Morada dos Pássaros. Conforme a figura 08 todos os bairros citados localizam-se nas bordas da cidade e estão entre os bairros com menor rendimento familiar (gráficos 05, 06, 07 e 08) reproduzindo a lógica de produção de cidades brasileira que, via de regra, lança sua população pobre para as bordas privando-as e distituindo-as de bons acessos à cidade formal (MARICATO, 2011).

Gráfico 31: Tem fácil acesso ao trabalho, creche/escola e comércio/serviços?



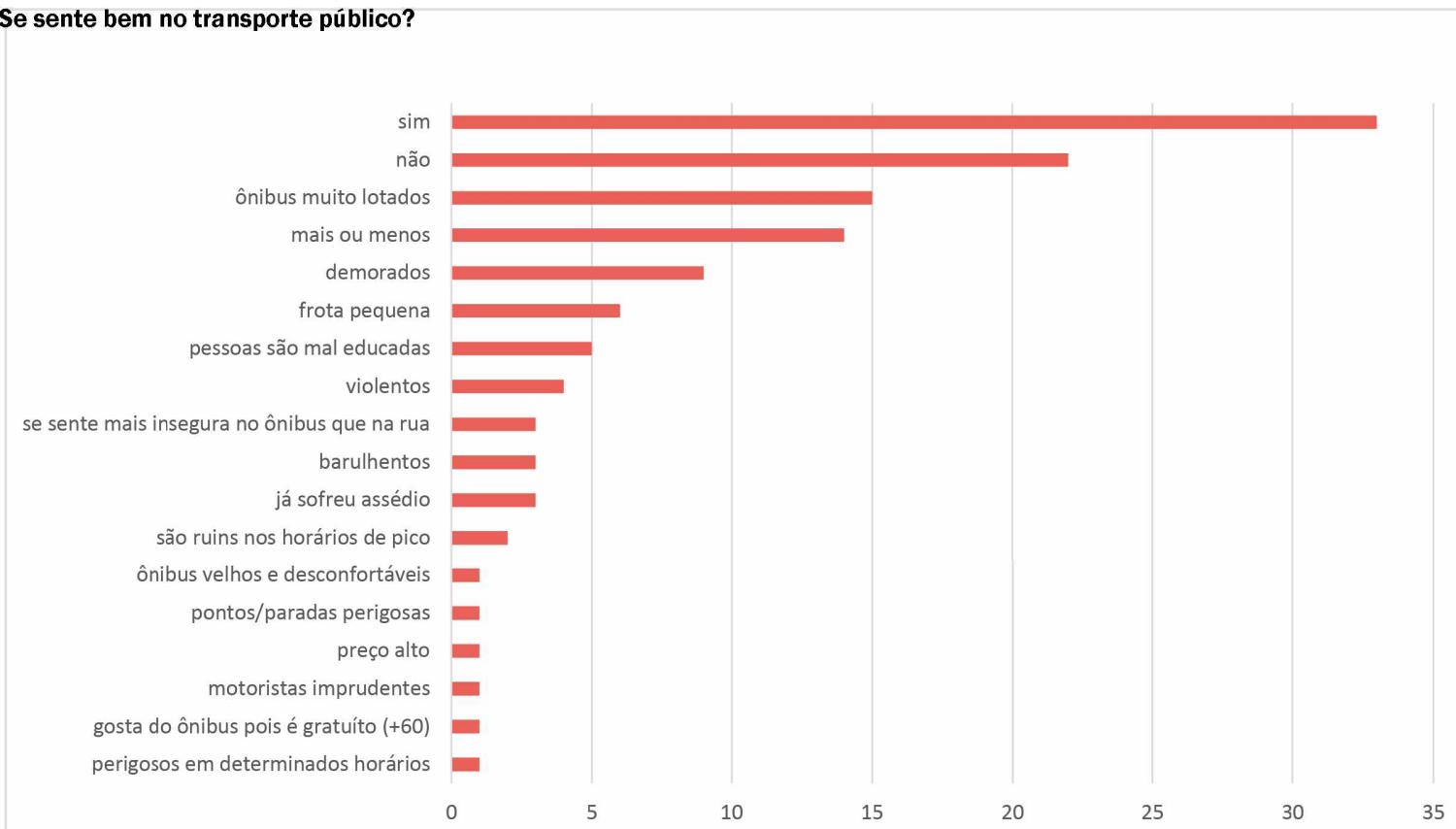
Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Gráfico 32: Meio de transporte que utilizado para se deslocar na cidade



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Gráfico 33: Se sente bem no transporte público?



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Considerando o mapa exposto na figura 08 e o gráfico 32 o transporte público, ônibus, é o meio mais utilizado pelas mulheres questionadas. Observa-se também a espacialização na cidade das mulheres que utilizam apenas o automóvel particular, a partir de seus bairros de residência, restritas aos setores Sul e Central, e, com exceção do bairro Shopping Park, em bairros com maior número de famílias com rendimentos entre 2 à 5, e 5 a 10 salários mínimos, acima da média da cidade, além do bairro Jardim Karaiba em que, junto ao bairro Morada da Colina, o maior número de famílias residentes têm rendimento superior a 20 salários mínimos (gráficos 04 e 08).

A última questão proposta nesse bloco propunha às participantes que avaliassem como se sentem em seu meio de deslocamento, como a expressiva maioria se utiliza do transporte público foram aqui consideradas as respostas referentes apenas a esse meio (gráfico 33). Os problemas relatados são relacionados à condição das frotas, à qualidade dos serviços e a falta de segurança, inclusive com relatos de assédio sexual. Identifica-se, a partir das questões levantadas, que é necessário o aumento da frota em determinadas linhas, aumentando assim a periodicidade, respondendo às reclamações de demora e lotação excessiva. Outra medida seria a criação de novas rotas, aumentando a capilaridade do sistema dentro dos bairros, diminuindo as distâncias a serem percorridas a pé.

-  A pé
-  Aplicativo - Uber
-  Automóvel
-  Transporte público
-  Transporte público e automóvel
-  Transporte público e moto
-  Transporte público e aplicativo - Uber
-  Transporte público e a pé
-  Moto
-  Mototaxi
-  Transporte da empresa
-  Bicicleta
-  Bairros que foram caracterizados como de difícil acessos
-  Bairros de residência das pesquisadas

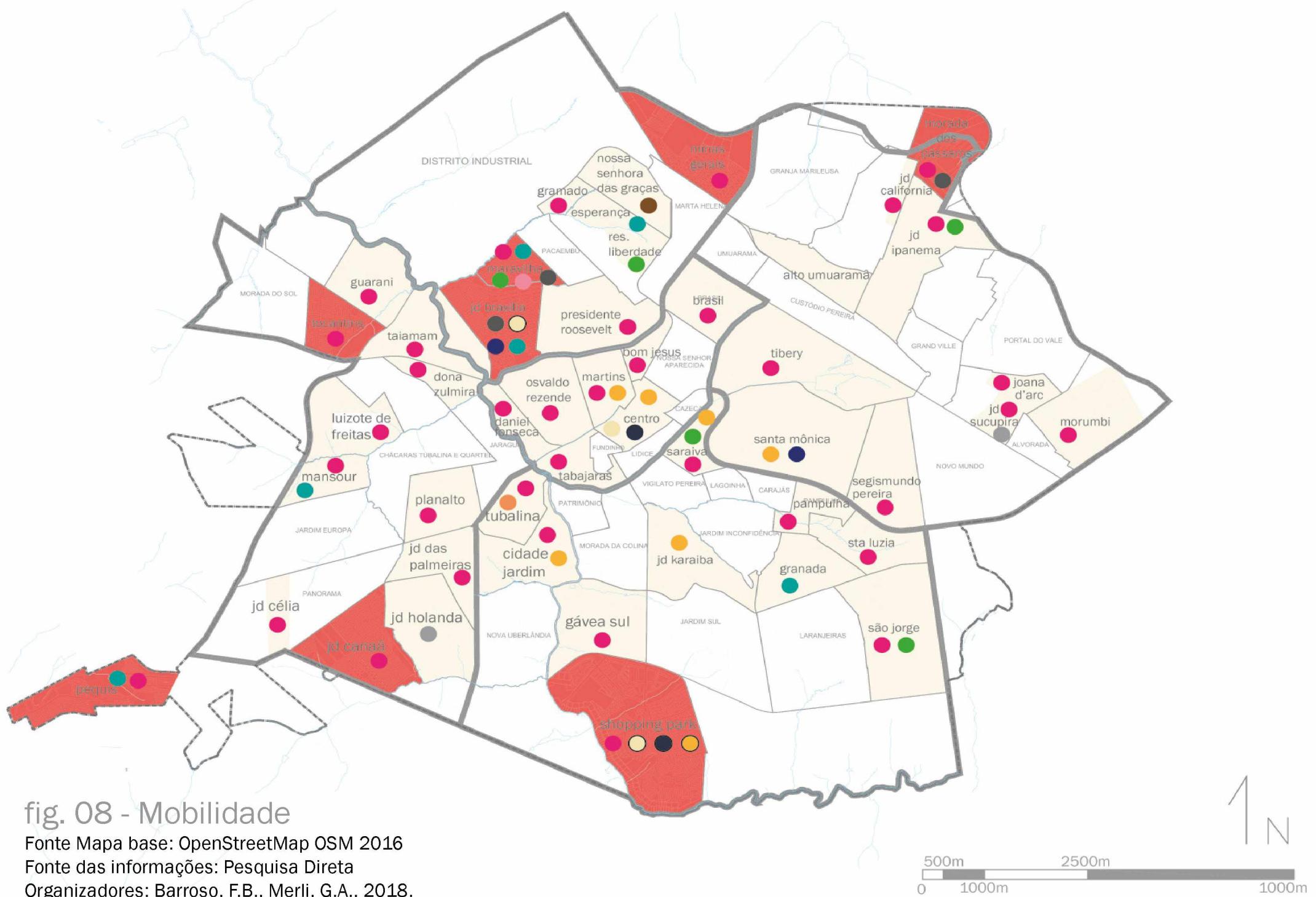


fig. 08 - Mobilidade

Fonte Mapa base: OpenStreetMap OSM 2016

Fonte das informações: Pesquisa Direta

Organizadores: Barroso, F.B., Merli, G.A., 2018.

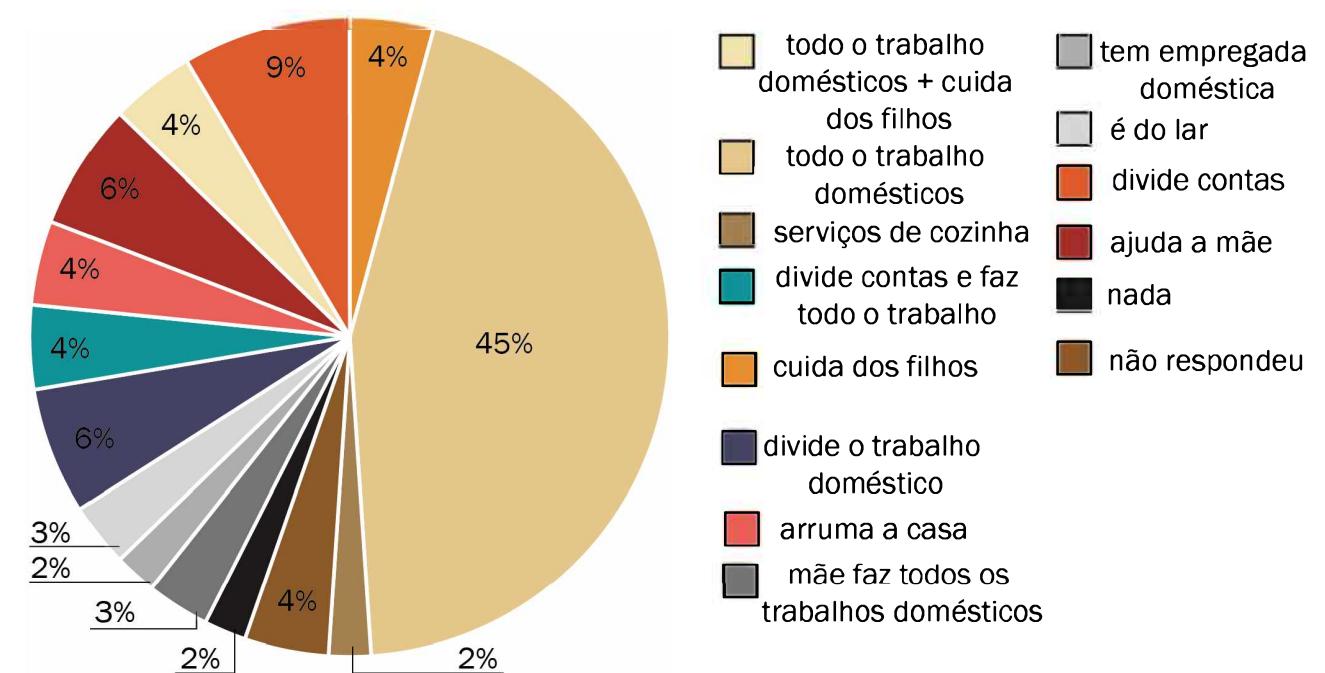
2.2.2.6 Trabalho reprodutivo

O propósito do último bloco de questões foi abordar a relação das mulheres participantes com as tarefas reprodutivas, de cuidado e manutenção do lar e da família, buscando evidências, no contexto da cidade de Uberlândia, da divisão sexual do trabalho discutida ao longo dessa dissertação.

Com a primeira questão, sistematizada no gráfico 34, foi possível demonstrar as influências da divisão sexual do trabalho e do estabelecimento de papéis de gênero posto que 45% das mulheres questionadas realizam todas as tarefas domésticas e de cuidado com a família/filhos sozinha, quando há a menção de auxílio de alguém fica claro na resposta que essa terceira pessoa está “apenas ajudando” uma vez que a responsabilidade está sobre a questionada.

Cruzando as respostas dessa questão com as questões do perfil socioeconômico das mulheres participantes, se tratando da ocupação profissional das mesmas (gráfico 18, página 73), verifica-se as duplas/triplas jornadas de trabalho, ao passo que um grande número de mulheres desempenham tarefas produtivas, em postos de trabalho formais e informais, sendo também responsáveis, frequentemente as únicas, pelas tarefas reprodutivas.

Gráfico 34: Responsabilidades em casa e com a família



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Concluindo o bloco temático e o questionário foi perguntado quanto aos serviços e equipamentos públicos que facilitariam as rotinas das mulheres questionadas. Mais uma vez houve dificuldade no entendimento do que são serviços e equipamentos **públicos**, com 15% apontando bens de consumo como os itens que beneficiariam suas rotinas, como motos, carros e eletrodomésticos (gráfico 35). Como exposto na figura 09, foi relacionado o bairro de residência das questionadas com as demandas levantadas pela pergunta final, ilustrando as carências de cada bairro e setor, subsidiando as futuras diretrizes a serem propostas por esse trabalho.

A lavanderia popular comunitária foi o equipamento público mais solicitado. Quanto ao serviço público, a maior indicação foi para melhoria do transporte público, corroborando com as questões levantadas anteriormente sobre deslocamentos e acessos. Assim como as mulheres que demandam pelas lavanderias públicas, as que questionam a qualidade do transporte público residem tanto em bairros periférico como centrais.

Em seguida os equipamentos mais apontados como necessários foram os restaurantes comunitários. Esse equipamento poderia auxiliar as rotinas das mulheres que trabalham fora em dois momentos. Quando implantados em regiões/bairros com maior concentração de postos de trabalho as atenderia em seus próprios horários de almoço. Se locados nos bairros de residência, serviriam aos filhos, maridos e parentes que almoçam em casa, liberando-as da responsabilidade de cuidar da alimentação da família.

O fato desses dois equipamentos figurarem entre os mais solicitados é um indicativo da carga que as tarefas reprodutivas representam no cotidiano das mulheres, dos mais diversos perfis socioeconômicos, os dois possibilitando uma atenuação de suas

responsabilidades e jornadas adicionais de trabalho.

Como terceira demanda mais recorrente, as creches comunitárias poderiam ser implantadas próximas aos pontos ou terminais de transporte público, de forma articulada, facilitando a rotina das mulheres/mães inseridas no mercado de trabalho e abrindo possibilidades de inserção para aquelas que não estão trabalhando.

Há ainda as demandas por espaços de lazer, conforme identificado nos blocos de perguntas anteriores, centros comunitários, indicados por residentes dos bairros Roosevelt e Shopping Park, e espaços de descanso próximos aos locais de trabalho, espaços qualificados para esperarem o inicio de suas jornadas e/ou passarem seus horários de almoço e intervalos. Para esses espaços é fundamental retomar aos termos utilizados pelas questionadas para classificar os espaços em que se sentem bem e que são seus favoritos, “tranquilidade” e proximidade à natureza. Com menos recorrência foram listadas as academias populares, espaços de atividades para a terceira idade, ambos podendo integrar um programa de centro comunitário ou de vizinhança, que pudesse também contemplar hortas comunitárias, programas de coleta seletiva e os espaços para cursos profissionalizantes também solicitados.



Bairros de residência das pesquisadas

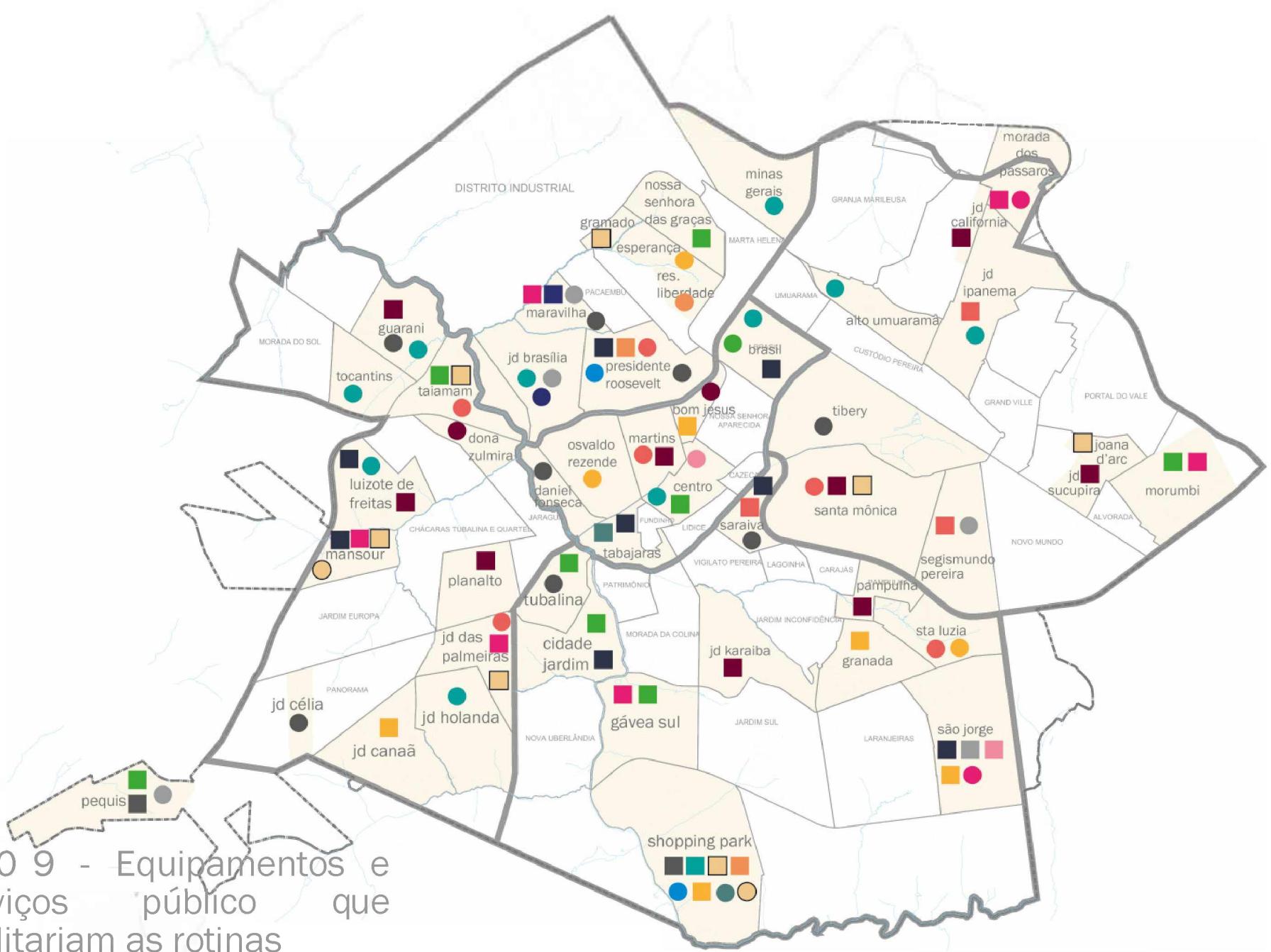


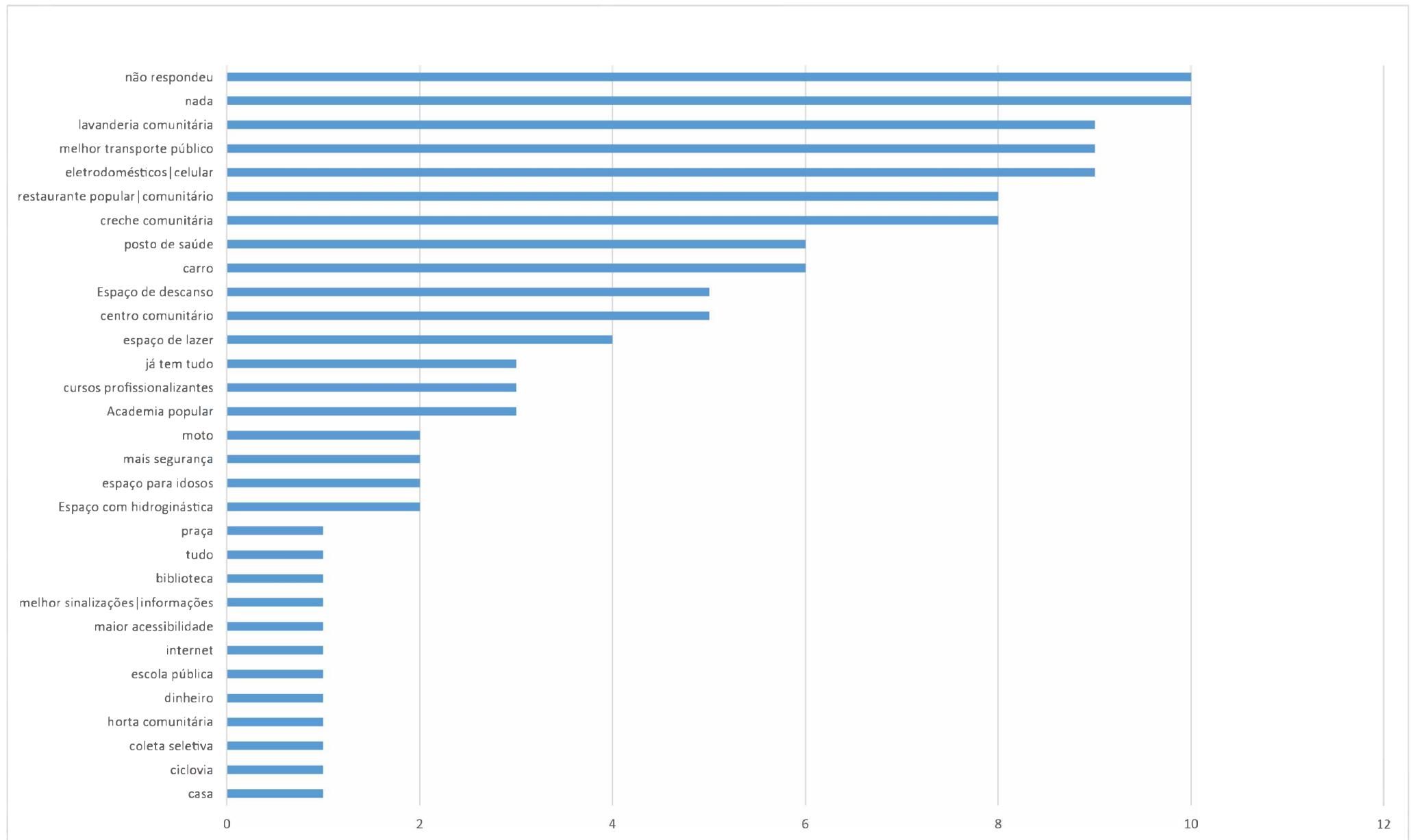
fig. 09 - Equipamentos e serviços público que facilitariam as rotinas

Fonte Mapa base: OpenStreetMap OSM 2016

Fonte das informações: Pesquisa Direta

Organizadores: Barroso, F.B., Merli, G.A., 2018.

Gráfico 35: Equipamentos e serviços públicos que facilitariam a rotina



Fonte: MERLI, G.A., 2018. Dados: Pesquisa direta realizada em abril de 2018.

Como exposto ao longo da dissertação as informações obtidas pelos dados quantitativos combinadas às informações qualitativas resultantes dos questionários, espacializadas, sistematizadas e analisadas ao longo do item **2.2.2 Resultado do trabalho de campo - questionários aplicados em espaços públicos de Uberlândia** darão subsídio às propostas q serão apresentadas a seguir, trabalhadas tanto em diretrizes nas escalas da cidade e dos bairros quanto em desenho urbano nas escalas do quarteirão e da rua. Contemplando as temáticas de influência discutidas até o momento, o enfrentamento à divisão sexual do trabalho e a valorização das tarefas reprodutivas, garantia de segurança entendendo a violência e o assédio como determinantes na restrição ao acesso das mulheres à cidade, agir nas situações de vulnerabilidade socioeconômicas e na garantia de acesso e inclusão nos espaços públicos.

2.3 Análise das políticas, legislações e iniciativas já existentes – estudos de caso

De acordo com item **2.1.3.3** na página 56, as análises de experiências prévias no âmbito das políticas públicas, legislações ou iniciativas de projeto urbano que discutam as vulnerabilidades de gênero na escala da cidade e do espaço urbano são componente da metodologia elaborada. Como estudos de caso, serão abordadas a seguir experiências que possam colaborar com a etapa propositiva do presente trabalho.

2.3.1 HOMES (Homemakers Organization for More Egalitarian Society) - Dolores Hayden 1980

Em seu trabalho publicado em 1980 pela revista *Signs: Jurnal of Women in Culture and Society* com o título “What would a non-sexiest city will be like? Speculation on housing, urban design and housework”, Dolores Hayden aborda o tema da inclusão da mulher nos espaços urbanos a partir da discussão da organização do tempo e do espaço de trabalho, produtor e reproduutor, sob a perspectiva da divisão sexual do trabalho.

A partir das análises do contexto estadunidense, principalmente dos subúrbios típicos, Hayden elabora uma proposta de reorganização e de novos limites entre o lar e o espaço de trabalho, questionando, assim, os próprios limites entre vida pública e responsabilidades privadas.

Segundo Hayden (1980), um programa que seja eficiente na transformação das moradias, trabalho doméstico e subúrbios residenciais devem:

1. Envolver mulheres e homens no trabalho não remunerado de manutenção do lar e cuidado da família em bases de igualdade;

cap.2 cidades para mulheres | discussão e aplicação do método

2. Envolver mulheres e homens no trabalho remunerado em termos de igualdade;

3. Eliminar segregação de classes, raça, gênero e idade;

4. Eliminar toda e qualquer lei ou programa, federal, estadual ou municipal que reforcem o trabalho doméstico não remunerado como de responsabilidade feminina;

5. Minimizar o volume de trabalho doméstico não remunerado;

6. Potencializar as possibilidades para escolha para espaços de recreação e socialização;

Hayden (1980) acredita que é necessário estabelecer centros experimentais de moradia, que transcendam as definições de moradia, vizinhança, cidade e espaço de trabalho, para alcançar mudanças estruturais na sociedade rumo a igualdade de gênero. A esses centros experimentais, formados a partir da apropriação e do rearranjo de subúrbios já existentes, Hayden dá o nome de HOMES – Housing Organization for More Equalitarian Society. A estrutura social desse grupo deve ser uma amostragem da estrutura sócio populacional em que se insere, garantindo a representatividade. A partir da sociedade estadunidense dos anos 70, o HOMES seria composto pelas seguintes porcentagens de residentes:

- 15% de pais solteiros e suas crianças;
- 40% casais que trabalham fora de casa com seus filhos;
- 35% casais em que um membro trabalha fora com seus filhos;
- 10% solteiros – sendo parte deles desempregados ou idosos.

Além das residências, o HOMES proveria uma coleção de serviços cap.2 cidades para mulheres | discussão e aplicação do método

e espaços coletivos:

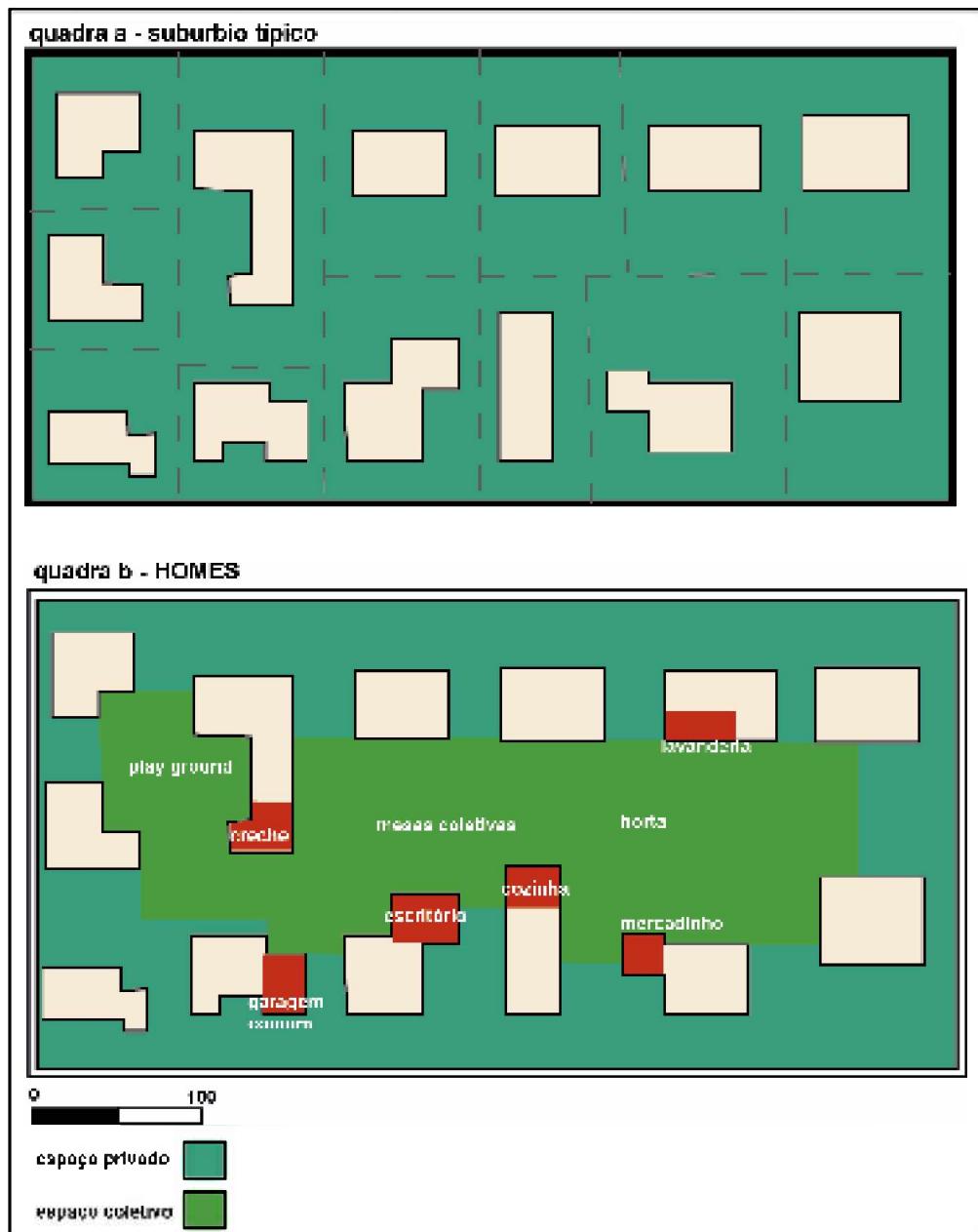
- Creche com espaço externo que receba crianças em período integral ou meio período;
- Lavanderia;
- Cozinha que forneça refeições para a creche e para as residências conforme demanda;
- Pequeno mercado conectado à rede de produtores locais;
- Garagem para carros/vans que sirvam à demanda da comunidade;
- Horta comunitária;
- Pequeno posto de saúde de escala local.

Esses serviços seriam implantados em parte das residências já existentes, se abrindo para o meio da quadra, onde estaria a área pública de estar e lazer.

Ambos mulheres e homens residentes podem se voluntariar, em bases de igualdade, em qualquer atividade de manutenção e cuidado dentro dessa comunidade, evitando tradicionais papéis de gênero na divisão de tarefas. Sugere-se que uma versão do Código de Família Cubano, de 1974, que requer que homens dividam igualmente as tarefas domésticas e familiares com as mulheres, seja inserido como parte da plataforma de organização. A proposta estimula a valorização dos trabalhos de reprodução, definindo-os como serviços qualificados, porém desvalorizados.

A figura 10 ao lado, mostra na quadra A, o tradicional subúrbio estadunidense, lotes individuais, isolados um dos outros. As residências e os lotes em que estão implantadas restritos ao uso privado dos proprietários e/ou moradores, sem indicações de uso coletivo ou compartido dos espaços abertos ou das dependências residenciais, não existem espaços de transição, ou as áreas são

Figura 10: Antes e depois de implantação de HOMES em quadra de subúrbio típica



Fonte: HAYDEN, D. 1980. Redesenho da autora, 2017.

estritamente privadas, ou estritamente públicas. Por sua vez, o esquema B mostra as intervenções na mesma quadra com a proposta do HOMES. Se apropriando de parte do espaço do centro quadra para o usos coletivos e compartilhados, propondo “virar a quadra de dentro para fora” (HAYDEN, 1980), levando as atividades como a horta comunitária, áreas de refeição compartida, playground, para o coração da quadra. HOMES ainda propõe a coletivização de porções das residências, como reflexo espacial da coletivização e externalização das responsabilidades domésticas. Esses cômodos apropriados são, nesse exemplo, usados para creche e lavanderias comunitárias, pequeno mercado, garagem para os carros comunitários sugeridos pelo sistema e um escritório compartilhado.

O projeto proposto mostra a intensão de Dolores Hayden de atacar a separação tradicional entre público e privado, como instrumento de transformação social e efetivação do papel da mulher como igual membro da sociedade.

A proposta expressa uma clara crítica ao espraiamento e a tendência de especialização dos espaços públicos e privados, no entanto parece um tanto ingênuo ao depositar toda a responsabilidade de alteração de quadros socioculturais tão arraigados no arranjo espacial. É preciso admitir que alteração espacial não é suficiente para alterar comportamentos. (TAVARES, 2015).

2.3.2 Viena – Share Fair City – Administração municipal de Viena 1991

A partir dos anos 80 a Organização das Nações Unidas e a União Européia adotam o gender mainstreaming como ferramenta oficial de criação de políticas de igualdade de gênero. Assim, o termo se

torna mais difundido.

Gender mainstreaming é um termo em inglês, sem tradução direta para o português, adotado internacionalmente para indicar estratégias e políticas públicas que persigam a igualdade de gênero, colocando-a em posição central nos debates. Seu princípio é o referenciamento à gênero como um construto de identificação sociocultural e não biológico, agregando à discussão as temáticas de papéis de gênero, expectativas e normas sociais.

A inserção do gender mainstreaming como estratégia metodológica de discussão política e social buscam atingir:

1- Iguais oportunidades de trabalho e carreira para mulheres e homens;

2- Justa distribuição de atividades produtivas, remuneradas e reprodutivas, não remuneradas, entre homens e mulheres. De maneira que ambos recebam o suficiente para garantir sua independência financeira;

3- Igual representatividade política;

4- Eliminação dos papéis de gênero e as restrições por eles provocadas;

5- Proteção contra todas as formas de violência e condições iguais de liberdade pessoal para mulheres e homens.

Inserido na temática do planejamento urbano, o gender mainstreaming pode ser definido como instrumento de busca e garantia de iguais oportunidades de apropriação, uso, permanência e deslocamento no espaço urbano para mulheres, meninas, homens e meninos. A metodologia de planejamento e projeto também passa pela influência do gender mainstreaming, posto que a coleta e análise de dados devem ser feitas a partir de indicadores específicos de gênero, facilitando o desenvolvimento

de diretrizes, serviços e soluções que atendam às especificidades de uma população heterogênea.

Posto isso, no que tange a profundidade conceitual das discussões e abrangência temáticas de suas ações no planejamento urbano gender mainstreaming, Viena esta dentre as referências europeias. O plano estratégico da cidade foi incluído, em 2008, no conjunto de melhores práticas e métodos para melhoramento de ambiente urbano pelo HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME agência de desenvolvimento urbano sustentável da ONU. (FORAN, 2013)

No ano de 1991, Eva Kail, arquiteta vienense, organiza, em conjunto com o departamento de planejamento de Viena, a exposição “Wem gehört der öffentliche raum - frauenalltag in der stadt” ou “de quem é o espaço público - dia a dia das mulheres na cidade” - em tradução livre; tornando evidente pela primeira vez a necessidade de uma abordagem do planejamento urbano com discussão das questões de gênero.

A partir disso, em 1992 é criado o Women's Office, chefiado por Eva Kail, respondendo diretamente ao gabinete do diretor executivo de planejamento da cidade. Trazendo à cidade de Viena um quadro de funcionários vinculados a mais alta esfera da administração municipal, dedicados a avaliar, debater e deliberar questões de gênero no planejamento da cidade. O gabinete trabalhou focado em tornar o planejamento sob perspectiva de gênero como o principal método de discussão de temas como habitação, áreas públicas, tráfego e mobilidade, segurança pública, desenvolvimento urbano e projetos de edifícios públicos.

Em 1998, Kail passa a chefiar o Coordination Office, criado para trabalhar junto aos 12 departamentos municipais ligados à planejamento urbano e tráfego. Consolidando a adoção de Viena

ao gender mainstreaming, propondo incrementar a qualidade nos seguinte aspectos:

- Garantia de qualidade no processo de planejamento: consideração das necessidades de grupos sociais comumente ignorados. Assim, indicadores de gênero, faixa etária, grupo socioeconômico, são sistematicamente examinados e avaliados, relacionando-os em cada etapa e questão levantada no planejamento. O objetivo é encontrar as demandas de espaço desses grupos sociais, criando espaços flexíveis, adaptáveis e passíveis de apropriação por vários grupos.

- Uso direcionado de recursos: distribuição igualitária e transparente de recursos, tempo e espaço, entendendo as necessidades e demandas específicas e diferentes de mulheres e homens, como sujeitos heterogêneos.

- Troca e divulgação de conhecimento: em várias instâncias, dentro do processo de planejamento entre indivíduos e setores, participação dos cidadãos e divulgação e conscientização dos efeitos dos estereótipos e papéis de gênero na vida das mulheres. Divulgação também dos resultados e soluções desenvolvidos.

- Inovação e evolução metodológica: métodos dinâmicos que acompanhem as necessidades e alterações das cidades e sociedades.

De acordo com documento divulgado pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano da cidade de Viena, o Gender Mainstreaming in Urban Planning and Urban Development lançando em 2013 para divulgar e difundir as práticas de planejamento inclusivo e projetos piloto desenvolvidos pela prefeitura, o processo de planejamento com abordagem de gênero concebido contempla o cumprimento de cinco etapas, análise, estabelecimento dos

objetivos, planejamento das ações e projetos, implementação e avaliação de seus resultados.

Complementarmente, foram adotados parâmetros que contenham em si os objetivos dos projetos, transmitindo-os e abordando questões transversais que afetam áreas do planejamento urbano. Com intenção de dar suporte a implementação de propostas que atuem nas questões e vulnerabilidades de gênero, e facilitando o alcance dos objetivos estabelecidos. Abaixo seguem os parâmetros divulgados pelo Departamento de Desenvolvimento Urbano da cidade de Viena:

1- Fortalecimento de estrutura urbana policêntrica

O objetivo está em preservar e/ou desenvolver uma rede descentralizada de distribuição de equipamentos, baseado na articulação de sistemas hierárquicos de vias comerciais e centros de comércio, instalação de infraestrutura e equipamentos concentrados e próximos de grande nodal de transporte público.

2 - Cidade de pequenas distâncias

Cadeias de fluxos em menores distâncias, reduzindo o volume de tráfego, aumentando e assegurando densidades e usos mistos. Fortemente relacionado ao parâmetro anterior, tende à criação de densa rede de opções de trabalho, moradia, equipamentos, comércio, suprindo as necessidades básicas no próprio bairro e região.

3- Alta qualidade nos espaços públicos

Manutenção e criação de espaços públicos de alta qualidade, em várias escalas.

4- Promoção de meios de transporte sustentáveis

Criação de rede multimodal de mobilidade, considerando todos os meios de transporte com a mesma prioridade nos planos de

transporte. O objetivo é que toda cidade deve ser acessível via transporte público.

5 - Cidade segura

Promoção da segurança em si e da sensação de segurança nos espaços públicos da cidade.

6- Cidade sem barreiras

Acesso de todos os grupos sociais à todos os espaços da cidade, garantindo o direito universal à cidade.

7- Planejamentos e construção voltados às necessidades da vida cotidiana

O desenho dos edifícios e espaços públicos e abertos deve responder às necessidades e responsabilidades cotidianas de todos os grupos sociais. Para além de projetos de habitação, esse princípio deve ser seguido no planejamento e projeto de equipamentos públicos, tráfego, espaços públicos e desenho urbano. O dia a dia das pessoas é facilitado quando suas rotinas são consideradas nesses projetos.

Seguindo esses parâmetros de suporte os doze departamentos municipais ligados ao planejamento urbano e de tráfego da prefeitura de Viena desenvolveram mais de 50 projetos piloto em quase 3 décadas de adesão do gender mainstreaming como metodologia de planejamento urbano. As temáticas contemplam estrutura urbana, criação e manutenção de espaços públicos, habitação e mobilidade urbana. A seguir serão destacados dois projetos piloto desenvolvidos na escala de grande projeto urbano:

A) FRAUEN-WERK-STADT

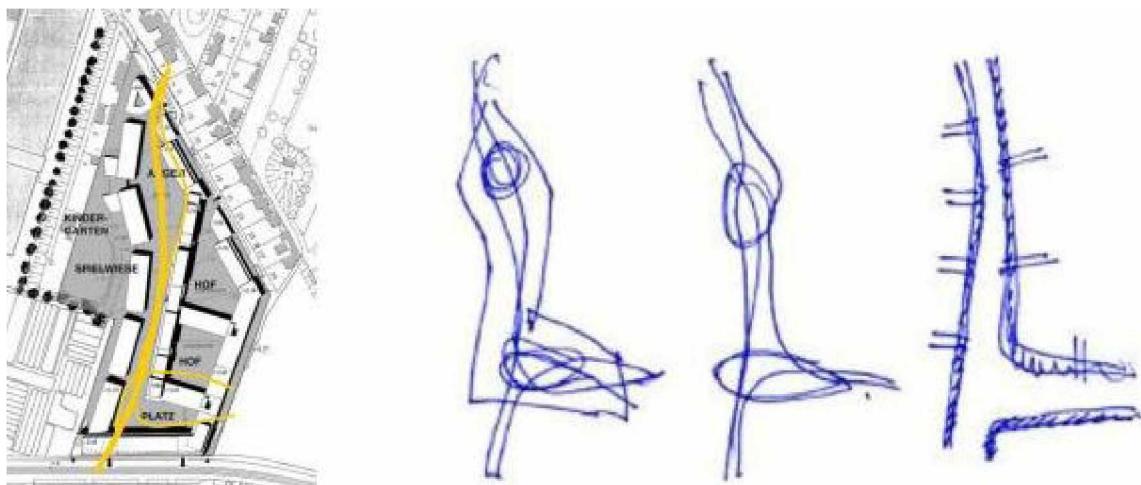
Em 1993 o Women's Office estabelece uma política de promoção da habitação sensível à questões de gênero, dessa maneira reúne uma equipe de arquitetas e urbanistas para desenvolver um plano urbano que contempla-se a habitação pública pensado a partir da realidade, das necessidades e das especificidades das mulheres trabalhadoras. A equipe liderada por Eva Kail, Ursula Bauer e Andrea Hlaval, investigaram as necessidades cotidianas das mulheres quanto ao uso do transporte público, acesso e caminhos seguros e sem barreiras, percursos a pé e tempo gasto com as tarefas reprodutivas. Chegando, assim, a um plano de uso e ocupação do solo para o primeiro empreendimento, nomeado *Frauen-Werk-Stadt, Mulher-Trabalho-Cidade*.

Para o projeto arquitetônico do conjunto residencial foi lançado um concurso, exclusivo para arquitetas, vencido por Franziska Ulman. O projeto vencedor, com 360 unidades habitacionais em uma área de 2,3 hectares, parte os deslocamentos, traçando acessos públicos pelo terreno, conectando as vias do entorno e trazendo o público para o centro da quadra, gerando oportunidades de encontro e apropriação.

Articulando os caminhos internos Ulman cria praças centrais, espaços de lazer, encontro, apropriação. Por fim os volumes construídos são pensados ao redor dos espaços abertos concebidos a priori (figuras 11 e 12).

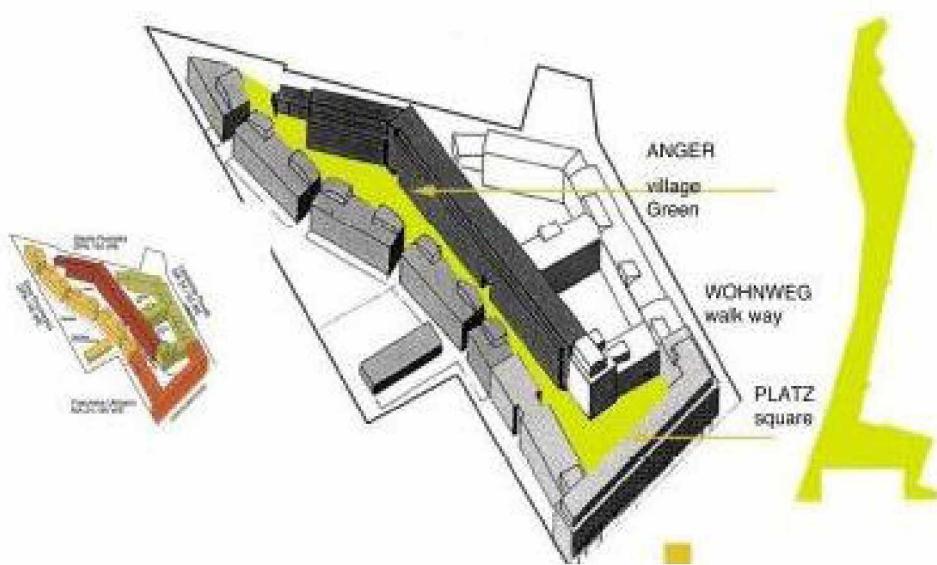
A equipe de projeto, como determinava o concurso, era toda composta por mulheres. O paisagismo foi assinado por Maria Aubock e o design dos mobiliários e paginação de piso por Johanna Kandl.

Figura 11: Croquis dos acessos e percursos pelo terreno e relação desses acessos com os futuros edifícios Frauen-Werk-Stadt.



Fonte: Site da arquiteta Franziska Ulman <http://www.ullmannf.at> acessado em 18/07/2017

Figura 12: Espaço central criado por praças e passagens semi públicas - Frauen-Werk-Stadt

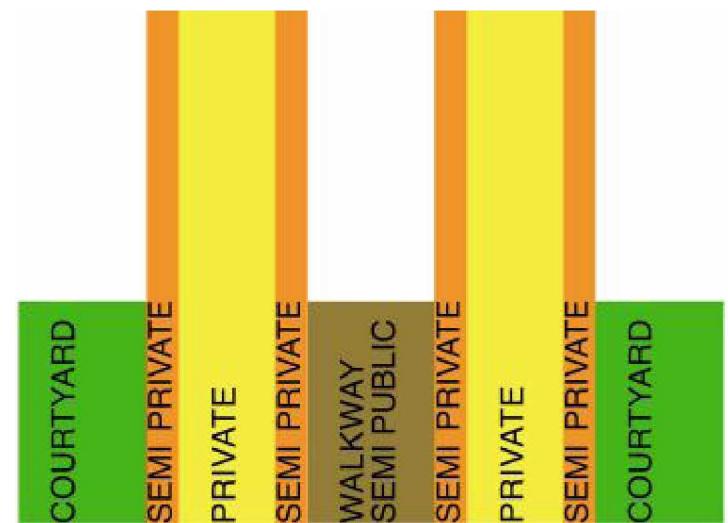


Fonte: Site da arquiteta Franziska Ulman <http://www.ullmannf.at> acessado em 18/07/2017

O zoneamento da quadra alterna espaços públicos abertos, semi privados (os corredores de acesso às unidades habitacionais), privados, e semi públicos nas praças e passagens internas (figuras 13 e 14)

O conjunto Frauen-Werk-Stadt foi entregue em 1997 e seu sucesso foi tanto que em 2004 e em 2010 foram feitos novos concursos seguindo o mesmo partido e metodologia resultando em novas unidades (figura 15).

Figura 13: Esquema do zoneamento do projeto



Fonte: Site da arquiteta Franziska Ulman <http://www.ullmannf.at> acessado em 18/07/2017



Figura 14: Imagens da área central do projeto

Fonte: Site da arquiteta Franziska Ulman <http://www.ullmannf.at> acessado em 18/07/2017

Figura 15: Os três Frauen-Werk-Stadt implantados no contexto urbano



Fonte: Site da arquiteta Franziska Ulman <http://www.ullmannf.at> acessado em 18/07/2017

B) MARIAHILF

No ano de 2002 o sexto distrito, uma área de 1,5km² e 28mil habitantes, é escolhido para o receber o primeiro projeto piloto de intervenção urbana seguindo o gender mainstreaming como metodologia de planejamento. Sete departamentos da prefeitura de Viena ligados ao Department of Planning and Traffic of the City of Vienna, se uniram para elaborar, colaborativamente, diagnósticos da área e o projeto piloto em si, respondendo aos impactos específicos das questões de gênero no contexto. Dessa forma, os objetivos principais eram melhorar os deslocamentos diárias e qualidade das áreas residenciais.

Os departamentos envolvidos foram:

MA 19 - Arquitetura e desenho urbano

MA 21 - Planejamento de distritos, uso e ocupação do solo (centro oeste)

MA 28 - Administração e construção de vias

MA 29 - Pontes e engenharia urbana

MA 33 - Iluminação pública

MA 46 - Gerenciamento e organização de tráfego

MA59 - Autoridade de mercado.

Cada um dos departamentos entregaram ao menos um projeto para o distrito em conformidade com sua área de atuação e pensado de forma conjunta e integrada uns aos outros, seguindo a metodologia gender mainstreaming.

Os objetivos e diretrizes traçados e posteriormente alcançados eram:

1. Transporte público mais atrativo à população;
2. Melhorar as oportunidades de deslocamento de pessoas com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida;

3. Aumentar a segurança para pedestres;
4. Promover o princípio das “pequenas distâncias”;
5. Travessia segura e confortável com novos desenhos de ruas e cruzamentos;
6. Temporizador dos semáforos que priorizem os pedestres, aumentando o tempo de travessia e com programação sequencial;
7. Caminhadas seguras, com melhoramento da iluminação e visibilidade;
8. Estabelecimento de calçadas mínimas de 2 metros de largura;
9. Ruas, calçadas e espaços públicos desimpedidos e livres de barreiras, tanto visuais quanto de acesso;

10. Ruas entendidas como espaços que devem proporcionar qualidade de vida à moradores e usuários, criando espaços de convivência ao longo de seus trajetos.

Ao longo de dois anos de execução e implementação de projetos, entre 2003 e 2005, foram construídos 1000 metros lineares de calçadas, 40 travessias, 5 rampas de acesso sem barreiras e 26 projetos de iluminação pública. O projeto piloto do distrito de Mariahilf introduziu o gender mainstreaming no planejamento urbano, na escala do bairro, como um critério de qualidade e mensuração dos impactos dos projetos. A partir de 2006, Viena passou a usar a experiência de Mariahilf na criação de um conjunto de instrumentos para que o desenho e o planejamento do espaço público responda às questões de gênero.

Gender Mainstreaming Pilot District

6th district Mariahilf: 28.000 inhabitants

pilot process for two years

realized measures – overview:

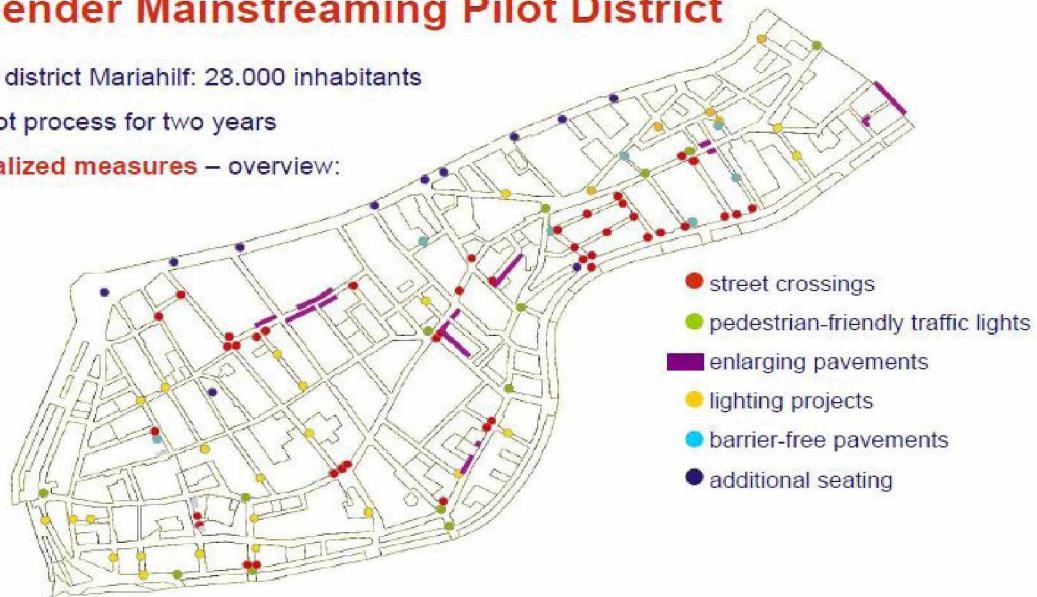


Figura 16: Mapa de diagnóstico Mariahilf

Fonte: Fair Share City: Gender Mainstreaming Planning Strategy in Vienna. Autor: City of Vienna

Figura 17: Imagens de Mariahilf pós intervenções do plano piloto



semáforo para pedestres



caminhos acessíveis



calçadas largas

Fonte: Fair Share City: Gender Mainstreaming Planning Strategy in Vienna. Autor: City of Vienna

O grande plano estratégico de Viena alcança a escala de todo o território da cidade, tanto no espaço físico de intervenção, como nos departamentos, recursos, preparação que envolve e no tempo em que vem se desenvolvendo. A partir de uma situação externa, a recomendação da União Europeia para adoção de gender mainstreaming em políticas públicas, e uma interna, a exposição promovida pela prefeitura que trouxe o debate das relações entre mulheres e espaços urbanos a tona, Viena transformou sua metodologia de planejar, projetar e intervir no espaço urbano, com a grande meta de transformar a cidade em um espaço justo e compartido por todos os gêneros, servindo às suas necessidades e especificidades.

Contudo, conforme conceitua Nuno Portas, o plano estratégico desenvolve-se a partir da leitura do contexto político, econômico, social, cultural e ambiental, dessa forma, criar mecanismos de regulação que variam conforme o contexto e a necessidade se torna mais eficiente que regras rígidas e deterministas. A análise do plano estratégico e dos projetos desenvolvidos pela cidade de Viena é adequada desde que entendidos como algo em um contexto social, econômico, histórico e cultural muito diferente do que estamos inseridos no Brasil, e em particular na cidade de Uberlândia. O próprio momento histórico das mulheres austríacas e brasileiras é diferente, as demandas e vulnerabilidades são outras. Se fazendo necessário então, analisar e apreender os processos e propostas assertivas e buscar o que responde ao contexto brasileiro, e überlandense, e a ele se adequando.

2.3.3 Lei 11.124|2005 – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)

A lei assinada em 16 de junho de 2005 dispõe sobre o SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Sistematizando os objetivos do SNHIS:

1. Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e a habitação digna;

2. Implantar políticas e programas de investimentos e subsídios afim de promover e viabilizar o acesso à habitação para população de baixa renda;

3. Articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação de instituições que desempenham função no setor da habitação.

Dentre as diretrizes determinadas para o Sistema está o cumprimento da função social da propriedade urbana, através da coibição da especulação imobiliária e do uso de áreas inseridas na malha urbana já dotada de infraestrutura, não utilizada ou subutilizada, para projetos de habitação de interesse social.

Já nesse momento, aponta-se o estabelecimento de quotas para famílias chefiadas por mulheres dentro dos empreendimentos a serem subsidiados, financiados ou construídos pelos programas do SNHIS. Entretanto essa diretriz só sera contemplada dez anos mais tarde, já no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida, com a portaria 412, exposta no próximo item.

No artigo 23 da lei analisada, capítulo IV dos benefícios e subsídios financeiros do SNHIS, parágrafo 1º, inciso VI, consta que os benefícios concedidos pelo Sistema, contratos e registros deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher. Dessa maneira, inicia-se uma Política de Titularidade Residencial Feminina.

Segundo LIMA (2012), anteriormente a lei 11.124|2005, o título de

posse acontecia no nome do(a) chefe de família, fosse ele mulher ou homem, entretanto, mesmo em famílias em que a mulher era a provedora do lar, o homem “ocupava” essa posição. Então o título, na maioria das vezes estava no nome do homem. A partir da lei, o título dos imóveis concedidos pelo poder público estará preferencialmente no nome exclusivo da mulher, podendo ser compartido com o cônjuge em caso de solicitação das mesmas, mas nunca estará somente no nome do homem.

Lima (2012) destaca essa política como um avanço da luta pela “evidência das mulheres enquanto indivíduos merecedores de políticas que assegurem condições para efetivação de seus direitos na condição de cidadãs.” Garantindo maior segurança, autonomia e estabilidade à mulheres em situação de vulnerabilidade.

2.3.4 Portaria 412 de 06 de agosto de 2015 do Ministério das Cidades referente ao Programa Minha Casa Minha Vida

A portaria 412, assinada em 2015, identifica o “Manual de instruções para seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), iniciado em 2009. De acordo com as determinações do texto os candidatos, além de ter renda compatível com a modalidade em que se inscrevem e não ser proprietário, cessionário ou promitente comprados de imóvel residencial, deve atender entre três e seis critério, de acordo com especificações federais e municipais.

Desses critérios, os três mínimos são parâmetros nacionais obrigatórios a serem adotados pelos municípios no processo de pontuação dos candidatos. Os demais critérios adicionais são opcionais aos municípios e, por suas administrações, são definidos três dentre uma lista de 14 critérios elencados pela portaria.

Os critérios nacionais são:

- a) famílias residentes em área de risco ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do Ente Público;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração;
- c) famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovada com a apresentação de laudo médico.

Os critérios não precisam ser atendidos simultaneamente, mas somam pontos para os candidatos, sendo determinantes para as colocações das listagens de beneficiados.

Não obstante, a adoção do critério referente às famílias com mulheres responsáveis pela unidade, como obrigatório em âmbito nacional indica um direcionamento da portaria rumo garantia do acesso a moradia para as mulheres, em conformidade com a lei 11.124 analisada anteriormente. Um grande avanço no combate as vulnerabilidades de gênero, conforme indica o **Gender Issue Guide - Urban Planning and Design**, desenvolvido pela ONU Habitar em 2012 e aqui discutido a partir da página 48, a falta de segurança da posse da terra e/ou da moradia contribui para o empobrecimento e a situações de vulnerabilidade econômica de mulheres. As consequências desse processo reverberam na segurança, no acesso ao emprego, no acesso a infraestrutura e a equipamentos, não só da mulher quanto de seus dependentes.

2.3.5 Projeto de Lei do Plano Diretor de Santo André + Plano Municipal do Direito da Mulher - 1991

Durante as discussões do Plano Diretor de Santo André, em 1991, constituiu-se uma comissão de trabalho pela Assessoria dos Direitos da Mulher, órgão ligado à prefeitura, que questionou as

mulheres da cidade quanto ao que sentiam na cidade, e como a cidade expressava seus sonhos e desejos. Aconteceu assim, a primeira experiência brasileira de discussão, formalizada, da gestão do espaço urbano pelo movimento de mulheres. Resultando em um plano setorial, incluído no próprio Plano Diretor de Santo André, o Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, contemplando questões específicas das mulheres (GONZAGA, 2004).

A seguir, transcreve-se a Seção XII - Constituem as diretrizes do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres:

I - Estabelecer políticas públicas aos órgãos municipais, combatendo a discriminação e objetivando a melhoria da qualidade de vida da população feminina na cidade;

II - Estabelecer maior participação do poder público na socialização do trabalho doméstico, visando a facilitar a gestão da vida cotidiana com melhoria e criação de equipamentos sociais, tais como: postos de saúde, creches, refeitórios, cozinhas e lavanderias coletivas, escolas em período integral;

III - Formular programas de ampliação do emprego e incentivos fiscais, financeiros e técnicos, voltados especificamente para as mulheres, de modo que se estimule a formação e o desenvolvimento de pequenas e microempresas;

IV - Estabelecer normas para formação de um banco de dados sobre a mulher no município, objetivando inventariar a situação da mulher andreense;

V - Assegurar a participação das mulheres na elaboração, acompanhamento e gestão dos programas e equipamentos públicos.

Para além do avanço da inclusão deste plano setorial, o próprio Projeto de Lei do Plano Diretor de Santo André incluía itens específicos de

interesse das mulheres, como a priorização às chefes de família nos programas municipais de habitação de interesse social; programas esses que, quando necessário, contemplariam equipamentos de coletivização das tarefas reprodutivas, como lavanderias, refeitórios e cozinhas coletivas. Previa-se, também, o atendimento de demandas diferenciadas por gênero, idade e condição física, no planejamento e projeto de áreas verde e de lazer/recreação, considerando inclusive mulheres em período de amamentação. Por fim, estabelecia-se a diferenciação por gênero das informações coletadas a fim de formar um Banco de Dados sobre a Mulher.

2.3.6 Projeto de Lei Complementar 23/2017 - Revisão do Plano Diretor de Uberlândia

No ano de 2016 iniciaram-se em Uberlândia os processos de audiências públicas setoriais para a discussão da revisão do Plano Diretor da cidade, então Lei Complementar 432 de outubro de 2006. O processo participativo organizou-se com reuniões em cada setor da cidade e seus distritos. Nestas reuniões, que apresentaram-se bastante esvaziadas, a população participante, sob orientação dos servidores municipais, debatia as demandas do setor referentes a moradia, segurança, transporte público, infraestrutura urbana. No entanto, não houve qualquer mecanismo de incentivo a participação das mulheres, ou inserção de pautas relacionadas a questão de gênero nas discussões direcionadas¹.

Como consta no artigo 2º, o Plano Diretor “é o principal instrumento de política de desenvolvimento urbano,” orientando poder público e iniciativa privada, e buscando atender as “aspirações da comunidade”, ponderando sobre as relações entre o cidadão, as

¹ A autora participou de todas as reuniões setoriais como assessora técnica dos movimentos de luta pela moradia da cidade de Uberlândia.

instituições e os meios físicos (UBERLÂNDIA, 2017).

No seu artigo 5º fundamenta a premissa do Plano como a proteção da função social da cidade. Seguindo, no artigo 6º, destaca-se parte dos objetivos gerais a seguir:

“I – Melhoria da infraestrutura municipal no âmbito da saúde, educação, habitação e demais serviços públicos, com a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades sociais;

II – Valorização dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade;

(...)

IV – ampliação e manutenção da infraestrutura urbana e dos serviços públicos;”

Destacando aqui capítulos de interesse, o Capítulo VI - do desenvolvimento urbano, fala em seu primeiro item da adequação do adensamento as capacidades do meio físico, potencializando o uso de áreas já providas de infraestrutura. Por sua vez o item X do mesmo capítulo, discute estimular a formação de polos de serviço e comércio nos terminais urbanos e seus entornos, inclusive por meio da implantação de serviços públicos.

Enfim, o capítulo VII - da mobilidade urbana e rural, expressa intensão em ampliar e incentivar a utilização do transporte público, a pé e de bicicleta, prevendo integrações intermodais e a adoção de políticas que proporcionem maior conforto a pedestres. Destaca-se o item VII que fala em promover o direito de “se deslocar e usufruir da cidade com autonomia e segurança.”

Mesmo não trazendo nenhuma discussão ou proposta que pretensa agir no desigual acesso à cidade e ao espaço urbano sob a perspectiva de gênero, de uma maneira generalista e sem aprofundamento propositivo, o Plano Diretor de Uberlândia traz diretrizes que podem

ser abordadas sob o viés do enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades de gênero, a exemplo, os pontos levantados neste texto.

Nesse contexto, se faz importante comentar que o primeiro Plano Diretor para a cidade de Uberlândia, pós redemocratização do país, elaborado em 1989 e aprovado em 1994, traz discussões de pautas ligadas à desigualdade de gênero, com dois itens inseridos na Seção III - Da Ação Social voltados especificamente para mulheres. O primeiro como diretriz, transscrito a seguir:

“XV - Promoção e valorização da mulher, através de programas que busquem sua inserção na vida socioeconômica, política e cultural;”
Como parte das propostas para concretização de diretrizes o item seguinte diz:

“XVI - Implantar programas de apoio a profissionalização e orientação na defesa dos direitos específicos das mulheres.”

• • •

Com base nos resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia elaborada, foi possível estabelecer a caracterização dos sujeitos heterogêneos, as mulheres de Uberlândia, e o contexto em que se inserem.

Para além dessa caracterização e reconhecimento das mulheres, sujeitas que vivenciam a cidade de Uberlândia e das formas que a vivenciam; os resultados obtidos com os questionários corroboram com as temáticas de intervenção identificadas ao longo da pesquisa teórica e o desenvolvimento da metodologia.

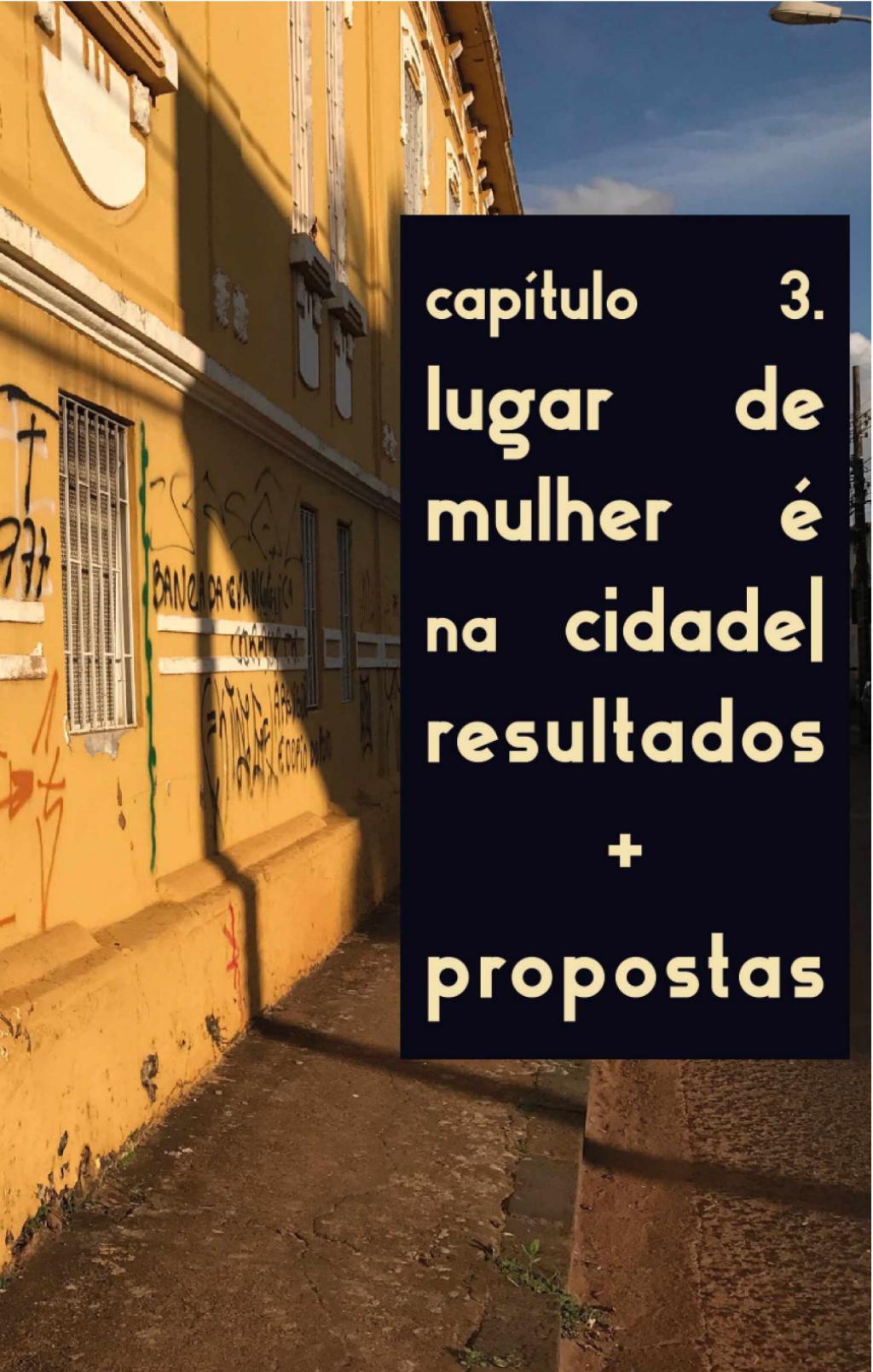
Segue-se, dessa forma, com a proposição de diretrizes e ambiências urbanas que serão expostas no capítulo a seguir, “**3 Lugar de Mulher é na cidade - Resultados + Propostas.**”

3. Lugar de mulher é na cidade

moça vc é FORÇA!
STK

y NÃO SEJA
BOLSONITO

TAN
TAN



capítulo 3.
lugar de
mulher é
na cidade|
resultados
+
propostas

Pixo em muro na rua Barão de Camargos no Centro, Uberlândia
autor desconhecido.

Foto: Raissa Dantas, 2016

Conforme discutido no primeiro capítulo, esse trabalho parte do entendimento do espaço urbano como a materialização das relações sociais (LEFEVBRE, 2010), reproduzindo espacialmente as situações de conflito e disputa, como as de gênero. Como resultado dessa reprodução entende-se que mulheres têm possibilidades e acessos no espaço urbano diferentes que os homens.

Partindo desse entendimento foi elaborado o método exposto e aplicado ao longo do capítulo 2. Então, os resultados analisados dos questionários vieram corroborar essa hipótese, mostrando que dimensões de segurança e divisão sexual do trabalho, efeitos das relações desiguais de gênero, influem na forma como as mulheres da cidade de Uberlândia acessam e se apropriam dos espaços urbanos.

Por conseguinte, em concordância com os objetivos determinados para essa dissertação, serão expostos nesse terceiro capítulo diretrizes e propostas de ação, intervenção e ambiente urbano que respondam as demandas levantadas pelas análises dos questionários e dos dados socioeconômicos e culturais da cidade objeto.

3.1 Compilação de diretrizes e propostas

O estabelecimento de propostas e diretrizes que exerçam resultados práticos na relação das mulheres com o espaço urbano pode, em alguns momentos, parecer reafirmar os papéis de gênero estabelecidos pelo patriarcado, parecendo inclusive contraditórios aos interesses de emancipação feminina. Por exemplo, como já discutido nos capítulos anteriores, quando são

propostos equipamentos de socialização das tarefas reprodutivas como políticas voltadas para as mulheres, uma vez que tais tarefas deveriam ser de responsabilidade de todos os membros da família independente do gênero. Entretanto, como discute Rossana Tavares (2015) essas determinações se debruçam sobre “interesses práticos de gênero numa perspectiva estratégica de construção de autonomia e justiça através das práticas espaciais das mulheres”, que devem ser apreciados como relevantes nesse primeiro momento de criação de uma realidade com mais acesso às mulheres e de plena inserção do recorte de gênero nas políticas públicas urbanas.

Isto posto, serão trabalhadas diretrizes e propostas que correspondam ao que foi levantado pelos questionários. Intervindo nas diferentes escalas do espaço urbano, cidade, bairro e rua/quarteirão, e tratando das dimensões temáticas de influência elencadas pela metodologia traçada a partir do estudo dos guias internacionais (Capítulo 2), acesso aos espaços, combate a divisão sexual do trabalho, segurança e vulnerabilidade socioeconômica. Pensando em propostas que sobreponham essas escalas e dimensões.

Primeiramente serão expostas diretrizes gerais para a cidade de Uberlândia, cumprindo as escalas e dimensões temáticas elencadas acima. Em seguida serão colocadas propostas de equipamentos e desenho urbano para localidades determinadas a partir dos resultados dos questionários, ilustrando-as como as possibilidades de ambiente urbano que tais intervenções gerariam em seu entorno imediato e nos bairros em que se localizariam.

3.1.1 Diretrizes gerais para a cidade de Uberlândia

A) Acesso aos espaços | Deslocamentos

Essa dimensão temática encara o acesso físico aos espaços urbanos, e consequentemente acesso ao emprego, à equipamentos públicos de educação, saúde e lazer, à infraestrutura urbana, ao comércio e serviços. As diretrizes elencadas levam em consideração os deslocamentos por meio de transporte público, respondendo às problemáticas e questões levantadas pela pequisas apresentada no capítulo anterior.

Conforme gráfico 33 (página 99), os problemas levantados pelas usuárias do transporte público figuram no tamanho da frota, em determinadas rotas e horários, e na capilaridade das rotas, resultando em um sistema demorado, por vezes sobre carregado e em que as distâncias entre paradas sejam muito grandes.

Dessa maneira, propõe-se que:

1- Redesenho de determinadas linhas, ou criação de novas a iniciar-se pelos bairros destacados na figura **08 - mapa de mobilidade** (página 101) que foram destacados como tendo acessos ruins, aumentando a capilaridade dos sistemas dentro dos bairros, diminuindo as distâncias a serem percorridas até as paradas de ônibus;

2- Aumento da frota em rotas e horários mais demandados diminuindo o tempo de espera e aumentando a qualidade da viagem para usuárias e usuários;

3- Revisão das políticas de subsídio das passagens, uma vez que o atual valor da mesma, R\$4,00, limita o deslocamento da população destituída de recursos aos trajetos ligados ao trabalho, privando-a de acessar saúde, educação, lazer;

- 4- Redesenho do mobiliário urbano voltado para o transporte primando pela qualidade, segurança, conforto e ergonomia de uma população de usuárias e usuários heterogênea, com diferentes necessidades e tipos de deslocamento;
- 5- Programação visual ampla e unificada que sinalize e informe usuárias e usuários em paradas, terminais e ônibus com clareza e objetividade.

B) Segurança

Como já discutido no capítulo 2, a segurança perpassa as demais dimensões de vulnerabilidade, influenciando com intensidade a forma que as mulheres percebem e ocupam o espaço urbano. As diretrizes elencadas, assim, atuam em diferentes esferas do planejamento e desenho urbano, em conformidade com as diretrizes e propostas desenvolvidas pelos guias e estudos de caso apresentados anteriormente.

1- USOS: *Promoção da variedade de usos e equipamentos nos bairros, inclusive em bairros residenciais. Contudo, conforme destaca Tavares (2015), sob a perspectiva de gênero é necessário problematizar quais os usos serão determinados e estimulados em cada área;

*Evitar a monofuncionalidade em determinadas áreas, com atenção aos eixos de parada de transporte público, proximidade de equipamentos e caminhos consolidados de pedestres;

* Definição de “faixas produtivas” nos bairros residenciais, criando oportunidades de trabalho próximas as residências e promovendo diversidade de usos;

*Determinação de legislações e políticas que proíbam a exploração especulativa de vazios urbanos, pensando os novos assentamentos e o adensamento sempre contíguos à malha urbana consolidada e áreas com infraestrutura. Essa diretriz esta de acordo com o que o novo Plano Diretor de Uberlândia, bem como o Estatuto da Cidade, versam. Porém, na prática a Prefeitura de Uberlândia vem sistematicamente criando subsídios à especulação imobiliária, ilustrado pelo mapa de vazios urbanos confeccionado pela Prefeitura em anexo na pagina **164**;

2 - TRANSPORTE: *Conciliação das redes de transporte público com redes de caminhos para pedestres qualificados e ciclovias;

* Temporizar semáforos de forma a priorizar as travessias dos pedestres.

3 - “A NOITE”: Como foi evidenciado pelo resultado dos questionários a “noite’ é um momento em que as mulheres überlandenses são mais alienadas dos espaços urbanos em função do medo. Sendo inibidas do acesso ao lazer, a educação, a oportunidades de trabalho. A noite como momento de insegurança passa por duas escalas, a da iluminação pública falha ou inexistente, e da falta de usos que tenham maior amplitude nos horários de funcionamento. De acordo com Gôuvea (2008), as cidades brasileiras são geralmente desenhadas para as atividades diurnas, negligenciando um longo período que, em função das condições climáticas brasileiras, poderiam ser mais agitados nos usos e atividades. Sendo fundamental a “expansão do horário de uso urbano, com atividades passando a funcionar a noite.” (GÔUVEA, 2008).

4- Iluminação: Projeto de iluminação urbana que priorize o cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

pedestre, pensada na escala das usuárias e usuários, voltadas para as calçadas, caminhos, praças, passagens e não postes altos voltados para as vias como de costume.

C) Combate à divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho, por responsabilizar as mulheres pela manutenção do lar e da unidade familiar (trabalho reprodutivo) mesmo as mulheres inseridas no mercado de trabalho, ocasionam as duplas/triplas jornadas de trabalho. Tolhendo-as de seus direitos à educação, lazer e ócio, melhores oportunidades de trabalho, participação política e usufruir do espaço urbano, pela falta de tempo hábil para cumprir todas as suas atividades e responsabilidades.

Se faz necessário reconhecer e valorizar ambos os tipos de trabalho, reprodutor e produtor, como imprescindíveis para a manutenção da sociedade. Partindo disso, perceber o espaço público como espaço potencial para a socialização das tarefas reprodutivas, buscando intervenções e criação de equipamentos que facilitem a rotina dos responsáveis por cada tarefa.

O Plano Diretor de Uberlândia, como mostrado anteriormente, tem como indicação o estímulo a formação de polos de serviços nos terminais urbanos e seus entornos, incluindo a implantação de serviços e equipamentos públicos junto a esses terminais. Equipamentos e serviços públicos e comunitários como restaurantes, creches e lavanderias trariam o viés de socialização das tarefas reprodutivas e responderiam as demandas das mulheres questionadas, como vemos na figura 09 - equipamentos e serviços que facilitariam a rotina (página 105). Tais equipamentos articulados à rede de transportes públicos

favoreceriam logicamente o dia a dia dos responsáveis pelo lar e pela família.

D)Enfrentamento à vulnerabilidade socioeconômica

As mulheres enfrentam uma realidade de acessos desiguais em relação aos homens, acesso à terra e à moradia, acesso ao emprego formal, acesso à educação e qualificação. Essa desigualdade e destituição causados pela violência de gênero pelos papéis sociais impostos pela ideologia patriarcal (papéis de gênero e divisão sexual do trabalho) resultam em posições de maior vulnerabilidade socioeconômica para mulheres. Para enfrentar essa posição de vulnerabilidade destaca-se as diretrizes:

1- Acesso à terra/moradia: Inclusão de políticas que estimulem e subsidiem o acesso a terra e a moradia às mulheres no Plano Diretor de Uberlândia, expandindo e intensificando os resultados da portaria 412 do Programa Minha Casa Minha Vida;

2- Acesso ao emprego e a renda: * Estimular a oferta de emprego próximo aos eixos de transporte público, à serviços e equipamentos públicos;

* Unidades de habitação de interesse social que permitam o desdobro em espaços de trabalho produtivo;

3- Acesso a educação: * Maior segurança para deslocamentos em períodos noturnos;

* Implantação de mais equipamentos públicos de educação, cultura e profissionalizantes;

4- O combate a divisão sexual do trabalho, através da socialização

e valorização das tarefas reprodutivas, libera as mulheres para se qualificarem e se inserirem em melhores postos de trabalho, trazendo autonomia e segurança financeira;

5- Acesso à saúde e a informações relacionadas ao planejamento familiar, tema ausente em políticas públicas em nível nacional e municipal;

6- Postos avançados da Prefeitura Municipal de Uberlândia em todos os setores, facilitando o atendimento cidadão e o acesso a documentações e burocracias necessárias.

3.1.2 Proposições e investigações de desenho e ambiência urbana

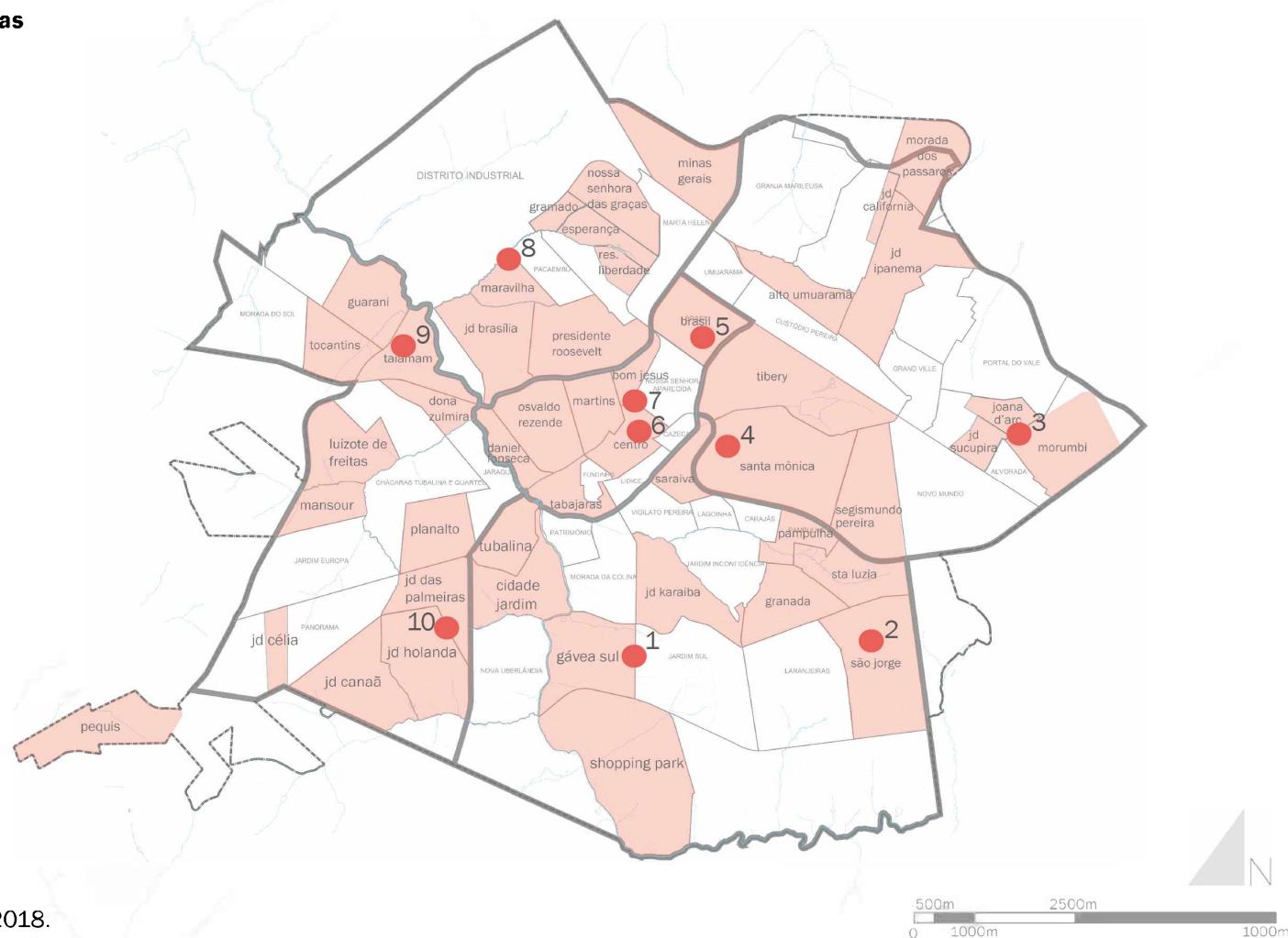
Por fim, o resultado da pesquisa metodológica, análise de dados, questionários e estudos de caso convergem em um apanhado de propostas para localidades determinadas, também a partir do cruzamento desses resultados.

Fundamentando-se no sentido original da palavra “desenho” (do italiano disegno) que se refere “ao ato conceitual, estruturador do pensamento visual e de sua comunicação projetiva” (MARTINS 2007), ou seja, a expressão visual de decisões, escolhas, determinações, são elaboradas propostas e investigações de potenciais ambiências através da exploração de recursos gráficos. Apoiando-se no desenho como comunicador de decisões e diretrizes de programa, implantação e projeto para as localidades escolhidas.

Foram determinadas dez localidades de intervenção/proposição (figura 18), atendendo todos os setores da cidade em pelo menos

um ponto. As escolhas foram feitas com base nas análises de dados da cidade de Uberlândia, expostas ao longo do item **2.2.1 Tabulação e análise dos dados coletados**, dos resultados dos questionários expressos no item **2.2.2 Resultado do trabalho de campo - questionários aplicados em espaços públicos de Uberlândia** e nos mapas fornecidos pelo site da Prefeitura de Uberlândia como resultado do diagnóstico feito em função da revisão do Plano Diretor em 2016, mapas de equipamentos, de vazios urbanos e de espaços verdes livres (anexos I, II e III respectivamente). É importante destacar que todas as propostas feitas estão em concordância com as diretrizes gerais estabelecidas, prevendo projeto de iluminação voltada para pedestres e espaços permanência, e plano de sinalização. Além de projetos paisagístico e de arborização, posto que a proximidade da natureza e presença de áreas verdes foram elementos destacados pelas entrevistadas como indicação de qualidade espacial. Dessa maneira, seguem as propostas por setor:

Figura 18: Localidades propostas



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

- Setor Sul

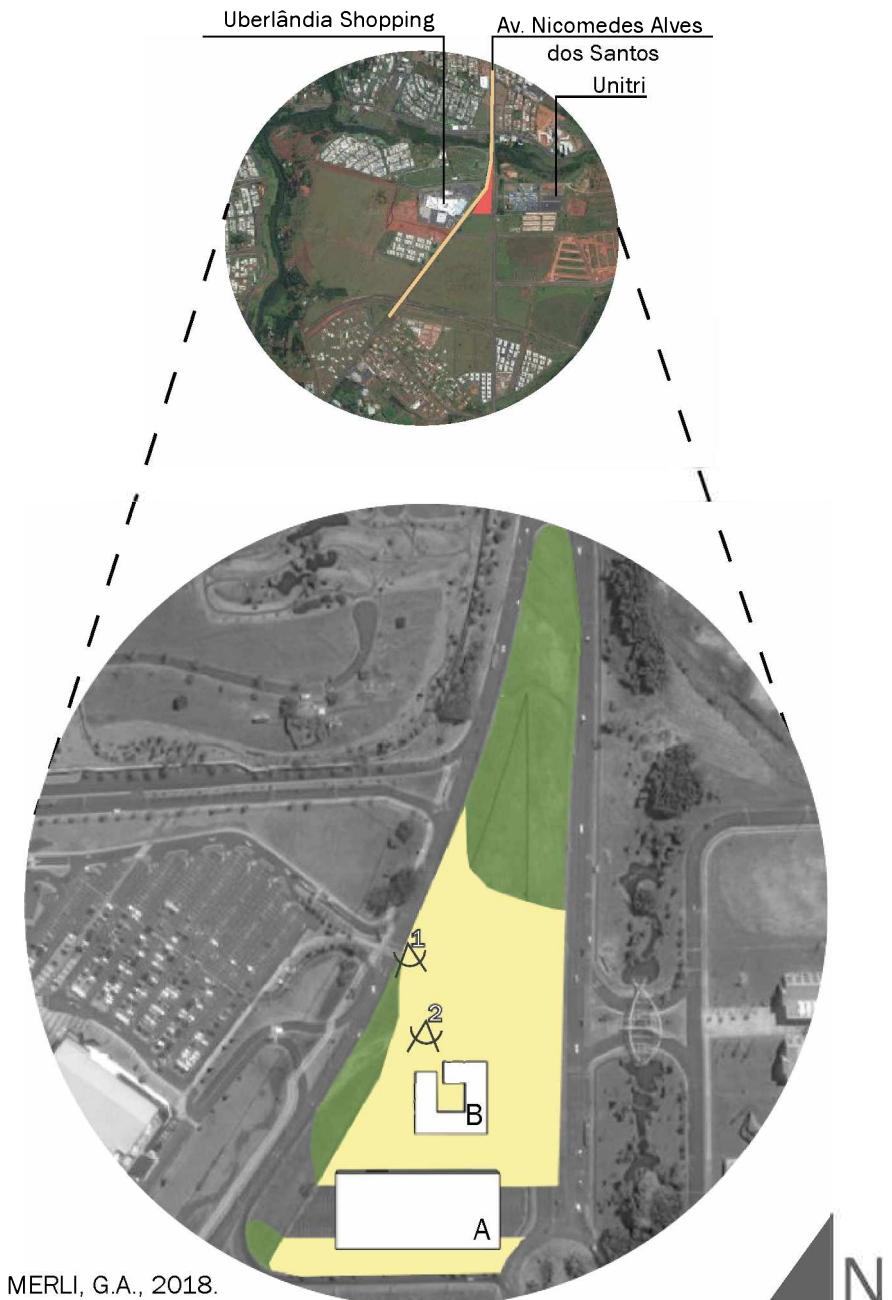
1) Bairro Shopping Park + Gávea Sul - “Terminal Sul”

Em 2011, a Prefeitura Municipal de Uberlândia anunciou a ampliação do sistema integrado de transporte com a implantação de 5 novos corredores estruturais de BRTs (Transporte Rápido por ônibus). O setor Sul será contemplado com um dos corredores, com 3,9km de extensão, 9 estações e um terminal de transbordo a ser instalado em terreno na Avenida Nicomedes Alves dos Santos (figura 19). A futura implementação desse terminal foi encarado como uma potencialidade, aliada à diretriz do atual Plano Diretor que indica a instalação de equipamentos públicos próximos ou contíguos aos terminais urbanos. Seguindo o princípio indicado pelo Plano Diretor propõe-se a implantação de alguns dos equipamentos e serviços solicitados pelas mulheres dos bairros adjacentes no mesmo terreno do futuro terminal.

Dessa forma, junto ao terminal sugere-se que sejam locados o restaurante popular, a lavanderia comunitária e o posto avançado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), os dois primeiros sendo parte das demandas registradas pelos questionários (figura 09) e o último uma diretriz identificada por esse trabalho conforme página 126. No mesmo terreno é proposta a implantação de uma creche pública, que atenda as famílias atendidas pelo terminal Sul. Propõe-se também o redesenho das duas faixas da avenida Nicomedes Alves dos Santos como forma de facilitar a travessia dos pedestre e o acesso ao terreno em questão, bem como o tratamento paisagístico que promovam uma barreira em relação a avenida garantindo a segurança e o conforto acústico.

Também foram demandados pelas mulheres participantes uma escola pública e espaços de lazer, indica-se que tais equipamentos sejam locados adjacentes à área residencial do bairro Shopping Park, de forma que as população possa acessar ambos a partir de deslocamentos feitos a pé, sem depender do transporte público.

Figura 19: Localização - Terminal Sul



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Figura 20: Ilustrações das propostas - Terminal Sul

Ponto 1



Ponto 2



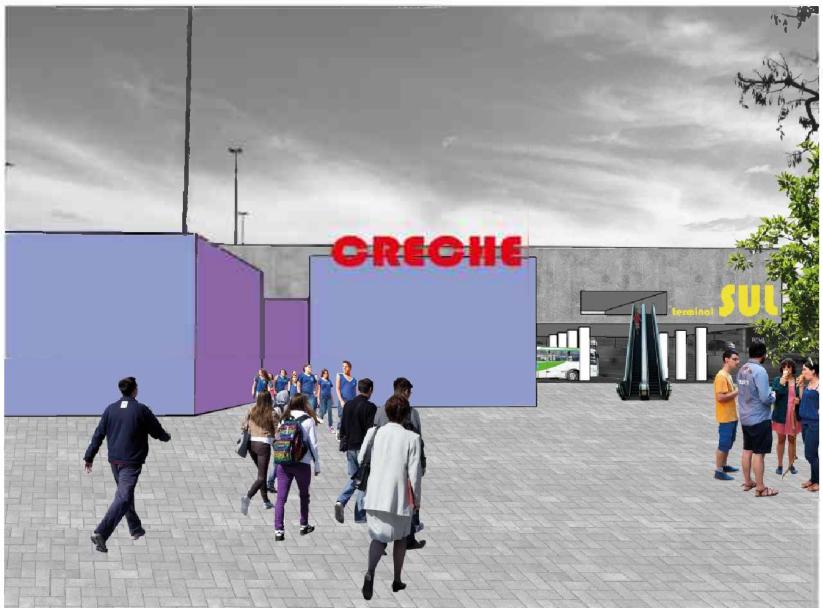
A - Terminal urbano Sul, restaurante popular, lavanderia comunitária e posto avançado da PMU
B - Creche pública

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Ponto 1



Ponto 2



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

2) Bairro São Jorge

As mulheres residentes do bairro São Jorge destacaram como qualidades do bairro a relação de vizinhança, a tranquilidade, a localização e a oferta de serviços e comércio. O bairro conta com equipamentos de saúde, educação e dois de esporte e lazer, como pode ser visto no mapa do anexo I.

O terreno escolhido se localiza na porção em que não existem equipamentos públicos, na esquina das ruas Angelo Cunha e Taxista Fábio Cardoso (imagem 22), ambas com a passagem de diversas linhas de transporte público, próximo ao limite do bairro com o novo bairro Elisson Prieto, antiga ocupação do Glória.

Nesse local foram propostas, segundo as demandas identificadas, uma lavanderia comunitária, uma espaço para horta comunitária, áreas de lazer e descanso. Pensou-se em implantar o edifício da lavanderia de maneira a formar uma pequena praça, com mobiliário urbano que permita a realização de festas, encontros, feiras e respeitando o caminho de pedestre que corta o terreno já consolidado na área.

Figura 21: Localização intervenção São Jorge



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Figura 22: Ilustrações das propostas - São Jorge



Ponto 2



Ponto 3



Ponto 1



Ponto 2



Ponto 3



- Setor Leste

3) Bairros Joana D'Arc e Morumbi

Como parte do, já mencionado, plano de ampliação do sistema integrado de transporte iniciou-se recentemente o funcionamento (julho de 2018) do Corredor Estrutural Leste que passa pela avenida Segismundo Pereira e finaliza no terminal Novo Mundo, que começou a funcionar na mesma data. O corredor, bem como o terminal, atendem os bairros localizados além da BR 452 como Morumbi, Joana D'Arc, Jardim Sucupira, Alvorada e Dom Almir.

O terreno escolhido para a intervenção se localiza entre os bairros Joana D'Arc e Morumbi, entre a avenida Jerônimo José Alves e rua São Sebastião, próximo a área com maior densidade residencial.

As qualidades elencadas pelas mulheres questionadas que residem nos bairros do entorno do terreno foram a relação com a vizinhança, as praças e a assistência a saúde, o bairro Morumbi têm quatro equipamentos de assistência médica, três postos de saúde e um UAI - Unidade de Assistência Integrada. Enquanto as demandas foram de restaurante popular, creche pública e o melhoramento do transporte público, de acordo com a diretriz determinada na página 126 será proposto também um posto avançado da PMU para atender o setor Leste.

Uma vez que as entrevistas foram feitas antes da abertura do terminal Novo Mundo e do funcionamento do corredor estrutural leste, acredita-se que a residentes da região já possam sentir algumas melhorias quanto ao deslocamento por transporte público. Porém, enfatiza-se a necessidade de um novo projeto de linhas que permeiem mais os bairros, além de aumentar a frota em alguns trajetos, conforme diretriz exposta na página 124.

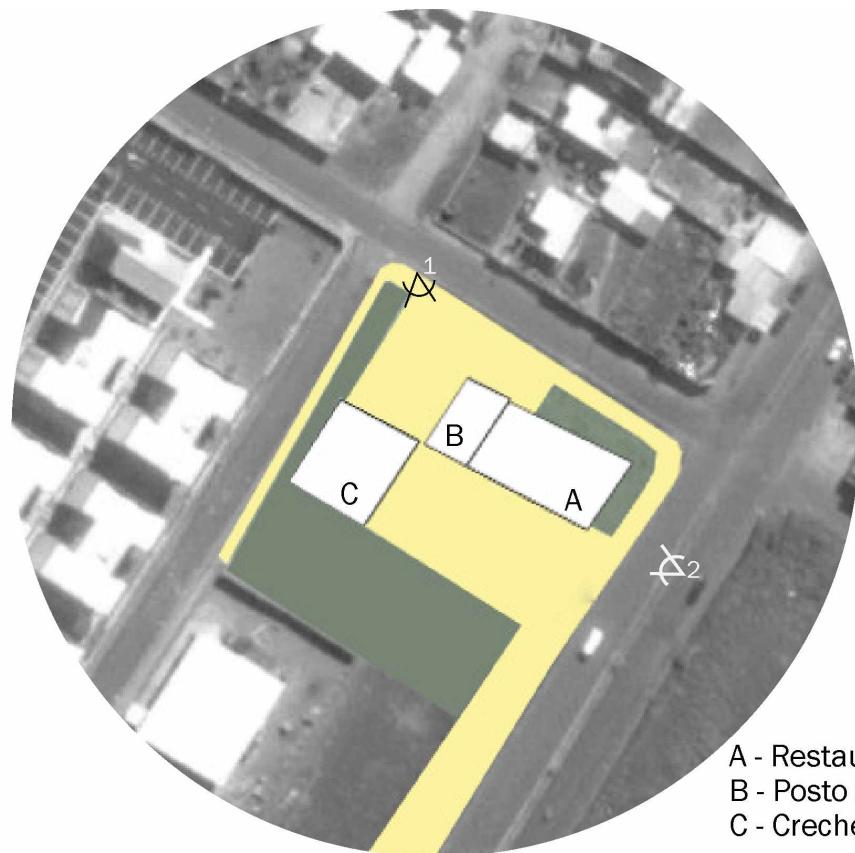
Figura 23: Localização intervenção Joana D'Arc + Morumbi



Fonte: MERLI, G.A., 2018.



Figura 24: Ilustrações das propostas - Joana D'Arc + Morumbi



A - Restaurante popular
B - Posto avançado PMU
C - Creche

Ponto 1



Ponto 2



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Ponto 1



Ponto 2



4) Bairros Santa Mônica - Campus UFU

No bairro Santa Mônica estão localizados dois equipamentos de muita relevância, o Campus da Universidade Federal de Uberlândia, que abriga os cursos de ciências Exatas e Humanas, e a Prefeitura Municipal de Uberlândia. Para além disso, é um bairro com variedades de usos, tendo grande oferta de comércios e serviços, e com o perfil de sua população residente também bastante diverso, com famílias de classe média baixa à alta e repúblicas de estudantes.

O bairro foi qualificado pelos seus acessos, tranquilidade e pela comentada oferta de serviços e comércios. As demandas levantadas foram de espaços de descanso e uma creche pública. Tanto o campus da universidade como os estabelecimentos de comércio e serviço atraem uma população, além da residente, que se desloca ao bairro para trabalhar ou estudar. Esse contexto demonstra a necessidade de um equipamento como a creche, tanto para as residentes do bairro que trabalham fora dele, quanto para as mulheres que trabalham e estudam no bairro.

O terreno escolhido, em função dessa demanda, está mais à oeste na região com uso mais diverso (a porção mais a leste se caracteriza por ser mais residencial), e locado dentro do campus da universidade, abrindo-se para a avenida Segismundo Pereira, onde passa o corredor de transporte público leste. A proposta é que a área abrigue tanto a creche quanto uma praça, com mobiliário e arborização, como um espaço de descanso, e aproxime a comunidade com o espaço universitário, promovendo convivência e interações.

Figura 25: Localização intervenção Santa Mônica



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Figura 26: Ilustrações das propostas - Santa Mônica



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Ponto 1



Ponto 1



- Setor Central

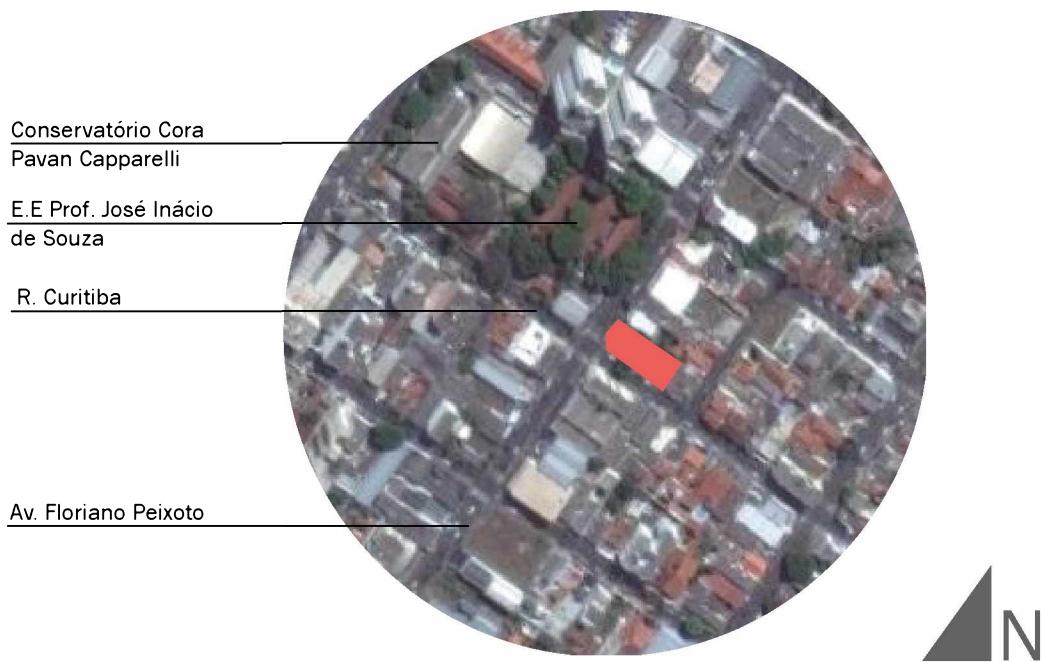
5) Bairro Brasil

O Bairro Brasil tem como potencialidades sua localização próxima ao bairro Centro, grande oferta de serviços e comércio e bem provido de transporte público. O uso e ocupação do bairro é bastante diverso, caracterizando-o tanto como bairro residencial de classe média e média-baixa quanto como uma área com oportunidades de emprego.

Uma vez que, entre os programas mais relacionados pelas mulheres nos questionários estão o restaurante popular e os espaços de descanso, e entendendo que ambos contribuem para as rotinas implantados próximo dos locais de residencia ou de trabalho, decidiu-se por um terreno no bairro Brasil para implantação desses programas, favorecendo tanto as mulheres que residem nessa localização quanto as que se deslocam para ali trabalharem. Assim, o terreno escolhido fica na esquina da Avenida Floriano Peixoto com a rua Curitiba, próximo da Escola Estadual José Inácio de Souza e do Conservatório Estadual Cora Pavan Capparelli. É proposto que uma grande marquise abrigue o edifício do restaurante popular e ofereça espaço sombreado para que usuárias e usuários do restaurante e do entorno possam descansar com qualidade e segurança.

Como já colocado, essa e todas as propostas seguem as diretrizes gerais, logo contemplam um projeto de iluminação urbana voltada para calçada e os espaços de permanência, na escala das usuárias e usuários, e plano de sinalização. Bem como um projeto de arborização e paisagismo qualificando os espaços, uma vez que a proximidade da natureza tenha sido um desejo recorrente das entrevistadas.

Figura 27: Localização intervenção Bairro Brasil



Ponto 1



Figura 28: Ilustrações das propostas - Bairro Brasil



Ponto 2



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Ponto 1



Ponto 2



6) Bairro Centro - Fórum “Cultural”

Partindo da mesma análise que resultou na proposta anterior, essa proposta entende que os “espaços de descanso” apresentados como demandas pelas mulheres entrevistadas devem ser pensados próximos aos seus locais de trabalho e não só em seus bairros de residência. Dessa forma, aponta-se o edifício do antigo fórum como potencial espaço de descanso na região central, em vista da sua localização e fácil acesso.

Contextualizando o edifício, o Fórum Abelardo Penna teve seu projeto realizado pelos arquitetos Roberto Pinto Manata e José Carlos Laender de Castro, seguindo preceitos da arquitetura moderna. Integrando o Projeto de Praça Cívica desenvolvido em 1973 por Roberto Burle Marx e Ary Garcia Rosa, o equipamento público/administrativo foi inaugurado em 1977.

O edifício foi pensado em dois volumes, o primeiro semienterrado e o segundo elevado do solo por 8 grandes pilares, liberando o nível térreo e criando uma praça coberta para a livre circulação e apropriação. Contudo, em 1997 ele foi cercado por gradis metálicos, alienando a população do seu acesso.

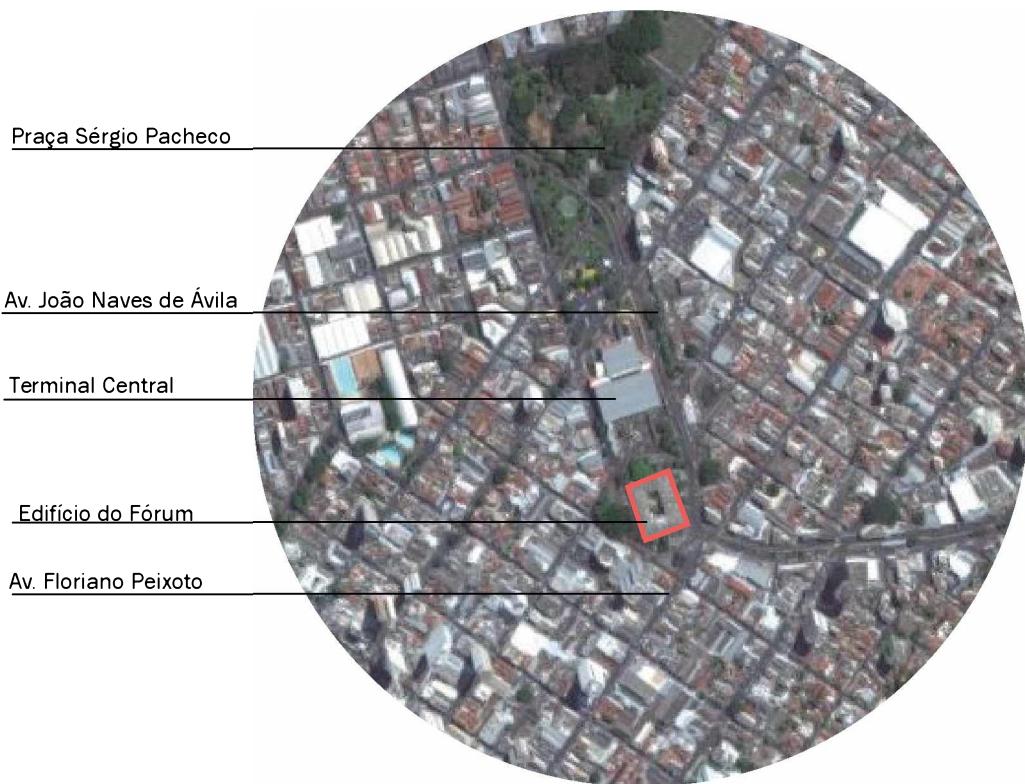
Com o Projeto de Qualificação do Centro desenvolvido pela Prefeitura de Uberlândia em 2012, foi previsto que o edifício seria destinado ao uso cultural quando seu uso jurídico fosse transferido ao novo prédio, que já vinha sendo construído.

Desde então, iniciaram os esforços e mobilizações que garantissem que o edifício cumprisse seu uso público e coletivo. Tais esforços culminaram com o 12º Seminário DOCOMOMO Brasil em novembro de 2017, quando foram realizados workshop, mobilizações e abaixo assinado defendendo o tombamento e doação do edifício ao município. Em julho de 2018 o jornal Diário de Uberlândia

divulgou que o processo de cessão gratuita do edifício por parte do Estado para o Município já foi formalizado e especula-se que a Prefeitura tenha decidido por tornar o Fórum um equipamento cultural para a cidade.

Essa proposta então, nada mais é que uma apropriação da vocação térreo do edifício como praça coberta, um espaço já qualificado de estar, descanso e lazer em localização central e de fácil acesso a população.

Figura 29: Localização intervenção Centro



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas



Figura 30: Fórum Abelardo Penna antes do cercamento



Fonte: Arquivo Público de Uberlândia. S/D.

Figura 31: Fórum Abelardo Penna atualmente



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Figura 32: Ilustração da proposta - Fórum cultural



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

7) Avenida Monsenhor Eduardo

A avenida Monsenhor Eduardo foi escolhida para figurar entre as propostas ilustradas em função de ter sido a única avenida/rua mencionada nominalmente como espaço que gera sentimento de medo e insegurança nas mulheres entrevistadas. A avenida, que se localiza onde antes passavam os trilhos da antiga Mogiana, hoje é importante via de conexão entre o setor Central e o setor Norte.

Nos anos 1980 ocorre a retirada dos trilhos e a elevação da via ao status de avenida. Porém, parte dos galpões do período da Mogiana remanescem ao longo da avenida, a maioria abandonados e sem uso. Além disso a implantação de um corredor de ônibus no centro da avenida e seu caráter de trânsito rápido a tornam uma barreira para pedestres. Combinando baixa diversidade de usos, pouco fluxo de pessoas a pé, iluminação precária e baixa qualidade ambiental resultaram em um trecho a ser evitado pelas mulheres da cidade.

As preexistências dos galpões abandonados e a localização central, próxima à praça Sérgio Pacheco e ao Terminal Central, são encarados como potenciais a serem explorados nas propostas. Dessa maneira indica-se o desenvolvimento de políticas públicas por parte do Município que estimulem a recuperação dos galpões incentivando comércio e serviço, a implantação de um restaurante popular em um dos galpões e a reforma das calçadas juntamente a um projeto paisagístico.

Figura 33: Localização intervenção Monsenhor Eduardo



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Figura 34: Ilustração da proposta - Monsenhor Eduardo



- Setor Norte

8) Bairro Maravilha

O terreno escolhido para intervenção no setor Norte se encontra no bairro Maravilha, um terreno entre as ruas João Severiano Vilas Boas, Cometa e Manuel Maurício Araujo, e entre dois equipamentos de educação, o EMEI Francisco Bueno Monteiro e a Escola Estadual do Maravilha. Esse terreno foi determinado em função do programa que irá abrigar, afinal dentre as demandas estabelecidas pelas entrevistadas estão restaurante popular e posto de saúde.

Acredita-se, conforme discutido no capítulo 2, que a implantação do restaurante popular no bairro de residencia contribuiu com a rotina da mulher trabalhadora lhe subtraindo a responsabilidade de cuidar da alimentação de quem realiza as refeições em casa. Para atender a população do setor Norte foi incluído no programa um posto avançado da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Estabelece-se, também, como orientação para o bairro o cumprimento do Plano Diretor de Uberlândia, que tem como diretriz a transformação dos leitos dos córregos dos Lobos e Buritis em um parque linear. A recorrência de mulheres residentes no bairro que destacaram como qualidade a tranquilidade e a proximidade com a natureza demonstra que os córregos são fortes no imaginário das residentes e importantes para a qualidade do bairro.

Figura 35: Localização intervenção - Bairro Maravilha



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Figura 36: Ilustração da proposta - Bairro Maravilha



A - Restaurante popular
B - Posto de saúde
C - Posto avançado PMU

Ponto 1



- Setor Oeste

9) Bairro Taiaman

Como mostrado na página 63 o setor Oeste tem o maior número de famílias residentes, com 36.643 (IBGE 2010), com maior parte das famílias entre a classe baixa e média-baixa (gráfico 05, página 63). Nesse contexto elege-se um terreno no bairro Taiaman para implantação da demanda encontrada através dos questionários. O bairro Taiaman é bem consolidado e, segundo as entrevistadas, têm boa oferta de serviços e comércio. Assim, o terreno se localiza na rua do Taróis principal acesso ao bairro e com melhor abastecimento de linhas de transporte público, e sendo um espaço bastante arborizado.

As mulheres questionadas demandaram por creche pública e espaços de lazer e descanso. Dessa maneira pensou-se uma implantação que, se aproveitando da topografia e da marquise do edifício para a creche, crie uma praça coberta possibilitando o acontecimento de feiras, festas, apresentações e shows, ligadas ou não às atividades da creche. Além, do projeto de iluminação, sinalização e arborização necessários e contemplados em todas as propostas de intervenção.

Figura 37: Localização intervenção - Bairro Taiaman



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

Figura 38: Ilustração da proposta - Bairro Taiaman



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Ponto 1



Ponto 1



10) Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras

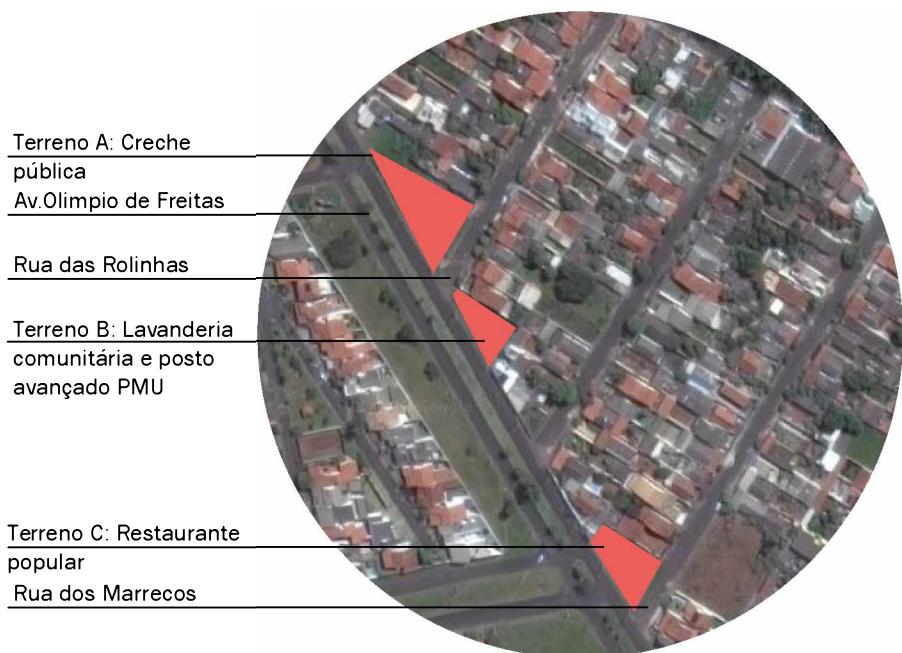
A última proposta de intervenção a ser apresentadas, também no setor Oeste, divide as demandas obtidas pelos questionários em três terrenos na Avenida Olímpio de Freitas.

Essa avenida se configura como o limite entre os bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras, ambos com alta densidade de uso residencial e pouca oferta de equipamentos públicos. Como reflexo disso, as mulheres participantes da pesquisa e residentes nos bairros demandaram vários equipamentos e serviços: creche pública, lavanderia comunitária, restaurante popular e locais de descanso e lazer, acrescentou-se o posto avançado da PMU para atender a essa região da cidade.

As implantações ocorreram de forma que o maior terreno (A) recebesse a creche pública e uma praça para as crianças; o terreno B a lavanderia comunitária e o posto avançado da Prefeitura, e por fim, o terreno C com o restaurante comunitário e uma praça com mobiliários para o estar e o descanso. Prevê-se a ligação dos terrenos através da paginação e qualificação das calçadas, e travessias elevadas garantindo segurança e conforto no deslocamento.

Mais uma vez, essas propostas de intervenção, como todas as outras, se articula em concordância com as diretrizes gerais, prevendo projeto de iluminação para pedestres, sinalização e arborização.

Figura 39: Localização intervenções - Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas



Figura 40: Ilustração das propostas - Bairros Jardim Holanda e Jardim das Palmeiras: geral e ponto 2



Ponto 2



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugus de mulher é na cidade | resultados + propostas

**Figura 41: Ilustração das propostas - Bairros Jardim Holanda
e Jardim das Palmeiras: ponto 1**

Ponto 1



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas

Figura 42: Ilustração das propostas - Bairros Jardim Holanda

e Jardim das Palmeiras: ponto 3

Ponto 3



Fonte: MERLI, G.A., 2018.

cap.3 lugas de mulher é na cidade | resultados + propostas



considerações finais

Mural “Luto como uma Mulher” da artista Panmela Castro em muro no Rio de Janeiro

Imagen retirada em https://issuu.com/panmelacastro/docs/curriculo_pdf_panmela_castro

Considerações finais

Essa pesquisa parte da compreensão do espaço urbano como materialização das relações sociais, assim como considera Flávio Villaça (1991), a relação de reciproca interferência entre a Superestrutura e a Estrutura Territorial. Como tal, o espaço produzido reproduz relações de poder, de dominação e de desigualdade.

Dentre as relações de poder e dominação que estruturam nossa sociedade estão as relações de gênero, que, a partir da concepção de papéis sociais, estabelecem diferenças políticas e sociais entre mulheres e homens, criando situações de liberdade, condição masculina, ou sujeição, condição feminina. (PATEMAN, 1993).

Posto isso, a motivação do trabalho se apoiou na necessidade de se compreender, analisar, discutir, propor e produzir o espaço urbano a partir dos debates de gênero, assumindo esse recorte como determinante na maneira como mulheres e meninas acessam o espaço urbano e nas consequências que essa forma de acesso geram em suas vidas.

Partindo da análise da cidade de Uberlândia e o potencial de seu espaço urbano, quando abordado e investigado em função dos interesses, necessidades e direitos das mulheres nela residentes, a metodologia proposta e aplicada, busca reconhecer que “as consequências das desigualdades de gênero no espaço urbano são diversas, heterogêneas e policêntricas” (TAVARES, 2015). Fazendo-se, assim, imprescindíveis processos participativos que tragam vivências particulares das mulheres e estudos de dados sob perspectiva diferencialista, medidas que convirjam na construção de sujeitos heterogêneos como pressuposto tanto da análise quanto das proposições.

Considera-se que as metodologias de análises e elaboração de projetos urbanos devam incorporar o debate e o estudo das vulnerabilidades ligadas às relações de gênero como dimensão determinante, posicionando-se de maneira propositiva e para enfrentá-las.

Contudo deve-se admitir os limites da forma urbana, e da ação de arquitetos urbanistas, como transformadores dos comportamentos e relações sociais. Todas as proposições aqui elaboradas atingem os interesses práticos para construção da autonomia, igualdade e segurança das mulheres, a partir do espaço e das relações com ele. No entanto, não é possível esperar que, desacompanhadas de medidas políticas, socioeconômicas, educativas e culturais, essas diretrizes urbano-espaciais possam enfrentar a estrutura do patriarcado e da dominação de gênero; faz-se necessário alterar em conjunto o cenário físico e as instituições sociais. (LYNCH, 2012).

referências



Pixo em muro no Centro de Uberlândia, autoria Raissa Dantas.
Foto: Raissa Dantas, 2017.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001.

BARRETO, Joísa; REBOUÇAS, Marta “De dona de casa para dona da casa: os diversos papéis exercidos pelas mulheres nos processos de regularização fundiária de ocupações urbana” In: GOUVEIA, Taciana. **Ser, fazer e acontecer - mulheres e o direito à cidade**. Recife:SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia 2008, p. 76-95.

BARTELMEBS, Roberta Chiesa. **Analizando os dados na pesquisa qualitativa**. Artigo apresentado no evento Metodologias de estudo e pesquisa em educação III, 2011.

BAKER, S. E., EDWARDS, R. **How many qualitative interview is enought**. S/L, 2011. Disponível em: <http://epunts.ncrm.ac.uk/2273/4/how-many-interviews>

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRANDÃO, Carlos Henrique. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

Brasil. **Lei nº 11.124** de 16 de junho de 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.977** de 7 de julho de 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Aprova manual de instruções para seleção de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Portaria nº 412 de 7 de agosto de 2015.

BUNGE, Mario. **Buscar la filosofia en las ciencias sociales.** México DF: Siglo Veinteuno Editores, 1996.

CALIÓ, S. A. Incorporando a questão de gênero nas análises ambientais. In: **Boletim Informativo Mulher e Meio Ambiente.** São Paulo, SP, n.3, p. 23-28. 1992.

CARDOSO, Patrícia de Menezes; CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Pauloa Freire. “O Plano Diretor Participativo eo direito das mulheres à cidade” In: GOUVEIA, Taciana. **Ser, fazer e acontecer - mulheres e o direito à cidade.** Recife:SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia 2008, p. 60-75.

CIOCOLLETTTO, Adriana; MUXI, Zaida. **Catalonian neighbourhood development law: the gender perspective as planning tool.** Amsterdam: IFoU, 2009.

CHAUÍ, Marilene. **O que é ideologia, coleção primeiros passos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

COSTA, Ana Alice Alcantra, VIEIRA, Claudia Andrade. “**Fronteiras de gênero no urbanismo moderno**”. Revista feminismos, Salvador, V.2 - número 1, 2014, p. 7-17.

COSTA, Graça; GOMES; João; MOURA, Aldebaran. “O movimento de reforma urbana e sua relação com o movimento de mulheres”. In:

GOUVEIA, Taciana. **Ser, fazer e acontecer - mulheres e o direito à cidade.** Recife:SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia 2008, p 96-112.

COYLE, Diane. O modo como medimos a economia é inherentemente sexista. S/I, 2016. Disponível em: www.weforum.org/agenda/2016/why-economic-policy-overlooks-women/

CUBA. **Lei nº 1289**, de 14 de fevereiro de 1975. Código de la familia. Havana.

DORIS, Damyanovic; FLORIAN, Reinwald; GERDA, Schneider. Gender mainstreaming pilot district Mariahilf. In: **Documentation Work Package 5 “good practice database” - Manual for the analyses of projects for the GenderAlp! Good-practice-database and the analyses of Three Good-practice-examples.** Viena: Institute of Landscape Planning, 2007.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Editora Scala, 1996.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. “Plataforma Feminista da Reforma Urbana”. In: GOUVEIA, Taciana. **Ser, fazer e acontecer - mulheres e o direito à cidade.** Recife:SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia 2008, p. 113-141.

FORAN, Clare. **How to design a city for women - a fascinating experiment in “gender mainstreaming”.** S/I. 2013. Disponível em: <https://www.citylab.com/transportation/2013/09/>

howdesigncitywomen/

6739/

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnica de pesquisa social.** São paulo: Editora Atlas, 1999.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** 2004. 284p. Tese de doutorado apresentada na FAU-USP. São Paulo. 2004.

GOUVÊA, Luiz Alberto. **Cidadevida: curso de desenho ambiental urbano.** São Paulo: Nobel, 2008.

GOUVEIA, Taciana. **Mulheres: sujeito oculto das/nas cidades?** s/l. s/data. Retirado do site Fórum Nacional de Reforma Urbana http://forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057 em setembro de 2015.

HAYDEN, Dolores. “What wound a non-sexiest city belike? Speculations on housing, urban design, and human work”. In: **Signs: Journal of woman in culture and society**, Chicago Volume 5 - número 3, 1980, p. 170-187.

IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico). **Direito à cidade: uma visão por gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **SENSO 2010.** Retirado do site do IBGE <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil>.

php?codmun=317020 acessado em fevereiro de 2016.

JUNTA DE ANDALUCIA. **Urbanismo con perspectiva de género.** Sevilha: Instituto Andaluz de la Mujer, 2004.

KAIL, Eva. "Fair shared city: gender mainstreaming planning strategy in Vienna." In: **Estudios urbanos, género y feminismo – teorías y experiências.** Blanca Gutiérrez Valdivia y Adriana Ciocoletto. Barcelona: Col-Lectiu Punt 6, 2012, p. 119-129.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo. Centauro editora, 2010.

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política da titularidade residencial feminia no contexto da política habitacional.** 2012. 130p Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Otília Arantes, Carlos Veiner, Ermínia Maricato. Petropólis: Editora vozes, 2011. p.121-188.

MARQUES, Moacyr Moojen. "O papel do desenho urbano no planejamento e gestão da cidade." In: **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira – Objeto, Teoria e Prática.** Suely F. N. Gonzaçes, Jorge Guilherme Francisconi e Aldo Pavini. São Paulo: Editora Livre Expressão, 2013, p. 26-64.

MARTINS, Luiz Geraldo Ferrari. **A etimologia da palavra desenho (e design) na sua língua de origem e em quatro de seus provincianismos: desenho como forma de pensamento e de conhecimento.** Artigo apresentado no II Fórum de pesquisa FAU. Mackenzie, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSEY, Doreen. **Space, plane and gender.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política - ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NUNES, Dimalice. **Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil.** S/L, 2017. Disponível em: cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerado-vale-11-do-pib-no-brasil.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre eliminação da violência contra mulheres.** s/l. 1993. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm

ONU WOMEN, ONU HABITAT. **Building safe and inclusive cities for women - a practical guide.** Delhi, 2011.

ONU HABITAT. **Gender issue guide - Urban planning and design.** Nairobi, 2012.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. “Cidade e a mulher: desafios cotidianos e direitos sociais”. In: **ONU Mulheres. O progresso da mulher no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPPIA, 2011, p. 237-259.

PORTAS, Nuno. . **El surgimiento del proyecto urbano**. In: Revista Perspectiva urbana, nº 3. S/I. Disponível em www.etsav.upc.es/urbpersp. 2003.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Guia de boas práticas para os espaços públicos da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. **Perfis femininos, simbologia e representatividade na sociedade überlandense - 1920 a 1958**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALOMÃO, Mirian da Silva. **As mulheres e a gestão democrática: um desafio local**. São Luís: IDESP, 2010.

SANTORO, Paula. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. Campinas: ABEP, 2005.

SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal de Santo André. Plano diretor de Santo André. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1991.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **“Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”**.In: VELHO, Gilberto (org). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1908, p. 35-57

TAVARES, Rossana Brandão. “Forma urbana e relações de gênero”. In: GOUVEIA, Taciana. **Ser, fazer e acontecer - mulheres e o direito à cidade**. Recife:SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia 2008, p. 11-23.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva da desigualdade de gênero**. Tese de doutorado apresentada à FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Plano diretor de Uberlândia. Uberlândia, 1994.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia. Plano diretor de Uberlândia. Uberlândia, 2017.

VIENA. **Gender mainstreaming in urban planning and urban development**. Viena: Department of Urban development, 2013.

VIENA. **Gender mainstreaming made easy - practical advice for more gender equality in the Vienna City Administration**. Viena: Department of Urban development, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano.** In: São Paulo em perspectiva. 9(2) ed. São Paulo: Fundação Seade 1995, p. 45-51.

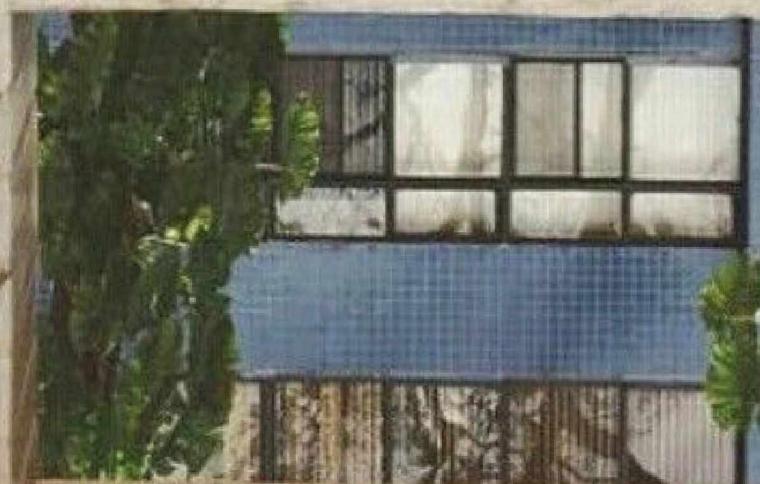
VILLAÇA. Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute. 2001.

VIKTORIA, Soós. **How is Vienna “gender mainstreaming”?** 2008. Tese submetida à Central European University - Department of Gender Studies. Budapest. 2008.

WEISMAN, Leslie Kanes. “**Women’s Environmental Rights - A Manifesto**”. Heresies II: Makingroom - women and architecture. Volume 3 - número 3, Nova York, 1971.

WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL - WICI. **Learning from women to create gender inclusive cities.** Montreal, 2010.

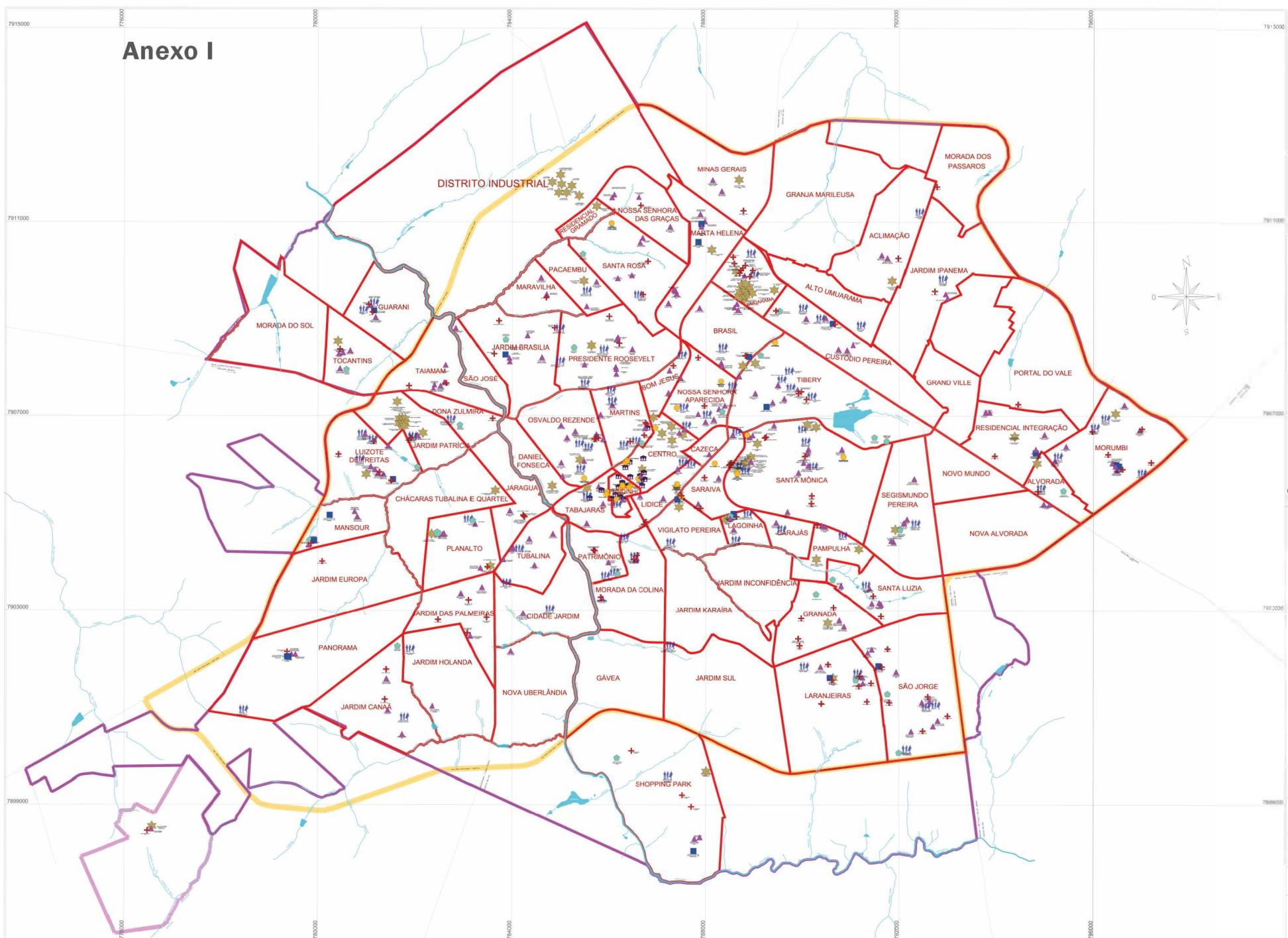
“**UNDEFINED**”
“**HOME**”
“**NEIGHBORHOOD**”



anexos

Pixo em muro de São Paulo, autora desconhecida.

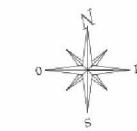
Anexo I



Anexo II

MAPA

VAZIOS URBANOS



LOCALIZAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESCALA



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA NO TRIÂNGULO MINEIRO
ESCALA

LEGENDA

- Anel Viário
- Bairros Integrados
- Hidrografia
- Perímetro Urbano
- Parte 2 do Perímetro Urbano do Distrito de Miraporanga
- Setores
- Vazios Urbanos
- Vazios Urbanos - Invasão

FONTE:
BASE CARTOGRAFIA/DPI
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/CADERNO INFORMATIVO

LOCALIZAÇÃO:
[/server/Sg_Sedur/Plano_Diretor/2016/Mapas_dwg](http://server/Sg_Sedur/Plano_Diretor/2016/Mapas_dwg)

ESCALA
400m 800m 1200m 1600m 2000m
BASE- DPI - ABRIL/2016

PLANO DIRETOR 2016

MAPA AZUL E VERDE

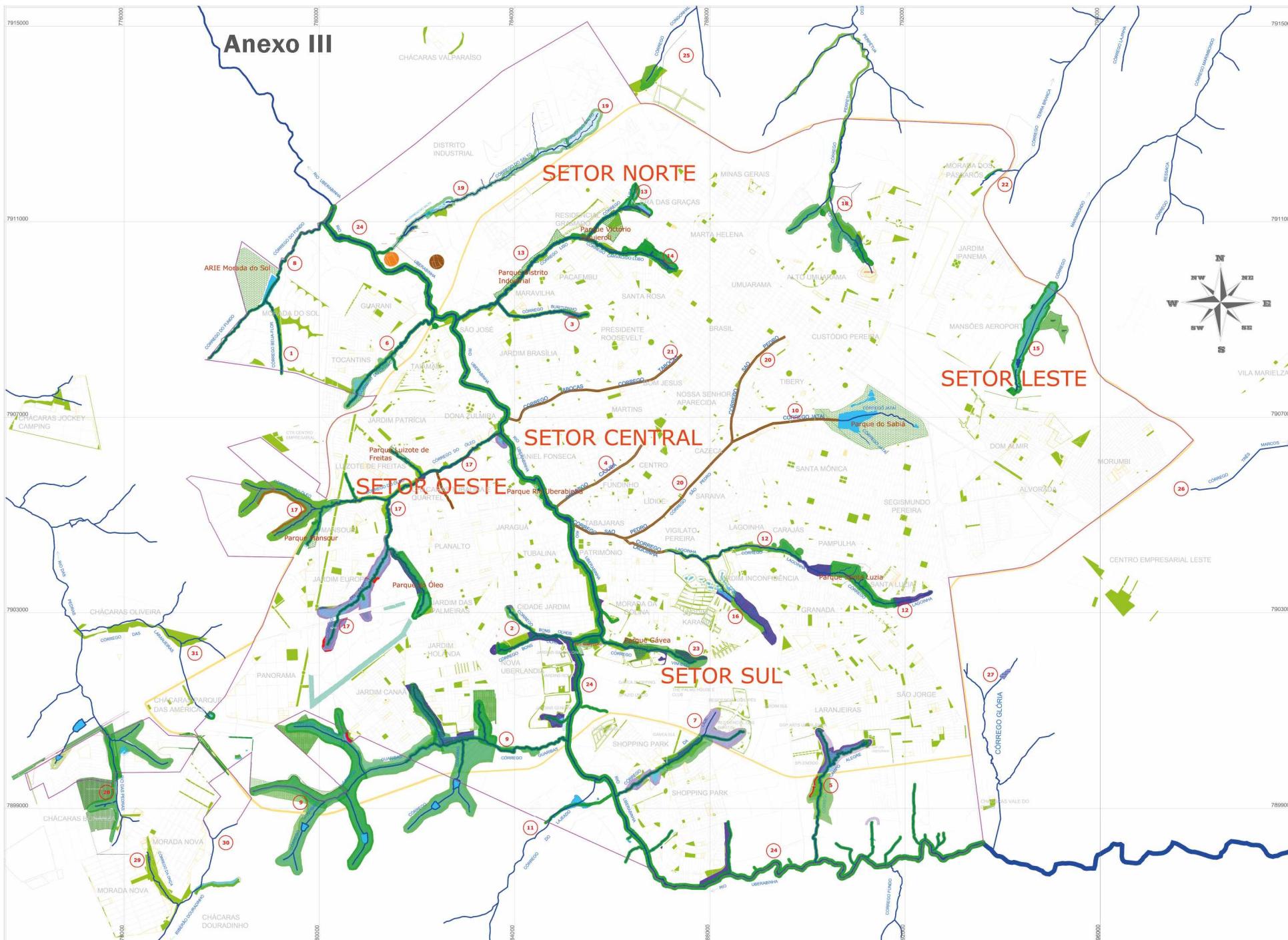
LOCALIZAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
S/ESCALA

A line drawing of a human mandible (lower jawbone) viewed from a slightly lateral angle. The symphysis menti (jaw symphysis) is located at the bottom center. The rami of the mandible extend upwards and outwards from the sides of the body. The body of the mandible is the central, horizontal part.

LOCALIZAÇÃO:
[/incubas/Sic_Sedur/Planejamento/2016/Mapas_dura](#)

FONTES:
BASE CARTOGRÁFICA/DPI/SEPLAN
LEVANTAMENTOS COM GPS TOPOGRÁFICO/NÚCLEO DE
REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL/SEMEIAM

ESCALA
400m 800m 1200m 1600m 2000m
01 28



QUESTÃO

tubal v. terminal

infos entrevistadas
idade estado civil

filhos?

renda
1 a 3 salários
4 a 6 salários
7 a 10 salários
+ de 10 salários

NÁRIO profissão|escolaridade

você usa o espaço público? para lazer? como?

apropriação

você se sente a vontade|bem vinda nos espaços públicos?

onde sim? por que?

onde não? por que?

o que mudaria?

quais situações ou lugares te dão medo na cidade? por que?

o que faz para se sentir segura?

o que já deixou de fazer ou ir por medo?

quais suas responsabilidade em casa|com a família? Alguém a ajuda?

quais serviços|equipamentos facilitariam sua rotina?

segurança

trabalho

no espaço

em que bairro mora? a quanto tempo?

o que mais gosta no seu bairro?

por que está no centro?

qual seu espaço urbano favorito? por que?

acesso

é fácil chegar ao seu trabalho|escola|creche|comércio?

como você se desloca?

sente-se bem nesse meio de deslocamento?

